



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

ANDRÉA PINHEIRO XERFAN

GOVERNANÇA LOCAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
o caso do Programa Pará Profissional no Município de Ulianópolis-PA

Belém, PA
2018

ANDRÉA PINHEIRO XERFAN

**GOVERNANÇA LOCAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
o caso do Programa Pará Profissional no Município de Ulianópolis-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Linha de Pesquisa: Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Monteiro da Costa.

Belém, PA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Xerfan, Andréa Pinheiro

Governança local em educação profissional e tecnológica: o caso do Programa Pará Profissional no Município de Ulianópolis-PA / Andréa Pinheiro Xerfan; Orientador Eduardo José Monteiro da Costa. – 2018.

162f. : il. ; 29 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Belém, 2018.

1. Educação e Estado - Ulianópolis. 2. Ensino profissional- Ulianópolis. 3. Tecnologia-. 4. Governança. I. Costa, Eduardo José Monteiro da, Orientador. II. Título.

CDD. 22. 371.425098115

Elaborada por
Rosângela Caldas Mourão
CRB-2/888

ANDRÉA PINHEIRO XERFAN

GOVERNANÇA LOCAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
o caso do programa Pará Profissional no Município de Ulianópolis-PA

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovada em: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eduardo José Monteiro da Costa
Orientador - PPGGP-NAEA/UFPA

Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro
Examinador Interno - PPGGP-NAEA/UFPA

Profª. Dra. Rosana Pereira Fernandes
Examinadora Interna- PPGGP-NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luís Carlos Macedo Blasques
Examinador Externo - IFPA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a minha gratidão a Deus por me permitir vencer a experiência acadêmica do mestrado. Agradeço a minha família, em especial ao Alexandre, meus filhos Mariana, Sahid e Mateus e aos meus pais, pela paciência e apoio integral durante o período dedicado à dissertação

Agradeço ao Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro que acreditou no potencial do tema escolhido para a dissertação e incentivou-me a continuar. Jamais esquecerei o respeito com que o Senhor tratou minhas limitações acadêmicas, e me fez amadurecer no decorrer da pesquisa.

Agradeço ao Prof. Dr. José Eduardo Monteiro da Costa pela direção na escolha do objeto de pesquisa e pela orientação acadêmica objetiva e segura, que requereu grande esforço de minha parte na construção lógica da dissertação.

Agradeço a Prof. Dra. Rosana Pereira Fernandes, pelo carinho com que teceu importantes considerações para esse estudo, como Examinadora interna do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e como Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Pará (PPGGP/UFGPA). Suas contribuições foram imprescindíveis para enriquecer a pesquisa e superar dificuldades nesse processo.

Ao Prof. Dr. Luis Carlos Macedo Blasques, muito obrigada por disponibilizar algumas horas da sua rotina de trabalho na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET), para explicações necessárias à compreensão do Programa Pará Profissional e pela participação como Examinador externo na banca de avaliação da dissertação.

À Prof. Dra. Lidiane Nazaré da Silva Dia e ao Prof. Dr. Isaac Matias muito obrigada por suas contribuições para a realização dessa pesquisa.

Muito obrigada aos Docentes e colegas da Turma do PPGGP/2016, em especial, aos amigos Maria Helena, Dieri e Thiago, por estarem sempre ao meu lado durante a realização dos trabalhos das disciplinas do Mestrado, bem como, para escutar minhas dúvidas e ansiedades ao longo do caminho. Meus sinceros agradecimentos pela grande amizade e carinho.

Agradeço a Dra. Danielle Khayat, Conceição Brayner, Igor Albuquerque, Meive Piasci e demais colegas de trabalho do Núcleo de Articulação e Cidadania do Estado do Pará (NAC), com os quais tive a honra de trabalhar de 2016 a 2018, por todos os diálogos que tivemos sobre documentos e dados da pesquisa.

Minha gratidão, também, à competente equipe da SECTET, comandada pelo Secretário de Estado, Prof. Dr. Alex Fiúza de Mello, pelo Diretor de Educação Profissional e Tecnológica

Prof. Dr. Luis Blasques e às queridas Sônia Mendes e Priscila Modesto (Coordenadoras), pelo tempo tomado de suas atividades. Vocês foram peças fundamentais ao permitirem acesso às informações e documentos do Programa Pará Profissional, objeto desta pesquisa. Agradeço, também a Bernadete Almeida da SEPLAN, Lilian Bendahan, Douglas Domingues e Fernanda Pantoja do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE), e Eduardo Rodrigues, Gerente de Projetos da SEDEME, que estiveram sempre disponíveis para discutir sobre as avaliações e dados do Programa Pará Profissional.

Agradeço a Sônia Campello, amiga que encontrei no decorrer deste trabalho, profunda conhecedora do mundo da Educação Profissional no Pará, desde 1996, pelas horas de estudo e conhecimento adquirido na construção deste trabalho.

Agradeço ao Poder Público de Ulianópolis, na pessoa do Secretário Municipal de Educação, Sr. Aurelino Gomes dos Santos, que autorizou a realização dessa pesquisa no município. Em especial, agradeço ao Coordenador do CGIU, Sr. Jonhny Pablo Pinheiro, pela presteza em fornecer os documentos necessários à realização do trabalho, assim como pela disponibilidade em ajudar em todos os momentos do trabalho.

Agradeço aos membros do CGIU, respondentes da pesquisa, que entenderam a importância do trabalho, e com muita honestidade e sensibilidade enviaram sua contribuição para alcançar o objetivo geral desta pesquisa. Muito obrigada a estagiária Gabriela Ribeiro, pela ajuda com os questionários de pesquisa.

Muito obrigada!

RESUMO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se destacou na agenda de políticas públicas no Brasil nas últimas décadas, constituindo-se como elemento estratégico para o desenvolvimento econômico e inclusão social do país. Nessa perspectiva, a discussão sobre qualificação profissional com vistas ao atendimento das demandas de setores produtivos insere-se nesse contexto. No entanto, a implementação de Programas profissionalizantes formulados pelo Governo Federal tem encontrado dificuldades para se adequar à realidade dos municípios brasileiros, especialmente àqueles localizados na Amazônia. Sob essa ótica, surge o tema central deste estudo, o Programa de Educação Profissional e Tecnológica Pará Profissional, que foi concebido com objetivo de ofertar qualificação profissional com vistas a ampliar e verticalizar as cadeias produtivas, vinculadas aos eixos prioritários de desenvolvimento do Estado, gerar renda e combater a pobreza no Pará. Na sua implementação foram utilizados Comitês Gestores Intersetoriais, que possibilitaram a construção do modelo de governança local em alguns municípios do Estado. O objetivo geral deste estudo é analisar de que forma o Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis, PA (CGIU), impacta nas ações do Programa Pará Profissional do município. A escolha de Ulianópolis se deu em razão do seu pioneirismo ao instituir no Pará o primeiro Comitê Gestor Intersetorial Municipal, como instrumento de gestão para apoiar e coordenar as ações locais de EPT. Dentre os elementos identificados na caracterização da governança, destaca-se o enfoque dado à transformação do papel do Estado, onde diferentes atores sociais inserem-se no contexto de elaboração e execução de políticas públicas setoriais. A metodologia da pesquisa é exploratório-descritiva, realizada por meio de estudo de caso com abordagem qualitativa, utilizando pesquisa documental, bibliográfica e de campo. A análise dos resultados tomou como base os mecanismos de governança (Liderança, Estratégia e Controle), utilizados pelo Referencial de Governança Básico do Tribunal de Contas da União (TCU) para organizações públicas. Observou-se que o modelo estabelecido para o CGIU/Ulianópolis atuou de forma colaborativa, contemplando a participação tanto do setor público e privado, quanto da sociedade civil organizada, sendo gestado dentro de um contexto que permitiu ampliar o debate acerca do conceito de governança local e redes como estrutura de governança.

Palavras-chaves: Programa de Educação Profissional e Tecnológica. Governança local em Municípios da Amazônia.

ABSTRACT

Professional and Technological Education (EPT) has stood out in the agenda of public policies in Brazil in the last decades, constituting itself as a strategic element for the economic development and social inclusion of the country. From this perspective, the discussion about professional qualification in order to meet the demands of productive sectors is part of this context. However, the implementation of Vocational Programs formulated by the Federal Government has found difficulties in adapting to the reality of the Brazilian municipalities, especially those located in the Amazon. From this point of view, the main theme of this study, the Professional and Technological Education Program Pará Profissional, was conceived with the objective of offering professional qualification with a view to expanding and verticalizing the productive chains, linked to the priority axes of State development, generating income and fight against poverty in Pará. In its implementation, Intersectorial Managing Committees were used, which made possible the construction of the model of local governance in some municipalities of the State. The general objective of this study is to analyze how the Intersectorial Steering Committee of Ulianópolis, PA (CGIU), impacts the actions of the Pará Profissional Program of the municipality. The choice of Ulianópolis was due to its pioneering spirit in establishing in Pará the first Municipal Intersectorial Steering Committee as a management tool to support and coordinate local EPT actions. Among the elements identified in the characterization of governance, we highlight the focus given to the transformation of the role of the State, where different social actors are inserted in the context of the elaboration and execution of sectoral public policies. The research methodology is exploratory-descriptive, carried out through a case study with a qualitative approach, utilizing documentary, bibliographic and field research. The analysis of the results was based on the mechanisms of governance (Leadership, Strategy and Control) used by the Basic Governance Framework of the Federal Audit Court (TCU) for public organizations. It was observed that the model established for the CGIU/Ulianópolis acted in a collaborative way, contemplating the participation of both the public and private sector, as well as organized civil society, being developed within a context that allowed to broaden the debate about the concept of local governance and networks as a governance structure.

Keywords: Professional and Technological Education Program. Local governance in municipalities in Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Estado do Pará por Região de Integração	75
Mapa 2 –	Região de Integração do Rio Capim.....	88
Fotografia 1–	Porto flutuante no Rio Capim para transportar a soja paraense.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1–	Levantamento documental da pesquisa.....	22
Quadro 2 –	Aspectos Investigados por afirmativa.....	24
Quadro 3 –	Órgãos da esfera Municipal.....	25
Quadro 4–	Instituições de apoio Governamental.....	26
Quadro 5–	Instituições de apoio não governamental.....	26
Quadro 6–	Principais diferenças entre governança e gestão.....	31
Quadro7–	Componentes relacionadas ao mecanismo Estratégia.....	36
Quadro 8–	Componentes relacionadas ao mecanismo Liderança.....	36
Quadro 9–	Componentes relacionadas ao mecanismo Controle.....	37
Quadro 10–	Estado Ativo – Modelo dos três setores.....	39
Quadro 11–	Estado Hierárquico e Estado Rede	42
Quadro 12–	Síntese Histórica da Educação Profissional do Brasil.....	46
Quadro 13–	Programas de qualificação e educação profissional em âmbito federal (1994-2002)	54
Quadro 14–	Programas de qualificação e educação profissional, em âmbito federal (2003-2010)	55
Quadro 15–	Programas federais de qualificação profissional em parceria com as Secretarias estaduais.....	56
Quadro 16–	Iniciativas do PRONATEC.....	60
Quadro 17–	Programas de qualificação profissional executados pelas Secretarias Estaduais, no Pará.....	62
Quadro 18–	Valores dos repasses dos recursos do PRONATEC ao Pará (2012-2014).....	66
Quadro 19–	Linha do Tempo do Programa Pará Profissional.....	68
Quadro 20–	Cursos ofertados pelo Pará Profissional por Região de Integração (2016 até abril de 2018).....	71
Quadro 21–	Setores de Atividades atendidas pelo Pará Profissional por Região de Integração (2016 até abril de 2018).....	72
Quadro 22–	Estratégia de oferta de cursos do Pará Profissional.....	80
Quadro 23–	Estabelecimentos por setor e estoque de empregos em Ulianópolis, em 2016.....	91
Quadro 24–	Dados do IBGE (2010) do Município de Ulianópolis.....	91
Quadro 25 –	Plano de ações para levantamento de demandas de cursos do Pará Profissional. Ulianópolis.....	92
Quadro 26–	Mecanismo de Estratégia (Aspectos Investigados X Práticas de Governança)	106
Quadro 27–	Mecanismo de Liderança (Aspectos Investigados X Práticas de Governança)	111
Quadro 28–	Mecanismo de Controle (Aspectos Investigados X Práticas de Governança)	119

LISTA DE FIGURAS

Figura 1–	Projeto Estratégico de Governo.....	30
Figura 2–	Governança e Teoria do Estado.....	38
Figura 3–	Redes de Cooperação Local com dimensões federal, estadual e municipal.....	43
Figura 4–	Metodologia do Programa Pará Profissional.....	79
Figura 5–	Estrutura do Modelo de Governança do CGIEP.....	83
Figura 6–	Estrutura do Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis (CGIU).....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1–	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	51
Gráfico 2–	Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de EPT.....	52
Gráfico 3–	Investimento do PRONATEC – Cursos de qualificação (2011-2015)	61
Gráfico 4–	Investimento do PRONATEC – Cursos técnicos – 2011-2015.....	61
Gráfico 5–	Ranking estadual do PIB por município.....	89
Gráfico 6–	Área plantada de Soja por tipo de lavoura em 2016 (em ha)	89
Gráfico 7–	IDEB Séries iniciais.....	92
Gráfico 8–	IDEB Séries finais.....	92
Gráfico 9–	Mecanismo de Governança Estratégia.....	99
Gráfico 10–	Aspecto de Estratégia (Gestão Colaborativa)	100
Gráfico 11–	Aspecto de Estratégia (Inter cooperação governamental e não governamental)	102
Gráfico 12–	Aspecto de Estratégia (Comunicação e Tecnologia da Informação).....	103
Gráfico 13–	Aspecto de Estratégia (Coordenação Integrada).....	104
Gráfico 14–	Mecanismo de Governança Liderança.....	107
Gráfico 15–	Aspecto de Liderança (Interlocução).....	108
Gráfico 16–	Aspecto de Liderança (Proatividade).....	109
Gráfico 17–	Aspecto de Liderança (Monitoramento).....	110
Gráfico 18–	Mecanismo de Governança Controle.....	112
Gráfico 19–	Aspecto de Controle (Identificação de desconformidades)	113
Gráfico 20–	Aspecto de Controle (Fiscalização).....	114
Gráfico 21–	Aspecto de Controle (Transparência).....	115
Gráfico 22–	Aspecto de Controle (Inserção/Reposicionamento).....	117
Gráfico 23–	Aspecto de Controle (<i>Feedback</i>)	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1–	Investimento por iniciativa no PRONATEC (2011-2015).....	60
Tabela 2–	Matrículas no PRONATEC (2011-2015).....	60
Tabela 3–	Demonstrativo de recursos e metas do PEP/PA, em valores nominais (1996-2001)	63
Tabela 4–	Trabalhadores atendidos com qualificação profissional - Pará (2003-2005).....	65
Tabela 5–	População Estimada, Área Territorial (km ²) e Densidade Demográfica do Pará-2017.....	76
Tabela 6–	População, Área Territorial (Km ²) e Densidade Demográfica de Ulianópolis- 2017.....	88

LISTADEABREVIATURAS E SIGLAS

CEETPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (São Paulo)
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal do Brasil
CGIEP	Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica
CGIM	Comitê Gestor Intersetorial Municipal
CGIU	Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis
CODEC	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONSECTET	Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEPASA	Ferrovias Paraenses S.A.
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
FPEP	Fórum Permanente de Educação Profissional e Tecnológica
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i> (Federação Internacional de Contadores)
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAPA	Ministério da Agricultura
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MD	Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MME	Ministério de Minas e Energia
MTb	Ministério do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho, Emprego e Renda
OS	Organizações Sociais

OSCIP	Organizações Sociais de Interesse Público
PARÁ 2030	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará
PARÁ SUSTENTÁVEL	Política Estratégica de Desenvolvimento Harmônico Sustentável do Estado do Pará
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PEP	Plano Estadual de Educação Profissional do Pará
PIB	Produto Interno Bruto
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PNE	Plano Nacional de Educação
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao primeiro Emprego
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PPA	Plano Plurianual
PPROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROFAE	Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem
PPROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
QUALIFICA BRASIL	Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEASTER	Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.
SECTET	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura
SEDAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
SEDEME	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia.
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEEIPS	Secretaria Extraordinária de Estado de Integração de Políticas Sociais
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SESPA	Secretaria de Estado de Saúde Pública
SETEPS	Secretarias de Estado de Promoção Social, Trabalho, Emprego e Renda
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
SINE	Sistema Nacional de Emprego
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	28
2.1	O conceito de governança.....	28
2.1.1	Governança, governabilidade e gestão	30
2.1.2	Governança no Setor Público.....	32
2.1.3	Modificações das relações entre o Estado e a Sociedade.....	37
2.2	Redes como estrutura de governança.....	40
3	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: PROCESSO HISTÓRICO E ASPECTOS LEGAIS.....	45
3.1	Síntese histórica da educação profissional no Brasil	45
3.1.1	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	51
3.1.2	Limitações do modelo de oferta de EPT adotado pelos IFs.....	52
3.2	Experiências de planos e programas de qualificação profissional do trabalhador, em âmbito federal e no Estado do Pará.....	53
3.2.1	Planos e programas de qualificação profissional, em âmbito federal.....	54
3.2.2	Planos e programas de qualificação profissional, no Estado do Pará.....	62
4	O CASO DO PROGRAMA PARÁ PROFISSIONAL, EM ULIANÓPOLIS.	74
4.1	O Estado do Pará.....	74
4.2	O Programa Pará Profissional: sua relação com Política estratégica de desenvolvimento harmônico sustentável do Pará (Pará Sustentável)	76
4.3	Programa Pará Profissional: metodologia e modelo de governança.....	79
4.3.1	Metodologia.....	79
4.3.2	Modelo de governança do Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará (CGIEP).....	82
4.4	Município de estudo: Ulianópolis- PA.....	87
4.4.1	Aspectos históricos, dados demográficos, econômicos e sociais.....	87
4.4.2	O Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis (CGIU).....	92
4.5	Resultados da pesquisa de campo.....	97
4.5.1	Mecanismo de governança – Estratégia.....	99
4.5.2	Mecanismos de governança – Liderança.....	106
4.5.3	Mecanismos de governança – Controle.....	112
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
6	RECOMENDAÇÕES.....	126
	REFERÊNCIAS.....	130
	APÊNDICES.....	141
	ANEXOS.....	146

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) destacou-se na agenda de políticas públicas no Brasil nas últimas décadas, e, se constituiu como elemento estratégico para o desenvolvimento econômico e inclusão social do país. Por esta razão, cresce a importância de programas profissionalizantes que visam não só atender às demandas dos setores produtivos, mas também, gerar oportunidades de trabalho, renda e combater a pobreza.

A implementação de Programas de EPT formulado pelo Governos Federal tem encontrado dificuldades para adaptar-se às diversidades regionais dos Estados brasileiros, especialmente àqueles localizados em locais complexos, como a Região Amazônica. Problemas como áreas de difícil acesso, dificuldades de infraestrutura, logística e transporte, baixa escolaridade e aumento do fluxo migratório de trabalhadores em busca de oportunidades na região, torna difícil a tarefa de qualificar profissionalmente a população local.

Além disso, o Estado do Pará, inserido nesse contexto, enfrenta dificuldades relacionadas ao modelo de desenvolvimento econômico adotado desde o século XIX, baseado no padrão extrativista de matéria-prima, no qual regiões ricas em recursos naturais são exploradas e possuem baixos índices de transformação, dentro do estado. De acordo com Costa (2009, p. 10), a economia do Pará baseou-se “eminente em interesses exógenos, os quais se aproveitam de suas riquezas naturais e recursos hídricos, exportando energia e produtos com baixo valor agregado, o que resulta em pouca internalização da riqueza e da renda”.

Ao longo dos anos, o referido modelo revelou a existência de um paradoxo econômico, o Estado do Pará apresenta taxas de crescimento econômico, sem, no entanto, obter desenvolvimento equivalente na área social. Em dez anos, o Produto Interno Bruto (PIB)¹ do Pará cresceu de R\$ 39 bilhões, em 2005, para R\$ 130,9 bilhões em 2015, segundo dados da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA, 2017).

Entretanto, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) no Pará, saltou de 898.914, em 2016, para 922.067, em 2017. Ao considerar uma estimativa de que, em média as famílias são compostas por três pessoas, verifica-se que, em 2017, aproximadamente 2.729.999 pessoas – 33% da população paraense – usufruíram deste benefício, o que demonstra baixos índices sociais da população paraense.

¹O PIB é a soma de todas as riquezas produzidas em uma determinada região. Para chegar a esse número, o IBGE calcula a quantidade de veículos, alimentos, venda de serviços, estoques e tudo o que é produzido. O Instituto calcula o valor desses bens e serviços depois de deduzidos os custos dos insumos

Além disso, é importante destacar que desde a década de 1970, houve aumento do fluxo migratório de trabalhadores em busca de oportunidades de trabalho nos grandes projetos instalados no Pará, como o Projeto Carajás, exploração do minério de ferro, e o Projeto Trombetas, para exploração de bauxita (VALE et al., 2012).

No século XXI, foram implantados projetos nos segmentos de extração mineral, infraestrutura e logística, com destaque para as usinas de Belo Monte, a qual utilizou mão de obra de outras regiões do estado e do país em sua construção. Em razão do grande contingente de mão de obra que migrou para a Região, Costa e Castro (2006), já apontavam a necessidade de preparar os trabalhadores para o mercado de trabalho, ou para exercerem atividades geradoras de renda, levando em consideração a complexidade do trabalho na Amazônia.

Ressalta-se, também, os baixos níveis de escolaridade de grande parte da população do Pará, que elevaram as dificuldades de formação profissional dos trabalhadores paraenses e daqueles que migraram para cá. Dados mais recentes de 2015, revelam que 21,5% da população encontravam-se sem escolaridade; 38,6% possuíam o ensino fundamental incompleto; 8,2%, o ensino fundamental completo; 7%, o ensino médio incompleto; 17,8%, o ensino médio completo; 2,5%, o ensino superior incompleto; e 4,1% com o ensino superior completo (IBGE, 2015).

Em 2015, as taxas de analfabetismo no Pará alcançaram 10% na faixa etária de 15 anos ou mais, o que coloca o Estado acima da média da Região Norte (9%) e da média nacional (8%), no mesmo período (IBGE, 2015).

Estes dados nos reportam ao que destaca Oliveira (2005, p. 65), “a quantidade elevada de analfabetos e de trabalhadores brasileiros com baixa escolaridade, em decorrência das falhas do sistema educacional, impunha limites para que a força de trabalho local fosse aproveitada no desenvolvimento de um modelo econômico diferente”.

Diante das dificuldades apresentadas para implementação de políticas públicas de EPT, no Pará, e da importância da qualificação profissional como alicerce para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, considera-se relevante a discussão acerca dos esforços empreendidos pelos governos locais, na gestão de programas profissionalizantes condizentes com as demandas de cada município, para atender às necessidades dos trabalhadores.

Nesse contexto, apresenta-se o tema central deste estudo, Governança local em Educação Profissional e Tecnológica, tendo como objeto o Programa de Educação Profissional e Tecnológica Pará Profissional, instituído pela Lei estadual nº 8.427, de 16 de novembro de 2016. O modelo de governança constituído para implementar as ações do Programa foi planejado com base no modelo de governança por resultados adotado pelo Poder Público

estadual, que promoveu alterações em sua estrutura administrativa para descentralizar a atuação governamental, pautado na integração das políticas públicas das esferas federal, estadual e municipal (PARÁ, Lei Estadual, nº 8.096, 2015a).

A escolha do tema da pesquisa justifica-se pela participação da autora no processo de identificação das demandas dos cursos ofertados pelo Programa Pará Profissional, em 2017, no Distrito de Icoaraci, situado em Belém, PA. Assim, na qualidade de representante do Núcleo de Articulação e Cidadania do Estado do Pará (NAC), órgão responsável pela articulação do Terceiro Setor, em âmbito estadual, coordenou a equipe que atuou na oficina de identificação das demandas, mobilização e acompanhamento dos cursos ofertados pelo Programa, juntamente com a SECTET.

A experiência vivenciada durante esse processo demonstrou que a metodologia utilizada para a oferta de cursos do Pará Profissional prioriza fatores como: alinhamento às necessidades do mercado de cada região; parcerias e acordos com as empresas locais; mobilização de recursos humanos, técnicos e estruturais dos três setores da sociedade para as ações planejadas; mecanismos alternativos para oferta de cursos sazonais; e, nível de escolaridade dos trabalhadores.

Assim, foi possível constatar a importância do envolvimento de representantes locais para acompanhar etapas relativas ao processo de seleção dos candidatos inscritos; o nível de presença e aproveitamento dos trabalhadores durante as aulas; a carga horária e conteúdo adequado dos cursos; a inserção dos egressos certificados no mercado de trabalho formal e informal, e o cumprimento de acordos firmados pelo Programa.

Segundo a SECTET, o Município de Ulianópolis, localizado no Estado do Pará, foi o primeiro município paraense a instituir o Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis (CGIU), por meio do Decreto nº 30/2016, como instância participativa para apoiar as ações de qualificação profissional (Anexo B). Com o referido arcabouço legal, o Poder Público municipal reconheceu institucionalmente a necessidade da participação das alianças intersetoriais constituídas entre o primeiro setor (governo), segundo setor (empresas) e terceiro setor (organizações e associações da sociedade civil) no processo de elaboração e execução de políticas públicas de EPT em espaços coletivos e deliberativos.

Diante desse cenário, a reflexão em tela passa pela compressão da governança como instrumento para promover a participação dos atores envolvidos na gestão de políticas públicas, com vistas ao atendimento da demanda da população, e traz como questionamento: ***De que modo o modelo de governança local implementado no município de Ulianópolis, por meio do CGIU, impactou as ações do Programa de Educação Profissional e Tecnológica Pará***

Profissional no município. A partir desse ponto, o estudo tem como objetivo geral, ***analisar o modelo de governança local implementado no Município de Ulianópolis para apoiar as ações do Programa Pará Profissional.***

Para tanto, orienta-se pelos seguintes objetivos específicos: a) apresentar conceitos de Governança, Governabilidade, Governança Local e redes b) apresentar o histórico da Política de Educação Profissional no Brasil e no Pará, com destaque para algumas limitações dos modelos tradicionais de formação profissional; c) apresentar o estudo de caso do Programa Pará Profissional no Município de Ulianópolis.

Considera-se como hipótese, que as ações do Programa Pará Profissional são impactadas positivamente pela existência de um modelo de governança local, instituído em âmbito municipal, para apoiar e organizar a gestão das ações de EPT.

O termo Governança, segundo Diniz (1995), ganhou ênfase desde a proposta de reforma do Estado, em 1990, e ainda se encontra em construção. A autora ressalta o enfraquecimento da ação isolada do Estado, neste período, e o esforço gradual no sentido da inclusão de mecanismos de participação, nos quais atores da sociedade possam atuar em processos de planejamento e execução de políticas públicas.

Rua (1997) comunga do mesmo entendimento, pontuando que as políticas públicas que envolvem as esferas federal, estadual e municipal dependem de muitas organizações e exigem cooperação, coordenação e acompanhamento.

Para realização desse estudo, levou-se em consideração a análise das ações desenvolvidas pelo CGIU/Ulianópolis durante os cursos de qualificação profissional pelo Programa Pará Profissional, no período de 2016 e 2017. Além disso, há outros cursos planejados para 2018 que contemplam a presença de diversos atores participantes no processo de execução das ações, os quais enriquecem, sobremaneira a pesquisa.

Convém ressaltar que o Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis (CGIU), criado como instrumento do modelo de governança local para as ações de EPT no município, ainda não foi estudado até o momento. Diante disso, entende-se que este fator concede, por um lado, originalidade ao trabalho, e por outro, dificuldades de fontes para discussão do mesmo.

Procedimentos Metodológicos

No que tange à metodologia, quanto à finalidade, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Quanto aos meios para alcançar os objetivos estabelecidos, realizou-se um estudo de caso com abordagem qualitativa, por meio de pesquisa documental, bibliográfica e de campo, utilizou-se questionários para a coleta de dados.

A pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva ao possibilitar que o pesquisador busque informações ou dados existentes (dados secundários) e, ao mesmo tempo, levante ou descreva um fato, a partir de dados primários, conforme afirmam Condurú e Pereira (2013).

No que se refere à pesquisa documental, Vergara (2003, p. 47) afirma que a investigação é realizada “em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, e que tais documentos podem ser conseguidos com pessoas, por meio de anais, ofícios, circulares, memorandos, comunicações informais, filmes, fotografias, entre outros”.

Quanto à pesquisa bibliográfica, Vergara (2003, p. 48) destaca que se trata de um “estudo sistematizado desenvolvido com material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas”

No que tange à pesquisa de campo, Severino (2007, p. 122) salienta que “o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio [...] Abrange desde os levantamentos (*surveys*), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos”.

Utilizou-se uma pesquisa do tipo *survey*, a qual:

pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário Tanur (apud PINSONNEAULT; KRAEMER, 1993, p. 77, tradução livre).

Segundo Yin (2010, p. 39), o estudo de caso, “é uma investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Certos tipos de problemas sociais exigem técnicas de pesquisa específicas. No caso de um conceito ou fenômeno que precisa ser compreendido, não havendo grande volume de pesquisas ou informações sistematizadas a respeito do mesmo, então, a técnica qualitativa se mostra mais adequada (CRESWELL, 2010).

Etapas metodológicas

O ponto de partida da pesquisa, que analisa o modelo de governança local gestado por meio do CGIU/Ulianópolis e instituído pelo Decreto Municipal nº 30/2016, foi a análise do Programa Pará Profissional, utilizando-se de relatórios de gestão da SECTET e demais documentos relacionados ao tema da pesquisa, assim como os obtidos na oficina de qualificação de demandas realizada no município estudado. Analisou-se, ainda, o modelo de governança criado para o Programa Pará Profissional, por meio do CGIEP, como instrumento de gestão do Programa.

Logo após, realizou-se o estudo detalhado dos objetivos do Decreto Municipal nº 30/2016, a fim de verificar como foram planejados o apoio e a organização das ações de EPT, no referido município. Realizou-se pesquisa bibliográfica e análise documental, na busca de informações sobre a atuação dos participantes do CGIU/Ulianópolis (gestores da administração pública, associações, empresas e sindicatos) e aplicaram-se Questionários a fim de identificar a percepção dos 23 atores participantes do Comitê Gestor, acerca do nível de alcance dos objetivos contidos no Decreto. O levantamento documental realizado está disposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Levantamento documental da pesquisa

Documentos	Órgão	Objetivo
Lei nº 7.017/2007	SECTET	Instituiu o Conselho estadual de EPT
Lei nº 7.024/2007	Poder Público estadual	Dividiu administrativamente o Estado do Pará em 12 regiões de integração
Lei nº 8.096/2015	Poder Público estadual	Estabeleceu as diretrizes para o modelo de governança por resultados
Decreto nº 1.430/2015	Poder Público estadual	Instituiu o Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional do Pará (CGIEP)
Decreto nº 1.570/2015	Poder Público estadual	Instituiu o Programa Pará 2030
Decreto nº 30/2016	Poder Público municipal	Instituiu o Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis (CGIU/Ulianópolis)
Lei nº 8.427/2016	SECTET	Instituiu o Programa de Educação Técnica e Tecnológica Pará Profissional
Regimento Interno do CGIEP (2016)	SECTET	Disciplina a estrutura e o funcionamento do CGIEP
Resolução nº 18.775/2016	TCE/PA	Consulta quanto: à legalidade do pagamento de Bolsas para Instrutores; uso do modelo de Gestão de OS/OSCIP para as escolas profissionalizantes; contratação direta pelo Sistema “S”

Fonte: Elaborado pela Autora, a partir da coleta de dados documentais (2018).

A Lei do Programa Pará Profissional foi obtida por meio de pesquisa eletrônica no *site* oficial da SECTET, a qual contribuiu para entender os aspectos legais do Programa, os objetivos declarados, as estratégias de execução e os critérios de contratação dos ofertantes envolvidos no Programa.

Os documentos relacionados à gestão do Programa Pará Profissional, no período de 2016 a 2017, foram coletados no acervo interno da SECTET, os quais forneceram dados sobre os municípios atendidos por Região de Integração, sobre os cursos ofertados, os trabalhadores matriculados e os certificados neste período.

Os documentos referentes ao CGIU/Ulianópolis, encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), foram fundamentais para compreensão da materialização das ações do Programa Pará Profissional, implementadas a partir do ano de 2016, no município. Estes documentos revelaram como foi realizada a articulação entre o Poder Público municipal e outros participantes, por meio dos acordos firmados no âmbito do Programa. Além disso, apresentaram atas de reuniões e relatórios com dados sobre as ações do Programa que foram realizadas.

Coleta e análise dos dados

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário associado à escala tipo *Likert*, que se fundamenta a partir de um conjunto de itens expostos em forma de afirmações, onde o respondente associa uma medida ao grau de concordância com as afirmações. Assim, o participante da pesquisa associa um valor numérico a cada componente e a média do somatório dos pontos expõe o grau de aceitação dos respondentes em relação à premissa afirmada que está sendo medida (MARTINS; THEÓPHILO, 2009; BLANCO; ALVARADO, 2005).

O Questionário (Apêndice A) é constituído por 31 assertivas, alocadas nos níveis da escala tipo *Likert* de 1 a 5, construídas com base nos 13 objetivos citados no Decreto nº 30/2016, que instituiu o CGIU/Ulianópolis para apoiar e organizar as ações de EPT, no Município. As afirmativas foram organizadas em três blocos, de acordo com mecanismos de governança (Liderança, Estratégia e Controle), definidos pelo TCU com os aspectos investigados conforme Quadro 2.

Quadro 2– Aspectos Investigados por afirmativa

MECANISMOS (TCU)	ASPECTOS INVESTIGADOS (QUESTIONÁRIO)	AFIRMATIVA (QUESTIONÁRIO)
ESTRATÉGIA	Gestão colaborativa Inter cooperação governamental e não governamental Comunicação e a Tecnologia da Informação Coordenação Integrada	1, 2 3,7,10 4, 6,9 5,8
LIDERANÇA	Interlocução Proatividade Monitoramento	1,2,3,9,10 4,7 5,6,8
CONTROLE	Identificação de desconformidades Fiscalização Inserção/Reposicionamento Transparência <i>Feed Back</i>	1, 2,4, 3,5, 6,7 8,9,10,11

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Os aspectos investigados nas afirmativas do Questionário foram definidos a partir do conteúdo dos objetivos do Decreto Municipal nº 30/2016, dos documentos analisados e do referencial teórico estudado, e são apresentados a seguir:

- a) **Gestão Colaborativa** – aspecto da estratégia adotado para viabilizar a relação entre diversos atores estatais e não estatais, no processo de tomada de decisão e gerenciamento das ações do Programa;
- b) **Inter cooperação governamental e não governamental** – aspecto da estratégia adotado para desenvolver e ampliar ações de cooperação entre as esferas de governo federal, estadual e municipal, por meio de parcerias, acordos e convênios;
- c) **Comunicação e a Tecnologia da Informação** – aspecto da estratégia adotado para ampliar a informação aos atores da gestão participativa e melhorar o diálogo com os cidadãos, empresas e sociedade civil organizada;
- d) **Coordenação Integrada** – aspecto da estratégia adotado para possibilitar que a condução do processo de formulação e implementação de políticas públicas, por meio das relações intersetoriais, interinstitucionais e inteorganizacionais;
- e) **Interlocução** – aspecto de liderança empreendido para que as decisões sobre quais cursos ofertar sejam deliberadas de acordo com a maioria;
- f) **Proatividade** – aspecto de liderança empreendido para que as ações de gestão possam ir além do papel estabelecido na busca de resultados;
- g) **Monitoramento** – aspecto de liderança essencial para identificar pontos críticos dos cursos ofertados, subsidiar os gestores com informações sobre o andamento dos processos e propor melhorias para as ações do Programa;

- h) **Identificação de desconformidades** – aspecto de controle adotado para conhecer situações que constituam irregularidades, a fim de evitá-las, tempestivamente;
- i) **Fiscalização** – aspecto de controle adotado para identificar o cumprimento dos itens que forem pactuados (número de matrículas, abandono, certificados) e dos acordos estabelecidos entre os participantes;
- j) **Inserção/Reposicionamento** – aspecto de controle adotado para acompanhar a inserção dos egressos certificados no mercado de trabalho formal e informal;
- k) **Transparência** – aspecto de controle adotado para fornecer informações que devem ser disponibilizadas à sociedade como: processo seletivo dos inscritos, aproveitamento nos cursos, contratações efetivadas pelo mercado de trabalho; as atividades empreendedoras desenvolvidas por egressos certificados, dentre outros;
- l) **Feed Back** – aspecto de controle adotado para identificar se foram atendidos aos objetivos dos cursos, bem como, dos atores participantes do CGIU/Ulianópolis.

O Universo do estudo considerou os 23 representantes de organizações constantes no Decreto Municipal nº 30/2016. Para a discussão dos dados obtidos, optou-se pelo sigilo quanto às identidades (na maioria dos casos) dos respondentes, membros do CGIU/Ulianópolis.

O primeiro grupo de respondentes é formado por cinco gestores de órgãos governamentais municipais de Ulianópolis; Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI) e Representante do Poder Legislativo conforme o Quadro 3;

Quadro 3— Órgãos da esfera Municipal

Respondente	Representantes do Órgão
Respondente 1	Secretaria Municipal de Educação (SEMED)
Respondente 2	Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)
Respondente 3	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
Respondente 4	Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI)
Respondente 5	Poder legislativo

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

O segundo grupo de respondentes é composto por seis representantes das Instituições de apoio governamental: Coordenadora do Conselho Tutelar, Representante do Pacto Pela Educação, Representante dos Conselhos Escolares, Representante dos Conselhos de Direitos das Crianças e Adolescentes, Representante do DEMUTRAN, Representante do Conselho

Municipal de Educação, como mostra o Quadro 4;

Quadro 4 – Instituições de apoio governamental

Respondente	Representantes do Órgão
Respondente 6	Conselho Tutelar
Respondente 7	Pacto pela Educação
Respondente 8	Conselho Escolares
Respondente 9	Conselhos de Direitos das Crianças e Adolescentes
Respondente 10	Departamento Municipal de Trânsito- DEMUTRAN
Respondente 11	Conselho Municipal de Educação

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

O terceiro grupo de respondentes é composto por 12 representantes de instituições de apoio não governamental: Representante do CDL, Representante de Comunidade Eclesiástica, Conselho de Pastores, Padre, Representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Representante dos Produtores Rurais, Representante do SENAR, Representante dos Pequenos Produtores Rurais, Representante da Pastoral da Criança, Representante da Escola de Ensino Médio, Representante de Ensino Superior e Representante da URE de Mãe do Rio, como ilustra o Quadro 5.

Quadro 5– Instituições de apoio não-governamental

Respondente	Representantes do Órgão
Respondente 12	Representante do Clube de Diretores Lojistas
Respondente 13	Comunidade Eclesiástica
Respondente 14	Conselho de pastores
Respondente 15	Padre
Respondente 16	Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Coordenadora da Rede e-Tec Brasil
Respondente 17	Sindicato dos Produtores Rurais
Respondente 18	SENAR
Respondente 19	Representante dos Pequenos Produtores Rurais,
Respondente 20	Representante da Pastoral da Criança
Respondente 21	Ensino Superior Escola de Ensino Médio
Respondente 22	Representante de Ensino Superior
Respondente 23	18º URE – SEDUC (Mãe do Rio)

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Os Questionários (APÊNDICE A) e os termos de consentimento foram encaminhados por e-mail, para os 23 atores listados no Decreto Municipal nº 30/2016, dos quais 18 responderam. O percentual de respondentes representa cerca de 80 % do universo da pesquisa. A partir das respostas coletadas, a análise foi realizada e os resultados serão apresentados no Capítulo 5.

A avaliação no questionário foi realizada da seguinte maneira: (1) Discordo totalmente; (2) Discordo parcialmente; (3) Não concordo nem discordo; (4) Concordo parcialmente; e (5) Concordo totalmente. A análise dos resultados, por meio de estatística descritiva, foi organizada em três níveis: o primeiro é a concordância, que inclui os respondentes que concordam totalmente (5) e parcialmente (4). Em seguida virá a indiferença, que está associada a quem respondeu, ou seja, não concordam nem discordam (3) e, por fim virá a discordância, que inclui os que responderam que discordam totalmente (1) e parcialmente (2).

Para a apuração dos resultados, foi adotada a análise estatística em relação à frequência das respostas obtidas por mecanismo de governança (Liderança, Estratégia e Controle). A análise foi construída conforme classificação estatística descritiva qualitativa e com embasamento bibliográfico para os aspectos investigados dentro de cada mecanismo de governança, conforme os níveis da escala tipo *Likert* de 1 a 5. Solicitou-se, também, que as respostas fossem complementadas com as práticas adotadas referentes a cada afirmativa.

Estrutura do Trabalho

A dissertação está estruturada em seis capítulos. A Introdução se constitui no primeiro capítulo do trabalho e apresenta a contextualização do problema, justificativa e relevância da pesquisa, formulação da questão de pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos, hipótese, procedimentos metodológicos e estrutura do trabalho.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico, que aborda a Teoria da Governança e o conceito de redes, e discute mecanismos de governança utilizados para a execução de políticas públicas de maneira participativa, contrapondo-se ao modelo hierárquico utilizado em outras formas de gestão.

O terceiro capítulo descreve o Histórico da Política de Educação Profissional no Brasil e no Estado do Pará até a implementação do Programa de Educação Profissional Tecnológica Pará Profissional, e ressalta aspectos legais e limitações dos modelos tradicionais de formação profissional.

O quarto capítulo apresenta a experiência das ações do Programa de Educação Profissional e Tecnológica Pará Profissional no Município de Ulianópolis, apoiada pelo modelo de governança local adotado pelo CGIU, nos anos de 2016 a 2017.

O quinto capítulo apresenta as Considerações Finais. E por último, o sexto capítulo apresenta alternativas de boas práticas para o modelo atual de governança implementado por meio do CGIU/Ulianópolis, para apoiar as ações do Programa Pará Profissional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados conceitos sobre governança e uma análise dos termos governança e governabilidade, governança e gestão. Em seguida, o capítulo aborda sobre a governança no setor público, governança local, princípios da boa governança no setor público e, a modificação das relações entre o Estado e a sociedade.

No Brasil, o conceito de governança encontra-se em construção e vem ganhando ênfase a partir da década de 1990, com a proposta de reforma do aparelho de Estado e os processos de municipalização, em especial na área de saúde e educação, implantados no governo de Fernando Henrique Cardoso (SANTO JUNIOR; AZEVEDO; RIBEIRO, 2004).

Abordagens mais recentes sobre governança trazem para o centro da discussão a forma como o Estado organiza sua operação para conduzir relações e acordos de modo coletivo, com a participação de diversos atores sociais, econômicos e políticos, na formulação e implementação de políticas públicas.

Para compreensão do tema, primeiramente, será apresentada a reflexão do documento do Banco Mundial, seguida pelo conceito de governança segundo os autores: Santos (1997); Diniz (1995); Spink (1998); Schneider (2005); Kissler e Heidemann (2006); Matos e Dias (2013); Fonseca e Carapeto (2009); e Nardes, Altounian e Vieira (2014).

2.1 O conceito de governança

O debate sobre governança no Brasil surgiu a partir de reflexões conduzidas pelo Banco Mundial, com vistas à discussão das condições que promovem a eficiência do Estado. Segundo Diniz (1995), o tema começa a ser amplamente discutido a partir do documento *Governance and Development* (GOVERNANCE..., 1992), do Banco Mundial, que definiu governança como o exercício da autoridade, controle, administração e poder de governo.

Segundo as experiências relatadas no documento do Banco Mundial, programas considerados tecnicamente bem formulados, apresentavam resultados abaixo do previsto, quando eram implementados, deixando de atender aos seus propósitos e à sociedade, em razão da má qualidade da ação do governo.

Para Diniz (1997), governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país com vistas ao desenvolvimento, por meio do planejamento, formulação e execução de políticas públicas nas mais diversas áreas.

Nesse sentido, entende-se que o conceito de governança está relacionado a capacidade

técnico-administrativa que o governo tem para colocar em prática as políticas públicas planejadas. Com este entendimento, Spink (1998) afirma que governança se constitui na capacidade administrativa e financeira que viabiliza a implementação de políticas públicas.

No final do século XX, Diniz (1999) expande o entendimento sobre governança, ao defini-la como a capacidade de ação estatal ampla na implementação de políticas para alcance de metas, por meio de um conjunto de mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa da sociedade.

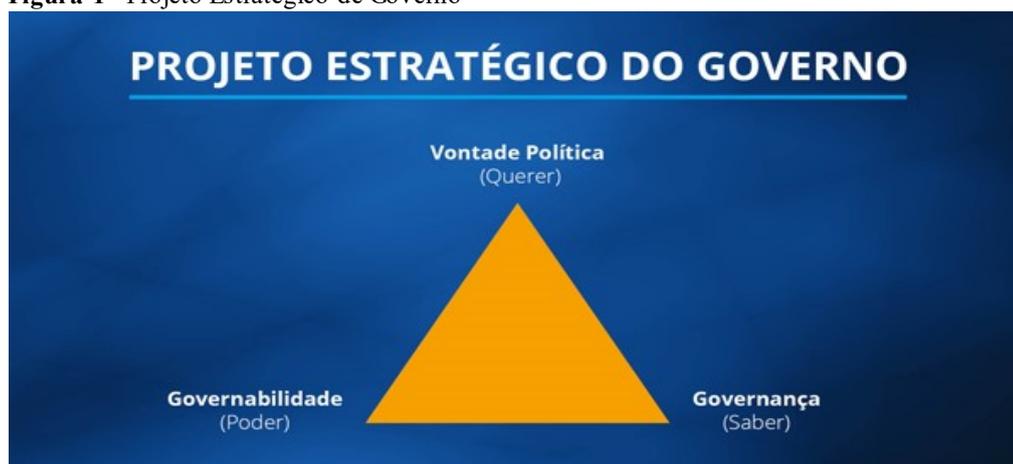
Diniz (1999) destaca, também, que esse processo requer do Estado mais flexibilidade e descentralização de suas funções, transferindo responsabilidades e ampliando o leque de atores participantes, sem descuidar dos meios de controle e supervisão. Para a autora, significa relacionar o processo de reforma do Estado com o processo de democratização da administração pública.

Assim, o conceito atual de governança passa por uma ampliação de significado, não se limitando à condução estatal, mas, se aplicando à forma como são conduzidas as políticas públicas e a nova configuração do Estado, com o objetivo de “melhorar o desempenho organizacional, reduzir conflitos e alinhar ações desenvolvendo múltiplas estruturas de governança” (BRASIL, 2013, p. 9).

De forma geral, segundo Matos e Dias (2013, p. 23), “governança se refere a algo mais amplo que o conceito de governo, como uma nova forma de governar capaz de expressar as mudanças que estão ocorrendo na sociedade, desde o final do século XX”.

Segundo Matos e Dias (2013), este novo modo de governar está de acordo com a crescente complexidade e diversidade das sociedades contemporâneas, que se caracterizam pela interação e pluralidade de atores envolvidos, dentre eles governo, setor privado e a sociedade civil organizada.

Há outros conceitos para o tema no Brasil. Para Nardes;Altounian;Vieira (2017, não paginado), governança no setor público é parte essencial de três principais pilares do Projeto Estratégico de um governo; “primeiro vem o querer (marcado pela vontade política), depois o poder (marcado pela Governabilidade) e então o saber (marcado pela Governança e seus instrumentos de conhecimento, operação e disseminação)” , conforme Figura 1.

Figura 1– Projeto Estratégico de Governo

Fonte: SOLLICITA (2018).

Sendo assim, para materializar a governança na área pública, como parte essencial do Projeto Estratégico de um Governo, princípios e regras definidas de atuação devem ser aplicados por meio de instrumentos que viabilizem a execução, monitoramento e avaliação da gestão de políticas públicas para alcançar os resultados esperados pela sociedade (NARDES, 2017).

Assim, governança é compreendida, neste trabalho, como a forma de governar que promove a participação e articulação dos atores públicos e privados na gestão de políticas públicas, com vistas ao atendimento da crescente e complexa demanda da população, por meio de instrumentos adequados.

2.1.1 Governança, governabilidade e gestão

As expressões governança, governabilidade e gestão possuem conceitos diferentes, sob o aspecto didático, no entanto é possível observar uma relação entre elas. Enquanto a governança está relacionada a estruturas, processos e poder de decisão, a governabilidade está relacionada à capacidade de governar e com a dimensão do Estado, e a gestão, por sua vez, relaciona-se à implantação de objetivos de uma instituição, de acordo com as regras estabelecidas.

A governança tem um caráter mais amplo, podendo englobar dimensões presentes na governabilidade. Santos (1997) define governança como:

[...] refere-se ao *modus operandi* das políticas governamentais – que inclui, dentre outras, questões ligadas ao formato político institucional do processo decisório, à definição do *mix* apropriado de financiamento de políticas e ao alcance geral dos programas (SANTOS, 1997, p. 341).

Já a governabilidade refere-se à dimensão estatal do exercício do poder e às condições institucionais sob as quais se dá o exercício do poder, tais como as características do sistema político, a forma de governo, as relações entre os Poderes e o sistema de intermediação de interesses (SANTOS, 1997).

Bresser-Pereira (1998, p. 33), em sua reflexão sobre governança e governabilidade, ressalta que “ambos são conceitos mal definidos e algumas vezes confundidos”. Governabilidade é a capacidade política de governar derivada da relação de legitimidade do Estado e Governo com a sociedade e a governança se relaciona com a capacidade de um governo implementar políticas, em sentido amplo, o que inclui formular, executar, monitorar e avaliar. Corroborando com esse entendimento, Matus (1989) afirma que a governabilidade tem dimensão estatal e está vinculada ao sistema político-institucional, enquanto que a governança atua em um plano mais amplo, englobando a sociedade como um todo.

Os termos governança e gestão são substantivos que precisam ser melhor compreendidos. Para distingui-los, reporta-se a Higher (2008, não paginado), que afirma: “governança diz respeito às regras e mecanismos por meio dos quais os atores podem influenciar na tomada de decisões e na prestação de contas”. Gestão, por sua vez, “está relacionada à implantação de um conjunto de objetivos de uma instituição, de acordo com as regras estabelecidas”.

A diferenciação entre os dois termos admite, de igual modo, um sentido operacional:

[...] enquanto a gestão é inerente e integrada aos processos organizacionais sendo responsável pelo planejamento, execução, controle, ação, enfim, pelo manejo dos recursos e poderes colocados à disposição de órgãos e entidades para a consecução de seus objetivos, a governança provê direcionamento, monitora, supervisiona e avalia a atuação da gestão, com vistas ao atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas. (BRASIL, 2013, p. 21).

Dessa feita, entende-se que governança se relaciona com estruturas que direcionam a gestão, na busca por melhores resultados, enquanto a gestão refere-se à realização das ações dos programas de governo. As principais diferenças entre governança e gestão estão sintetizadas no Quadro 6.

Quadro 6— Principais diferenças entre governança e gestão

Governança	Gestão
O que fazer	Como fazer
Direção	Processo de trabalho
Avaliar, direcionar, monitorar	Planejar, executar, controlar
Liderança	Gestores

Fonte: Braga (2017, p. 5).

Na visão de Braga (2017, p. 5), “governança é exercida por quem avalia a situação, determina a direção e monitora as ações para acompanhar se a direção determinada está sendo seguida”. Por outro lado, quem exerce a gestão elabora os processos de trabalho para executar o ciclo Planejar-Executar-Controlar de forma a conduzir a organização na direção definida pela governança.

Para o Tribunal de Contas da União (TCU), apesar da distinção entre governança e gestão ser tênue, é possível asseverar, para fins didáticos analíticos, que a governança regula ou condiciona a gestão em diferentes graus de compreensão (BRASIL, 2014b, p. 34).

Dessa forma, é possível inferir que os gestores se preocupam com as atividades de planejamento, execução e controle para que as metas e objetivos sejam alcançados. Já a liderança, ao governar, é responsável por avaliar as informações prestadas pela gestão (e por outras fontes), por direcionar a atuação da gestão, mediante a definição de estratégias que devem ser seguidas e por exercer o controle da gestão, mediante monitoramento. Assim, na visão de Branco; Cruz (2013), enquanto a gestão foca na eficácia e na eficiência, a governança se volta ao alcance da efetividade e da economicidade.

2.1.2 Governança no Setor Público

Na esfera pública, a partir da década de 1990, cresce no Brasil a discussão sobre reformas do setor Público, onde a governança pode ser compreendida como alternativa para a gestão baseada na hierarquia, pressupondo mudanças na estrutura da gestão política tradicional, segundo (MATOS; DIAS, 2013).

Nesse sentido, a descentralização se constitui como elemento importante para transferir o poder decisório dos agentes públicos às populações locais, o que implicaria no melhor aproveitamento de informações e maior capacidade de adaptação às necessidades locais, pressupondo que a sociedade local está mais próxima da população.

Com mesmo entendimento, Faria (2011, p. 54) entende que “a descentralização transfere o poder de tomada de decisão de instâncias superiores para instâncias mais próximas da comunidade, como os municípios, promovendo capacidade de definição sobre as prioridades da população local e gestão de programas setoriais”. Da mesma forma, Ckagnazaroff (2009, p. 40) afirma que, “descentralização pode ser associada à democratização da máquina pública, por meio de estruturas utilizadas para implementação de ações de caráter intersetorial”.

Nessa perspectiva, surge a definição de governança local como a configuração regional da governança pública, onde os atores locais e regionais desenvolvem ações conjuntas, movidos

pela expectativa de que consigam avaliar os problemas de sua região melhor do que atores nacionais ou estaduais (ACHE, 2000).

A formação de estruturas de governança a nível local pressupõe mecanismos diretos de participação dos cidadãos no exercício do Governo, fornecendo uma estrutura capaz de permitir que os interesses das comunidades estejam representados nas decisões governamentais (MATOS; DIAS, 2013). Em outras palavras, o conceito de governança local permite o compartilhamento de responsabilidades na implantação de políticas públicas entre o setor público, o privado e o terceiro setor.

Segundo Kissler e Heidemann (2006), na esfera local, há uma tendência em buscar-se uma forma descentralizada de gestão onde a governança é entendida como uma alternativa para a gestão baseada na hierarquia, já que os municípios possuem meios para fortalecer a cooperação com os cidadãos, empresas e entidades sem fins lucrativos na condução de suas ações.

Sob essa ótica, a participação se constitui como um dos principais componentes da governança local. O envolvimento, em termos de fornecimento de informação e implementação de processos participativos, são os primeiros passos para promover a capacidade de agir de modo coletivo, incentivando a intervenção nos processos de decisão que interessam à comunidade.

Sendo assim, para o fortalecimento dos governos locais utiliza-se de modelos de governança que promovam a interação entre agentes públicos e privados, na implementação de políticas públicas setoriais, a fim de atender às necessidades da sociedade. Cidadãos mais engajados no processo têm maior controle de seus governantes, conduzindo para o aumento da credibilidade das instituições e qualidade da democracia. (FONSECA; CARAPETO, 2009).

Para corroborar com o entendimento sobre governança local, destaca-se o conceito de Damkowski e Rösener (2003, p. 73), que a define como “uma ação conjunta via rede de todos os *stakeholders*² (grupos de cidadãos, administração, prefeituras, associações tradicionais, empresas), em prol do bem da coletividade”.

Assim, entende-se nesta dissertação que governança local, no que tange à implementação das políticas públicas, implica a necessidade de descentralizar processos entre os entes federativos em parceria com a sociedade, na busca dos resultados esperados pela população. Além disso, governança local é compreendida, como uma forma de coordenação e cooperação para a implementação de políticas públicas, formadas por representantes de

²*Stakeholders* são aqueles que possuem maior relevância na participação e compreensão dos processos decisórios relacionados à sua dinâmica de atuação.

organizações políticas, associações, empresas e sociedade civil, para atender às necessidades da população local.

No início do século XXI, alguns estudos apresentaram princípios e práticas de governança no setor público, dentre os quais destaca-se o estudo realizado pelo INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC, 2001)³, que apresentou três princípios fundamentais de governança:

- a) *Openness* (transparência): os órgãos governantes do setor público precisam assumir um compromisso explícito com a abertura e transparência em todas as atividades da entidade, sujeito apenas à necessidade de preservar a confidencialidade nas circunstâncias específicas em que é apropriado fazê-lo (IFAC, 2001, p. 29);
- b) *Integrity* (Integridade): boa governança requer definições claras de responsabilidade e uma compreensão das relações entre as partes interessadas da organização e as pessoas encarregadas de administrar recursos. Os riscos podem ser reduzidos ao fazer com que os participantes do processo de governança sejam conscientes de seu papel e responsabilidades (IFAC, 2001, p. 31);
- c) *Accountability* (Responsabilidade de prestar contas): os órgãos e entidades do setor público precisam estabelecer arranjos apropriados para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma econômica, eficiente e efetiva, com transparência (IFAC, 2001, p. 27);

Com base no que é apresentado, o IFAC (2001) destaca que governança compreende a estrutura (administrativa, política, econômica, social, ambiental, legal e outras) posta em prática para garantir que os resultados pretendidos pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados.

No que se refere às práticas de governança organizadas no setor público com vistas a melhorar a prestação de serviços à sociedade, um conjunto de orientações foi desenvolvido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dentre as dimensões estabelecidas pela OCDE para a boa governança no setor público estão as “políticas de relacionamento com os stakeholders; transparência e divulgação de informações; e definição de

³Realizou o estudo: *Governance in the public sector; a government body perspective*

responsabilidade nas instâncias participativas de discussão como conselhos, fóruns, comitês” (MATIAS; PEREIRA, 2010, p. 21).

A governança no setor público para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ajuda a fortalecer a democracia, promove a coesão social e a ação compartilhada pelo Estado, juntamente com as organizações públicas não estatais, com a sociedade civil, empresas e pelos cidadãos (MATOS; DIAS, 2013).

Em vista disso, para estabelecer a governança no setor público, entram na arena de debates estruturas e modelos de gestão que possibilitem identificar o papel, objetivos e responsabilidades de cada ator, por meio de regras formais e informais.

No setor público brasileiro, o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou o Referencial Básico de Governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública, com a finalidade de contribuir com o aperfeiçoamento da gestão e prestação de serviços à sociedade. Nessa perspectiva, governança foi compreendida pelo TCU como a habilidade e a capacidade governamental para implementar políticas públicas mediante o estabelecimento de relações e parcerias coordenadas entre organizações públicas e/ou privadas (BRASIL, 2014a).

Segundo o Referencial do TCU, a governança pode ser avaliada sob a perspectiva de quatro níveis de análise: os mecanismos de governança, os componentes, as práticas de boa governança e os itens de controle, que contribuem direta, ou indiretamente, para o alcance dos objetivos estabelecidos.

Nessa perspectiva, o TCU estabelece que a Governança compreende essencialmente os mecanismos de Liderança, Estratégia e Controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (BRASIL, 2014a).

O processo de estabelecimento do mecanismo de governança Estratégia envolve aspectos como; “[...]escuta ativa de demandas, necessidades e expectativas das partes interessadas; avaliação e prospecção de cenários; definição e alcance da estratégia; definição e monitoramento de objetivos de curto, médio e longo prazo e alinhamento de estratégias” (BRASIL, 2014a, p. 37).

Os componentes do mecanismo Estratégia, definidos pelo TCU são relacionamentos com as partes interessadas, estratégia organizacional, e, alinhamento transorganizacional. As práticas associadas ao mecanismo Estratégia, evidenciadas no referencial adotado, encontram-se dispostas no Quadro 7.

Quadro 7– Componentes relacionadas ao mecanismo Estratégia

MECANISMO	COMPONENTES	PRÁTICAS RELACIONADAS
ESTRATÉGA	Relacionamento com as partes	1-Estabelecer canais de comunicação com os atores participantes 2-Promover a participação social na governança da organização 3-Estabelecer relação com a mídia e outras organizações 4-Assegurar que decisões, programas, ações atendam o maior número de interessadas
	Estratégia organizacional	1-Estabelecer modelo de gestão, considerando aspectos de transparência e envolvimento das partes interessadas 2-Estabelecer a estratégia da organização 3-Monitorar e avaliar a execução da estratégia e os indicadores de desempenho da organização
	Alinhamento transorganizacional	1-Estabelecer mecanismos de ação conjunta entre os participantes para implementar, monitorar e avaliar políticas transversais

Fonte: Elaborado pela Autora, 2018, adaptado de Brasil (2014a, p. 36).

O processo de estabelecimento do mecanismo de governança Liderança envolve aspectos como:

[...]conjunto de práticas, de natureza humana ou comportamental, que assegura a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança, quais sejam: pessoas íntegras, capacitadas, competentes, responsáveis, ocupando os principais cargos das organizações e liderando os processos de trabalho (BRASIL, 2014a, não paginado).

Os componentes do mecanismo Liderança, definidos pelo TCU são pessoas e competências, princípios e comportamentos, liderança organizacional e sistema de governança. As práticas associadas ao mecanismo Liderança, evidenciadas no referencial adotado, encontram-se dispostas no Quadro 8.

Quadro 8– Componentes relacionadas ao mecanismo Liderança

MECANISMO	COMPONENTES	PRÁTICAS RELACIONADAS
LIDERANÇA	Pessoas e competências	1-Estabelecer e dar transparência ao processo de membros 2-Assegurar capacitação dos membros 3-Estabelecer sistema de avaliação de desempenho de membros
	Princípios e comportamentos	1-Adotar código de ética que defina padrões de comportamento 2-Estabelecer mecanismo de controle para evitar vieses ou conflitos de interesses que influenciem as decisões
	Liderança organizacional	1-Avaliar, direcionar e monitorar a gestão da organização, especialmente quanto ao alcance de metas 2-Responsabilizar-se pelo estabelecimento de diretrizes para a gestão da organização
	Sistema de governança	1-Estabelecer as instâncias internas de governança da organização 2-Garantir o balanceamento de poder e a segregação de funções

Fonte: Elaborado pela Autora (2018), adaptado de Brasil (2014a, p. 36).

O processo de estabelecimento do mecanismo de governança Controle envolve aspectos como: [...]riscos dos processos definidos nas organizações que devem ser avaliados e tratados, com vistas a alcançar a transparência e *accountability*, o que envolve prestação de contas e a responsabilização pelos atos praticados (BRASIL, 2014a).

Os componentes do mecanismo Controle, definidos pelo TCU são gestão de riscos, auditoria interna, *accountability* e transparência. As práticas associadas ao mecanismo Controle, evidenciadas no referencial adotado, encontram-se dispostas no Quadro 9.

Quadro 9– Componentes relacionadas ao mecanismo Controle

MECANISMO	COMPONENTES	PRÁTICAS RELACIONADAS
CONTROLE	Gestão de riscos	1-Estabelecer sistema de gestão de riscos e controle interno 2-Monitorar e avaliar sistema de gestão de riscos e controle, para melhorar o desempenho
	Auditoria interna	1-Estabelecer a função de controle interno 2-Prover condições para que a auditoria interna seja independente 3-Assegurar que a auditoria interna adicione valor à organização
	<i>Accountability</i> e transparência	1-Dar transparência para a organização 2-Prestar contas da implementação dos resultados 3-Avaliar a imagem da organização e satisfação das partes com seus produtos e serviços 4-Garantir a apuração de indícios de irregularidade e promover a regularização se comprovada

Fonte: Elaborado pela Autora, 2018, adaptado de Brasil (2014a, p. 36).

Logo, a discussão está focada na qualidade (boa, regular ou ruim) ou então no estágio (avançado, intermediário ou inicial) em que se encontra a governança (NARDES; ALTOUNIAN; VIEIRA, 2014, p.182). Assim, segundo os autores, para alcançar a boa governança é necessário construir modelos que possibilitem a implementação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas, que atendam às demandas da sociedade.

O termo “boa governança” engloba, além da capacidade de gestão do setor público, o incentivo à formação de regras e instituições que forneçam um quadro previsível e transparente para a realização da gestão pública e privada, garantindo a prestação de contas e um quadro jurídico favorável ao desenvolvimento. (GOVERNANCE..., 1992).

2.1.3 Modificação das relações entre o Estado e a Sociedade

Após discorrer sobre o conceito de governança, com vistas a compreender como se processa a governança local (conceito utilizado neste estudo), é importante retomar à crise

vivenciada pelo Estado, no final do século XX, quando surgem dificuldades para o atendimento às necessidades da população devido ao aumento da complexidade das demandas sociais setoriais.

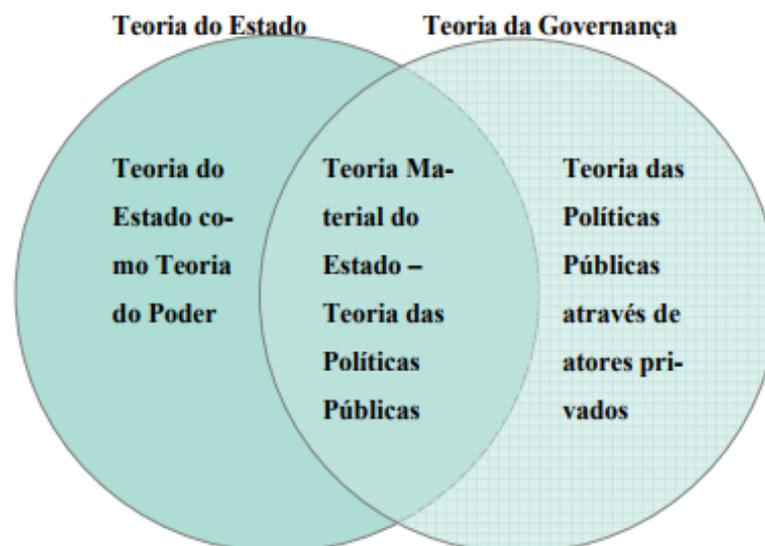
Além disso, observa-se um redimensionamento do Estado, que passa a ser entendido como não exclusivamente estatal, compartilhando ações conjuntas entre atores de organizações não governamentais e setor privado, na execução de políticas públicas em áreas específicas (MATOS; DIAS, 2013).

Em sua reflexão sobre governança, Bobbio (1987) entende que o Estado pode ser representado por um modelo sistêmico, no qual a relação entre as instituições políticas e a sociedade está direcionada para o atendimento de demandas provenientes do ambiente social, por meio da elaboração de políticas públicas.

Assim, de acordo com Schneider (2005), insere-se a questão da modificação das relações entre Estado e Sociedade, trazendo nova discussão acerca de estruturas e análises relacionadas à transformação da forma de governar do Estado (SCHNEIDER, 2005). Para esse autor, o conceito contemporâneo de governança não se limita à condução estatal do Governo, mas se traduz na forma pela qual a sociedade conduz ações por meio de instituições e atores sociais.

Schneider (2005) afirma, ainda, que a governança transcende o conceito tradicional estatal, no qual o Estado era o único ator da arena política e remete a outras formas de condução social, como ilustra a Figura 2.

Figura 2– Governança e Teoria do Estado



Fonte: Schneider (2005, p. 34).

Nesse sentido, um dos desafios da governança está na estrutura do Estado para lidar com modelos de gestão participativos, nos quais atores privados contribuíam com o desempenho da administração pública em prol de seus interesses.

Para Kissler e Heidemann (2006), uma estrutura de governança pública inclui vários atores sociais participantes do Estado ativo os quais estão inseridos nos três setores, transformando-o num Estado ativador, que age, principalmente, sobre o setor privado e o terceiro setor, com o propósito de mobilizar recursos, contando com a força da sociedade civil (por exemplo, por meio do engajamento comunitário), como ilustra o Quadro 10.

Quadro 10—Estado Ativo – Modelo dos três setores

Modelo dos três setores		
Setor público	Setor privado	Terceiro setor
Administração direta federal, estadual e municipal.	Mercado de concorrência pura	Organizações próprias (grupos de autoajuda e iniciativa comunitárias).
Administração própria (por exemplo, câmaras, universidades, seguridade social, IHK*).	Mercado de concorrência regulada (por exemplo, o setor de energia).	Associações (sociedades, clubes, associação de bem-estar social, cooperativas).
Entidades administrativas de direito privado (por exemplo, DFG**GTZ,***Instituto Goethe)		Interesses organizados (associações, ações conjuntas).
*Industrie und Handelskammer (Câmara de Indústria e Comercio) **Deutsche Forschungsgemeinschaft (Sociedade Alemã para a Pesquisa) ***Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Sociedade de Cooperação Técnica)		

Fonte: Kissler e Heidemann (2006, p. 485).

Segundo os autores, o setor privado e o terceiro setor acabam sendo valorizados perante o setor público, já que o Estado Ativador se diferencia do governo tradicional quando passa a priorizar a articulação com comunidades, empresas e redes sociais, por meio de diferentes arranjos.

Nesse sentido, Kissler e Heidemann (2006) definiram que governança sugere uma lógica de gestão para organizações e setores caracterizada por estruturas mistas, de acordo com a realidade local dos sujeitos envolvidos.

Em face do que foi apresentado, o entendimento sobre governança, nesse estudo, passa pela utilização de modelos e estruturas na elaboração e execução de políticas públicas setoriais, em ambientes organizados politicamente. Dessa forma, o debate sobre a abordagem de redes como estrutura de governança pode oferecer bases teórico-conceituais ao tema em questão.

2.2 Redes como estrutura de governança

O conceito de Redes, no âmbito das organizações públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica, traz para o centro do debate modelos e estruturas de governança com objetivo de direcionar relações entre os diversos atores da sociedade, participantes das etapas de planejamento e execução de políticas públicas setoriais, em âmbito federal, estadual e municipal.

Dessa forma, o estudo procurou avançar na abordagem pouco debatida no Brasil, denominada redes, tendo como referencial teórico autores como Schneider (2005), Castells (2001), Roth et al. (2012), Hecló (1998), Zurbriggen (2003), Borzel (2008), Frey (2000), Loyola e Moura (1996), entre outros.

Roth et al. (2012) consideram que uma estrutura de redes tem por objetivo estruturar e organizar mecanismos regulatórios de tomada de decisão, para garantir os interesses dos membros dessa rede. Segundo os autores, a função da governança não deixa de estar associada à ideia de gestão, pois ela proporcionará uma visão Inter organizacional e a regulação entre os limites e a autonomia.

O conceito de redes de políticas públicas, segundo Borzel (2008), parte de duas dimensões: a) uma tipologia de intermediação de interesses e b) uma forma específica de governança. Para a primeira, as redes políticas caracterizam “diferentes formas de relacionamento entre grupos de interesse e o estado, e a segunda trata as redes políticas como uma forma particular de governança como um mecanismo de mobilização de recursos políticos amplamente dispersos entre os atores públicos e privados” (BORZEL, 2008, p. 223).

Para Loyola e Moura (1996, p. 59), no campo do Estado, “as redes representam formas de articulação entre órgãos governamentais, organizações privadas ou grupos que lhes permitam enfrentar problemas sociais e implementar políticas públicas chamadas redes institucionais ou redes de políticas públicas”.

Corroborando com o mesmo entendimento, Hecló (1978, p. 102), define redes de políticas públicas como “a interação resultante das relações sociais entre atores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo com atores privados da sociedade, na etapa de implementação de políticas públicas, considerando que o Estado não é o único sujeito nesse processo”.

No mesmo sentido, Zurbriggen (2003, p. 3), afirma que “o modelo de redes de políticas públicas baseia-se nas relações de diferentes interesses entre atores públicos e privados, organizados sob um modelo de governança que permita a articulação entre Estado e sociedade civil, na condução e implementação de políticas públicas setoriais”.

Essa nova forma de coordenação tende a substituir as relações hierárquicas de poder tradicionais da burocracia Weberiana, pois o modelo de governo no qual havia uma separação entre o estado e a sociedade civil, deixou de ser o adequado à sociedade atual, constituída por redes que agrupam interesses e requer estruturas com flexibilidade e capacidade de intervenção partilhada (FONSECA; CARAPETO, 2009).

Dessa feita, segundo entendimento de Kenis e Schneider (1991, p. 41), a relação Estado e sociedade por meio de redes de políticas públicas podem ser vistas como novas formas de governança que refletem uma relação modificada quanto à capacidade de tomada de decisão, formulação e implementação de programas distribuídos entre atores públicos e privados.

Schneider (2005), reitera ao dizer que o Estado anteriormente possuía o monopólio da produção de políticas públicas, mas que de ator singular e monolítico passa para o sistema de múltiplos atores, deixando de ser compreendido como uma hierarquia e passando a ser compreendido como uma rede de organizações relativamente autônomas (Estado-rede), que pressupõe diversificação organizacional. O Estado vem se transformando e não mais se defronta somente com indivíduos, mas também, com atores corporativos, organizações formais, que reproduzem a face da sociedade contemporânea.

Nessa lógica de mudança do paradigma estatal, surgiram modelos, instâncias, estratégias e mecanismos capazes de envolver os diversos atores sociais no processo de condução (governança) das políticas públicas. De acordo com Matos e Dias (2013, p. 62), nesse novo contexto, as políticas públicas são gerenciadas através de redes de atores públicos e privados, que interagem entre si em um marco mais ou menos institucionalizado, com intercâmbio de recursos e informações para atingir objetivos comuns.

Dessa forma, o Estado moderno tornou-se mais cooperativo, acolheu as redes e os impactos sobre suas formas e estruturas capazes de responder às exigências concretas dos cidadãos, apoiado de forma intensiva pelas tecnologias de informação e comunicação (FONSECA; CARAPETO, 2009).

Segundo Fonseca; Carapeto (2009), a atuação do Estado caminha na direção do Estado “Rede”, o qual envolve mecanismos de negociação e múltiplos atores entre os quais: entes públicos de diferentes esferas de governo, entidades privadas (com ou sem fins lucrativos) e a sociedade civil, diferenciando-se da forma tradicional de organização do Estado “Hierárquico”, conforme demonstrado no Quadro 11.

Quadro 11– Estado Hierárquico e Estado Rede

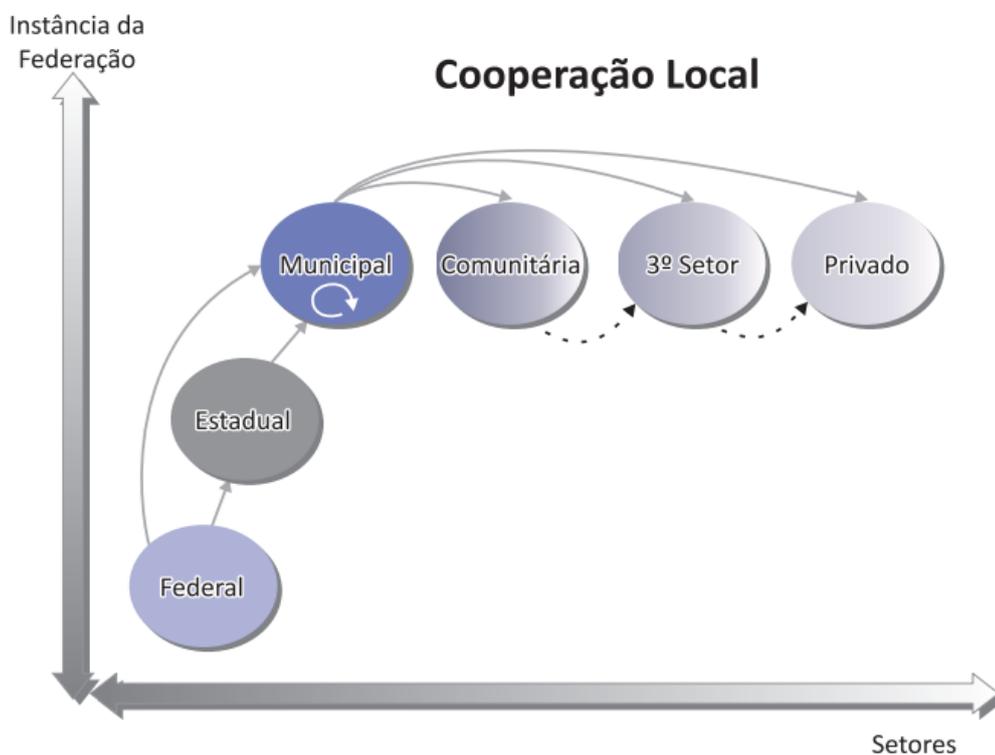
Tipo de Estado	Ambiente Institucional			
	Atores	Papel da Administração Pública	Papel de outros Atores	Mecanismos de coordenação
Estado Hierárquico	Parlamento Governo	Organização Burocrática Implementação natural na base das preferências públicas	Não existem outros atores com papel ativo	Hierarquia Regras
Estado Rede	Parlamento; Governo; Administração local; Associações; Profissionais; Sindicatos; Grupos de interesses não econômicos; Cidadãos; Outros Estados.	Organização horizontal e flexível; Institucionalização de estruturas (conselhos consultivos e etc.); Mecanismos (direitos de informação, consulta e participação) para mediação dos diferentes interesses.	Múltiplos atores envolvidos na governação; Intervenção de cidadãos e organizações da sociedade civil; Parcerias entre atores públicos e privados.	Redes Negociação

Fonte: Adaptado de Fonseca e Carapeto (2009).

A criação e manutenção da estrutura de redes de políticas públicas impõe desafios administrativos vinculados aos processos de negociação e geração de consensos, estabelecimento de regras de atuação, distribuição de recursos e interação, construção de mecanismos e processos coletivos de decisão, estabelecimento de prioridades e acompanhamento (TEIXEIRA, 2002).

No mesmo sentido, Malmegrin (2014, p. 18) apresenta diferentes modelos de formação de redes locais com diversas possibilidades de associação entre as instâncias federativas (federal, estadual e municipal) e para os níveis comunitário, do terceiro setor e setor privado, conforme Figura 3.

Figura 3– Redes de cooperação local com dimensões federal, estadual e municipal



Fonte: Malmegrin (2014, p. 18).

De acordo com a Figura 3, depreende-se a importância da participação municipal no modelo apresentado de redes de cooperação local, com dimensões federal, estadual e municipal, bem como a importância da participação dos atores locais na execução de políticas públicas.

Para Castells (2001), o Estado rede é uma fórmula político institucional que visa assegurar a coordenação entre os diferentes níveis institucionais dos poderes políticos, o que se tornou possível, principalmente, pela ascensão da interatividade e da informática. O autor considera que as organizações em rede possuem maior capacidade de se adaptarem e reagirem às pressões do meio que as cercam.

Castells (2001) conclui ao dizer que, apesar de governar em rede ser difícil, o Estado rede deixa de ser uma nova utopia da era da informação, constituindo-se na forma institucional que surge e se adequa aos novos problemas de administração pública e de gestão política.

A partir dos conceitos estudados, entende-se que para abrir caminhos na direção da atuação colaborativa da sociedade em rede, são necessários instrumentos de governança que possibilitem a coordenação e articulação entre várias organizações, tornando possível o compartilhamento de responsabilidades entre gestores públicos e cidadãos.

Dessa feita, considera-se oportuna a utilização do conceito de redes associado ao conceito de governança, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, que utiliza uma

estrutura composta de atores como a Rede Federal de EPT, instituições públicas e privadas federais e estaduais, Sistema “S”, empresas privadas, sindicatos e comunidades locais, para a execução de ações de qualificação profissional.

A governança, portanto, segundo Matos e Dias (2013, p. 24), “pode ser caracterizada como uma nova forma de governar, característica da sociedade em rede, marcada pela crescente complexidade, dinamismo e diversidade”.

Em outras palavras, entende-se que a ideia de governança relacionada ao conceito de redes é importante na busca da efetividade das ações setoriais realizadas, e como possibilidade de melhoria da relação entre setor público e sociedade. No entanto, não se pode deixar de destacar que, em razão das diferentes missões institucionais e distintos interesses dos atores envolvidos na implementação de programas, essa relação não é algo fácil de ser estabelecida, exigindo capacidade de controle e condução dos coordenadores do processo.

3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: PROCESSO HISTÓRICO E ASPECTOS LEGAIS

Este capítulo tem como finalidade apresentar a síntese histórica da educação profissional brasileira, baseada em concepções, normas e legislações disponíveis sobre o tema, desde o período colonial até o início do século XXI.

3.1 Síntese histórica da educação profissional no Brasil

Historicamente, a educação profissional no Brasil foi criada para atender jovens e adultos que viviam à margem da sociedade. De acordo com Fonseca (1961, p.68) “habitou-se o povo da nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”.

No período compreendido entre a chegada dos portugueses ao Brasil até a proclamação da República, em 1889, a oferta de cursos profissionais era considerada desnecessária, já que o trabalho manual era realizado por índios e escravos na agricultura e extração da madeira, ensinado no próprio trabalho pelas gerações anteriores (FONSECA, 1961).

Anos mais tarde, a política de educação profissional caminhou para superar o enfoque assistencialista e alcançou importância estratégica como política central para o desenvolvimento e estímulo à qualificação profissional, ganhando força o conceito de empregabilidade (OLIVEIRA, 2006).

No final do século XX, em decorrência do processo de modernização e inovações tecnológicas, os termos educação profissional e tecnológica, na forma de política pública, começaram a ser utilizados conjuntamente, amparados na discussão de formação para o trabalho (ALVAREZ, 2013).

Os registros da educação profissional brasileira e seu papel na sociedade serão discutidos conforme os conceitos de Fonseca (1961), Manfredi (2002), Saviani (2006), Oliveira (2006), Gentili (2011) e Tavares (2012), de acordo com os principais acontecimentos dos períodos da história do país, segmentados por fases, desde o período colonial até o início do século XXI.

O Quadro 12 sintetiza o contexto histórico e educacional da Educação Profissional brasileira e a evolução do seu papel, no período de 1500 a 2015, e apresenta a Legislação vigente no campo da Educação Profissional.

Quadro 12 – Síntese Histórica da Educação Profissional no Brasil

Período	Contexto Histórico	Papel da Educação Profissional
1500-1889	Colonização Brasileira Independência do Brasil Advento da Lei Áurea Proclamação da República	A oferta de cursos profissionalizantes foi considerada desnecessária, pois o trabalho era exercido por índios e escravos. Aquela forma de ensino era destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais (FONSECA, 1961)
1890-1941	Problemas sociais devido aos ex-escravos, órfãos, cegos e outros não encontrarem meios para garantir sua subsistência.	O ensino profissionalizante era visto como alternativa para os “desfavorecidos da fortuna” (TAVARES, 2012, p. 5)
1942-1970	Decreto-Lei nº 4.048/1942 cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Lei nº 4.024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi a primeira tentativa de equivalência entre o ensino técnico e o ensino propedêutico (PORTAL EDUCACAO, 2008)	Os egressos de curso técnico poderiam prestar exames apenas para cursos superiores relacionados à sua formação técnica (TAVARES, 2012)
1971-1985	Lei nº 5.692/71 confere caráter compulsório à Educação Profissional. Desenvolvimento do Estado Democrático de Direito.	A Educação Profissional passou a ser obrigatória para os estudantes do ensino secundário (SAVIANI, 2006)
1986-1995	Reforma do Estado (a partir de 1990). Lei nº 7.998/1990 institui o Programa Seguro Desemprego e incluiu a qualificação profissional.	Transfere-se ao próprio trabalhador a responsabilidade pelo domínio de competências profissionais exigidas pelo mercado de trabalho (TAVARES, 2012); ocorre a expansão da Educação na área empresarial privada e estagnação da Rede Federal de Educação
1995-2002	Lei nº 9.396/96 Lei das Diretrizes Básicas da Educação. Decreto nº 2.208/97 cria matrizes curriculares distintas para Ensino médio e técnico. Estruturação do Ensino técnico e tecnológico em um sistema paralelo ao regular e reforça a dualidade estrutural.	A superação do enfoque assistencialista pela política de Educação Profissional ganha importância estratégica como política central para o desenvolvimento; estímulo à qualificação profissional, ganha força o conceito de empregabilidade (OLIVEIRA, 2006)
2003-2010	Lei nº 11.195/05 possibilita a retomada da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Lei nº 11.741/08 estabelece nova regulamentação para a LDB. Lei nº 11.892/08 institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).	A Educação Profissional e Tecnológica integra-se às diferentes modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e tecnologia. Ficam estabelecidos os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós (BRASIL, 2008a, 2008b)
2011-2016	O Governo Federal assume a coordenação das ações de Qualificação Profissional, reorganizando as Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pela Lei nº 12.513/11.	O desafio do governo e sociedade é a construção de uma proposta de gestão de EPT capaz de envolver os segmentos sociais e organizar instâncias de deliberação. Isto implica em articulação das políticas, dos órgãos públicos, das escolas nos âmbitos federal, estadual e municipal, e dos sistemas e redes de educação profissional (KUENZER; GRABOWSKI, 2006)

Fonte: Adaptado de Tavares (2012 p. 4-5).

De 1890 até o final da década de 1950, a oferta de cursos profissionais tinha como missão fornecer um “ofício” às classes sociais “menos favorecidas”. Assim, o ensino

profissionalizante brasileiro era visto como alternativa ao problema da falta de trabalho dos “desfavorecidos da fortuna”. Tentava-se, portanto, superar os problemas sociais dos escravos, cegos, surdos, órfãos, dentre outros “desvalidos”, que não conseguiam meios para garantir seu sustento (TAVARES, 2012).

A partir da década de 1950, com a internacionalização da economia, grandes empresas multinacionais instalaram-se no país, requerendo mão de obra local qualificada para adequar a produção brasileira aos padrões de qualidade vigentes mundialmente. A expectativa era de que as empresas adotariam processos modernos de produção, e a falta de qualificação do trabalhador poderia ser um obstáculo para o sucesso do processo de modernização produtiva.

Em atenção às solicitações da indústria, nesse período, o Governo Federal expande o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), criados por meio do Decreto-Lei nº 4.048/1942 e Decreto-Lei nº 8.621/1946, respectivamente. Nesse momento, a proposta era promover a capacitação da força de trabalho na quantidade e qualidade exigidas pelo sistema produtivo. O aluno recebia um conjunto de informações suficientes para dominar seu ofício, sem o aprofundamento educativo que lhe permitisse progredir no processo de formação educacional.

Para isso, segundo Tavares (2012), era preciso superar obstáculos como o baixo nível de escolaridade dos trabalhadores e a falta de preparo dos egressos do sistema educacional tradicional para enfrentar as exigências do mercado de trabalho. Ainda segundo o autor, a elevação da escolaridade dos trabalhadores e as transformações no mundo do trabalho passaram a ser determinantes para o desenvolvimento do país.

Nesse contexto, no início da década de 1960, com a Lei nº 4.024/61, foi instituída a primeira Lei das Diretrizes Básicas (LDB) (BRASIL, 1961), na tentativa de promover a equivalência entre Ensino Técnico e Ensino Propedêutico, na busca por elevar a formação educacional dos trabalhadores que optavam por receber os cursos profissionalizantes. A partir de então, os egressos do ensino secundário do ramo profissionalizante poderiam ter acesso ao Ensino Superior.

Entretanto, somente com a publicação da Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971) é que foi conferido caráter compulsório à educação profissional, sendo possível desenvolver, conjuntamente, ações do segundo grau com a formação profissional (SAVIANI, 2006). Nesse momento, a profissionalização dos estudantes do ensino secundário se tornou obrigatória com o propósito de aproximar o processo educativo formal da qualificação dos trabalhadores, elevando a escolaridade dos trabalhadores, e de atender às exigências do mercado de trabalho.

No entanto, segundo Saviani (2006), os objetivos propostos pela referida lei não foram

alcançados devido a vários fatores, como: estrutura física deficitária do sistema de ensino público brasileiro; falta de recursos financeiros e humanos; e ausência de políticas públicas adequadas à educação profissional.

De acordo com Leite (1995), a educação profissional no Brasil, durante a vigência da LDB nº 5.692/1971, era ministrada por instituições de diversos tipos, o que constituiu a rede de educação profissional brasileira, combinando ampla diversidade de modelos organizacionais, gerenciais, pedagógicos e de financiamento. Essa rede era composta, no âmbito do setor público, pelas escolas técnicas, mantidas pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), e nelas predominou a oferta dos cursos de nível técnico.

Já no setor privado, compreendiam-se diferentes tipos de entidades, como o Sistema “S” e as entidades de ensino profissional livre e organizações da sociedade civil, tendo sua marca registrada na oferta de cursos de nível básico e tecnológico (NASCIMENTO, 2012).

Na década de 1980, o Brasil viveu o processo de redemocratização do país. Em seguida, vivenciou a crise de 1990, que estagnou a economia brasileira, com altas taxas de inflação e desemprego. Nesse cenário, o Governo precisava se reorganizar para estabelecer a “Reforma do Estado”, adotando propósitos como a busca pelo “Estado mínimo”, que tiveram implicações, também, na área da educação profissional.

Em 1990, foi instituída a Lei nº 7.998/90 (BRASIL, 1990) que regulamentou o Programa Seguro Desemprego e ampliou a cobertura de ações de proteção ao trabalhador, incluindo a qualificação profissional e a intermediação de mão-de-obra. A lei trata, ainda, da criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), como órgão de controle social com a atribuição de discutir e deliberar acerca de políticas públicas de emprego, incluindo cursos de qualificação profissional, via linhas de financiamento do FAT (CAMPÊLO, 2017).

Segundo Manfredi (2002, p. 107), “novas demandas e necessidades iriam tencionar velhas estruturas e fazer emergir, a partir da segunda metade dos anos 90, os debates para os ensinos médio e profissional” e a “necessidade” de mão de obra qualificada passou a ser debatida pelos atores envolvidos nesse processo.

Em 1996, a educação profissional obteve um marco institucional importante: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 (BRASIL, 1996), publicada em 20 de dezembro de 1996, com um capítulo dedicado especificamente, à educação profissional como modalidade de educação, que estabelece: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL,

1996, não paginado).

A concepção trazida pela LDB representa a superação do enfoque assistencialista da educação profissional, bem como do preconceito social que a desvalorizava. A LDB dispõe, ainda, no parágrafo único do artigo 39: “O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional” (BRASIL, 1996, não paginado).

A LDB trata a educação profissional como direito de cidadania, conferindo importância estratégica às questões relacionadas à profissionalização dos trabalhadores brasileiros. Sobre isso, vale ressaltar que uma das grandes conquistas que a educação brasileira teve com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, “foi a de traçar um caminho em direção ao sistema nacional de educação integrado” (SAVIANI, 2001, p. 210).

Para Tavares (2012), as diretrizes neoliberais contribuíram para o sucateamento da rede de ensino público, e, ao mesmo tempo, para a expansão da educação do setor empresarial privado, terceirizando o ensino profissionalizante e transferindo ao trabalhador a responsabilidade pelo domínio das habilidades profissionais exigidas como fator de empregabilidade, sintonizadas com os interesses do mercado de trabalho.

Nesse período, o mercado de trabalho brasileiro passou por grandes transformações que originaram, de um lado, a reorientação do modelo brasileiro de desenvolvimento, que transitou da industrialização protegida para uma economia aberta e competitiva, e, de outro, à estabilidade da moeda. Porém, apesar da recuperação econômica já ser visível, o nível de desemprego aumentava, situação vivida pelas sociedades capitalistas do final no século XX. (GENTILLI, 2011).

É nesse contexto que ganha força o conceito de empregabilidade, definido como um conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornem o profissional habilitado não apenas para uma, mas para toda e qualquer organização de trabalho, sendo este um movimento contínuo que exige do trabalhador estar sempre se qualificando para permanecer ou retornar ao mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2006).

O discurso vigente era de que o país tinha um enorme obstáculo a vencer: “qualificar, em tempo coerente com as necessidades, os trabalhadores para assegurar-lhes empregos de qualidade e garantir o sucesso do processo de modernização produtiva” (ALVES; VIEIRA, 1995, p. 119).

Já na primeira década do século XXI, com o início de um novo governo em âmbito federal, no período de 2003 a 2007, o Estado brasileiro passou a adotar uma nova postura no campo da educação. Foi revogado o Decreto nº 2.208/97, que proibia a expansão da Rede

Federal de Educação Profissional (BRASIL, 1997), e foi publicada a Lei nº 11.195/05, que possibilitava a retomada da expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Dessa maneira, foram criadas condições institucionais necessárias à retomada dos investimentos nas escolas técnicas e escolas de ensino médio. Assim, reforçava-se a estratégia governamental que conferiu destaque à profissionalização como impulsionadora do desenvolvimento socioeconômico do país. (BRASIL, 2005).

A partir de 2008, a Lei nº 11.741/08 instituiu uma nova regulamentação para a LDB, e estabeleceu que: “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. (BRASIL, 2008a, não paginado).

No parágrafo segundo, estabelecem-se os cursos:

- I. De formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II. De educação profissional técnica de nível médio;
- III. De educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Paralelo a isso, a Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008b) instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, ao mesmo tempo, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) (PACHECO, 2011, p. 12).⁴. Alguns IFs foram resultantes da mescla de escolas técnicas federais pré-existentes, o que acelerou o processo de expansão da Rede Federal do País. Mais à frente, novas unidades de ensino começaram a ser implantadas nos estados, promovendo a “capilarização” da educação técnica e profissional no país (ALVAREZ, 2013).

Dessa feita, a legislação apresentada nesse período foi o vetor que definiu a nova direção para a EPT no País, que deveria estar sintonizada às políticas de desenvolvimento industrial, às políticas sociais e às demandas locais e regionais. Como destacado por Oliveira e Gonçalves Júnior (2014), foram desencadeadas ações em diferentes instâncias administrativas, como nas instituições preexistentes que ofertavam educação profissional, nos institutos federais e em locais como prefeituras, em municípios onde começaram a ser implantadas novas unidades de escolas técnicas, para oferta de educação profissional e tecnológica.

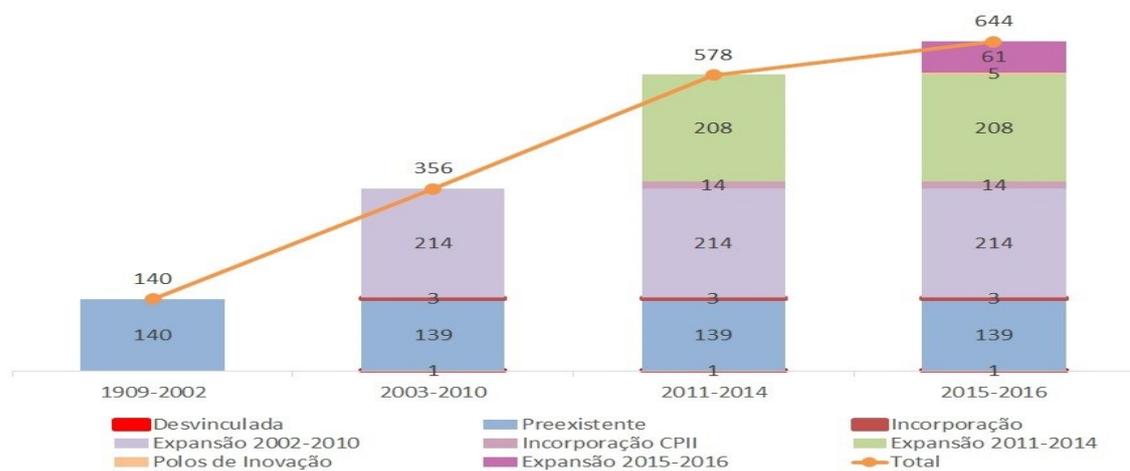
⁴ “Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar, aqui e agora, as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa”

3.1.1 Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

O plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi lançado no final de 2006 e imprimiu importante avanço para a ampliação da política de EPT no país.

Segundo informações divulgadas pelo MEC, de 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação finalizou a construção de mais de 500 novas unidades dentro do plano de expansão da Educação Profissional, elevando para 644 o número de campi em funcionamento (EXPANSÃO..., 2016), conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1— Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Em unidades



Fonte: Expansão (2016).

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira é composta por 38 Institutos Federais, presentes em todos estados, e das instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas que também oferecem educação profissional em todos os níveis, como dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET); 25 escolas técnicas vinculadas às universidades federais; o Colégio Pedro II, localizado no estado do Rio de Janeiro; e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. (EXPANSÃO..., 2016).

A histórica expansão da Rede propiciou a interiorização e a democratização do acesso ao ensino técnico e à qualificação profissional, conferindo maior amplitude às políticas públicas neste âmbito e papel de destaque aos IFs na sua implementação pelo território nacional (PEDROSA, 2016). Essa interiorização promoveu a parceria com estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo e organizações não governamentais que ficaram responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

Ao final de 2016, segundo dados do MEC (EXPANSÃO..., 2016), 568 municípios foram atendidos a partir da expansão da Rede Federal de EPT, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2— Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de EPT



Fonte: EXPANSÃO... (2016).

Importa destacar que, apesar de ter sido mantida, por força de Lei, a oferta de ensino técnico-profissionalizante, essas novas instituições passam a concorrer com as universidades federais na oferta de ensino superior público e gratuito. O diferencial em relação às universidades é a priorização da oferta de cursos superiores de licenciatura (formação de professores) e cursos de bacharelado e de tecnologia em áreas consideradas estratégicas, do ponto de vista econômico (TAVARES, 2012).

3.1.2 Limitações do modelo de oferta de EPT adotado pelos Institutos Federais (IFs)

Algumas limitações foram observadas em relação à forma de organização dos Institutos Federais (IFs) para implementação dos programas de EPT no Brasil como a composição do quadro de profissionais e o portfólio da oferta dos cursos; a conciliação da demanda identificada com a capacidade institucional da Rede de Ensino; a estrutura organizacional vinculada ao ensino superior que limitava a oferta de cursos profissionalizantes específicos nos municípios; e, a desarticulação entre as instituições federais, estaduais e municipais ofertantes de cursos de qualificação profissional, resultando, algumas vezes, em sobreposição de ações e desperdício de recursos públicos (ALVAREZ, 2013).

Além disso, identificou-se situações em que professores e técnicos concursados ocupantes de cargos efetivos, que ministram aulas em áreas específicas de formação, passam a

ofertar, repetidamente, os mesmos cursos profissionalizantes, com vistas a utilização da carga horária disponível destes professores. Assim, segundo a Alvarez (2013, p. 32), “nesse círculo vicioso, a oferta passa a existir não mais devido à demanda social, e sim, aos recursos materiais e humanos disponíveis”.

Dessa feita, mesmo quando verificada a necessidade de nova formação profissional na região, as instituições estariam limitadas em suas possibilidades de atendimento, salvo por exceções de programas que permitissem contratação temporária de professores (ALVAREZ, 2013).

Outro ponto de fragilidade do modelo de EPT, praticado nesse período, está relacionado a maior possibilidade de absorção da mão-de-obra qualificada pelo mercado de trabalho dos grandes centros. Já nas cidades pequenas, o mercado reduzido não consegue gerar postos de trabalho suficientes para os trabalhadores qualificados. Por isso, há a necessidade de diversificação da oferta de cursos e do quadro técnico e docente das instituições para atender às necessidades específicas da população (ALVAREZ, 2013).

A criação dos IFs nos moldes das universidades, bem como a construção de escolas técnicas com poucos recursos para o custeio e a manutenção, levou as instituições a posturas ainda mais rígidas e menos capilares, limitando suas respectivas capacidades de gestão, uma vez que dispõe de unidades fixas em detrimento de unidades itinerantes, e processos decisórios hierárquicos em detrimento do gerenciamento integrado e participativo (ALVAREZ, 2013).

3.2 Experiências de planos e programas de qualificação profissional do trabalhador, em âmbito federal e no Estado do Pará

A partir da compreensão do período histórico e das limitações do modelo de oferta de EPT adotado pelos IFs, este capítulo apresenta as experiências na formulação de Programas de Qualificação do Trabalhador, no âmbito do Poder Público federal e no Estado do Pará, destacando fatores que influenciaram a oferta de cursos profissionalizantes e medidas anunciadas pelo governo federal para implementação de programas setoriais nessa área.

Entre 1990 e 1996, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) iniciou o processo de articulação institucional com os estados da federação para o direcionamento dos investimentos em programas de qualificação profissional, tendo como estratégia a competitividade e produtividade dos trabalhadores brasileiros.

Importa ressaltar, segundo Tavares (2012), que a qualificação profissional começava a ser vista como um direito do trabalhador, direcionada a atender tanto aos trabalhadores que buscavam novas competências profissionais, como àqueles que haviam requerido seguro

desemprego e precisavam de requalificação para retornar ao mercado de trabalho.

É nesse contexto que serão apresentadas as experiências de programas formulados e implementados, no período de 1995 até 2015, embasadas nos estudos sobre as políticas de formação executadas no Brasil por autores como: Bulhões (2004); Castioni (2006); Kuenzer (2010); Nascimento (2012); Campêlo (2017); e Cardoso junior et al. (2006).

3.2.1 Planos e programas de qualificação profissional, em âmbito federal.

Dentre os programas de qualificação profissional executados no Brasil, no período de 1994 a 2012, destacam-se o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), implementado pelo MTE, que teve como objetivo articular as políticas públicas de emprego, trabalho e renda; o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), do MEC, que objetivou financiar a expansão física da Rede de Educação Profissional pública e privada para executar as inovações previstas na legislação; o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE), do Ministério da Saúde, que visava reduzir o déficit de pessoal qualificado no Sistema Único de Saúde; e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tinha como finalidade ampliar os níveis de escolarização dos trabalhadores rurais assentados no Quadro 13

Quadro 13– Programas de qualificação e educação profissional em âmbito federal (1994-2002)

Programa	Projetos/Ações	Responsável
PLANFOR	Cursos CODEFAT	Ministério do Trabalho e Emprego
	Serviço Civil Voluntário	Ministério do Trabalho e Emprego
PROEP	Cursos	Ministério do Trabalho e Emprego/ Ministério da Educação
PROFAE	Cursos	Ministério da Saúde
PRONERA	Cursos	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fonte: Nascimento (2012), adaptado de Kuenzer (2010).

No período de 2003 a 2010, houve aumento significativo de Programas de Educação Profissional executados no país, em relação período anterior, principalmente no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministério do Emprego, Trabalho e Renda (MTE). Além disso, outros órgãos como: Ministério da Agricultura (MAPA), de Minas e Energia (MME), do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), da Ciência e Tecnologia (MCT) e os Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica (MD) também executaram ações de qualificação profissional com seus recursos orçamentários conforme Quadro 14.

Quadro 14– Programas de qualificação e Educação Profissional, em âmbito federal (2003-2010).

Programa	Programas Vinculados	Responsável
PNQ	CODEFAT Cursos livres (aumento da CH para 200 h)	MTE
PNPE (2003)	Consórcios Sociais da Juventude	MTE
	Empreendedorismo Juvenil	MTE
	Juventude Cidadã	MTE/SEDH
	Soldado Cidadão	MTE
	Jovem Empreendedor	MTE/SEBRAE
	Programa Aprendizagem	MTE/Sistema ‘S’
Programas articulados à Educação Básica	Escola de Fábrica	MEC/ MTE
	PROJOVEM	MEC
	PROEJA	MEC
	PESCA	SEAP/PR e MEC
	Mulheres Mil	MEC
PDE - 2007	E-tec Brasil	MEC
	Brasil Profissionalizado	MEC

Fonte: Nascimento (2012), adaptado de Kuenzer (2010).

Os Programas implementados pelos órgãos supracitados pautaram-se pela discussão da relação mercado de trabalho e educação profissional, e adotaram estratégias alinhadas com as áreas setoriais específicas da missão institucional de cada órgão: o Plano Nacional de Qualificação (PNQ); o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM); o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de jovens e Adultos (PROEJA); o Programas de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca (PESCA; o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); e os demais programas citados no Quadro 13.

No período de 1995 a 2015, alguns dos programas de qualificação profissional apresentados tais como, PLANFOR, PNQ e PRONATEC, foram executados em articulação institucional com os estados, por meio das secretarias estaduais juntamente com as comissões estaduais de emprego, das quais participavam trabalhadores e empresários.

Considerando que o objeto dessa pesquisa refere-se ao Programa de Educação Profissional e Tecnológica Pará Profissional, que é executado pela SECTET, em conjunto com órgãos e entidades afins, conforme Parágrafo Único da Lei nº 8.427/2016 (PARÁ, 2016), far-se-á, a seguir, um detalhamento acerca de alguns programas de qualificação profissional executados em articulação institucional com os estados nesse período. conforme Quadro 15.

Quadro 15— Programas federais de qualificação profissional em parceria com as Secretarias estaduais

Período	Programa	Objetivos
1995 - 2002	PLANFOR (Recursos do governo federal)	Atingir, anualmente, pelo menos 20% da População Econômica Ativa (PEA) (CARDOSO JR. et al., 2006)
2003 - 2010	PNQ (Recursos do governo federal e 10% do governo Estadual)	Os recursos chegaram para municípios com mais de 200.000 habitantes (anteriormente, os recursos eram direcionados somente aos estados)(CAMPÊLO, 2017)
2011- 2017	PRONATEC (Recursos do governo federal)	Ampliar a oferta de cursos de EPT, visando expandir, interiorizar e democratizar a EPT de nível médio, de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (SOUZA, 2016)

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

a) Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) em 1995, tendo como fonte de financiamento o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), regulamentado pela Lei nº 7.998/90. Esta lei instituiu os recursos da arrecadação do PIS/PASEP⁵ para financiar o custeio do Programa de Seguro-Desemprego e para outras políticas de atendimento aos trabalhadores, incluindo cursos de qualificação profissional (CAMPÊLO, 2017). A mesma lei instituiu, ainda, o Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) como órgão colegiado, com finalidade de exercer o controle social sobre o FAT.

Nessa perspectiva, O PLANFOR estabeleceu a articulação institucional com os estados, por meio das secretarias de trabalho, juntamente com as comissões estaduais de emprego, trabalhadores e empresários. Seu objetivo consistia em aumentar a oferta de educação profissional de forma que atingisse, anualmente, pelo menos, 20% da População Econômica Ativa (PEA) (CARDOSO JUNIOR et al., 2006).

O PLANFOR foi concebido como uma política de qualificação descentralizada, com regras definidas pelo CODEFAT, e a execução a cargo dos estados e/ou entidades de educação profissional, por meio de Planos Estaduais de Qualificações e Parcerias Nacionais.

Segundo entendimento de Bulhões (2004), o PLANFOR foi uma política pública com objetivos ousados como:

- a) democratizar o acesso gratuito à qualificação profissional para os trabalhadores em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho;
- b) articular o acesso à qualificação profissional com um modelo de desenvolvimento sustentado para o país, visando contribuir para geração de renda, e;

⁵ Programa de Integração Social (PIS) / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

- c) propor uma nova forma de atuação do Estado caracterizada pela descentralização e parcerias com a sociedade civil, para a execução e acompanhamento das ações de qualificação profissional (BULHÕES, 2004, p. 39-40).

Bulhões (2004) entende que o PLANFOR deixou para o novo governo federal, eleito em 2002, seus principais acertos como herança (primeiro e terceiro objetivos) e limites (segundo objetivo) como desafios de superação.

Embora o modelo de implementação do PLANFOR tenha representado uma importante experiência de descentralização da política de qualificação profissional, a constatação pelos órgãos de controle de inúmeras fraudes revelou a existência de problemas no controle do programa por parte do MTE quanto à aplicação dos recursos pelos estados e instituições. (CARDOSO JUNIOR et al., 2006).

O CODEFAT, frente a isso, implementou medidas que envolveram maior transparência na especificação dos critérios de transferência dos recursos e a criação de uma ouvidoria no MTE para receber denúncias. Essas ações melhoraram o controle do PLANFOR, mas não acabaram completamente com os problemas de mal-uso dos recursos. Além disso, prevaleceu, ao longo do programa, a oferta de cursos de curta duração (CARDOSO JUNIOR et al., 2006).

b) Plano Nacional de Qualificação (PNQ)

Em 2003, algumas mudanças estruturais foram introduzidas na área educacional brasileira, após o início de nova gestão presidencial, em âmbito federal. Esse momento foi marcado por um quadro de novas diretrizes que resultaram na perda da capacidade de elaboração e regulamentação da política representada pelo PLANFOR (BRASIL, 2003).

Desta feita, o PLANFOR foi reestruturado pela Resolução nº 333/03 (BRASIL, 2003, p. 1)⁶ do CODEFAT, e passou a denominar-se Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Assim, foram estabelecidas medidas de aprimoramento no monitoramento e controle das ações de qualificação, com estabelecimento de carga horária mínima e conteúdos pedagógicos específicos para os diversos cursos de qualificação (CARDOSO JUNIOR et al., 2006).

Em que pese o direito do trabalhador à qualificação já ser um aspecto instituído nas diretrizes do PLANFOR, o PNQ propôs o desafio de articular ações de qualificação profissional

⁶ Resolução nº 333/03 do CODEFAT- Institui o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e estabelece critérios para transferência de recursos do FAT ao PNQ, implementado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em convênio com as Secretarias Estaduais ou Municipais de Trabalho

como estratégia de integração das políticas de emprego, trabalho, renda, educação e desenvolvimento, por meio do empoderamento dos espaços públicos de gestão participativa e de controle social, de forma que a qualificação profissional se constituísse como um direito de cidadania e que contribuísse para a democratização das relações de trabalho na busca da superação de condição de política compensatória (BRASIL, 2003).

No âmbito estadual, as ações de qualificação profissional do PNQ foram conduzidas de forma descentralizada, por diferentes atores sociais, como centrais sindicais, Sistema ‘S’⁷, confederações patronais, instituições educacionais públicas e privadas e ONGs, e operacionalizada através de três mecanismos, segundo a Resolução nº 333/03, e a Resolução nº 408/2004.(SENAI; SESC; SENAT; SEBRAE, SENAR, 2018, p. 435)⁸ do CODEFAT.

1) Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ): responsável pelas ações de qualificação profissional circunscritas a um território (unidade federativa, município), devendo articular e priorizar as demandas levantadas pelo poder público e sociedade civil organizada;

2) Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs): responsáveis pela elaboração de estudos, pesquisas, metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional destinadas a populações específicas, abordando aspectos da demanda, oferta e do aperfeiçoamento das políticas públicas de qualificação e de sua gestão participativa, implementados em escala regional ou nacional, por entidades com competência técnica e capacidade de execução.

3) Plano Setorial de Qualificação (PlanSeQ): responsável pelas ações de qualificação profissional de caráter em regencial para a população socialmente vulnerável, como os beneficiários do Programa Bolsa Família, cujo atendimento pelo Plan-TeQ ou Pro-EsQs não tenha sido planejado pelos entes da federação.

Destacam-se alguns aspectos positivos e negativos na implementação do PNQ, identificados por Campêlo (2017). Como aspectos positivos, a autora destaca o alargamento das parcerias para a qualificação profissional, incluindo a disponibilização de recursos para os municípios com mais de 200.000 habitantes; maior integração entre a política pública de qualificação profissional e as demais políticas públicas de trabalho e renda (seguro-desemprego, crédito popular, intermediação de mão-de-obra); e uma maior articulação da política pública de qualificação profissional em relação às políticas públicas de educação (com a introdução de

7 Sistema “S”- pessoas jurídicas de direito privado, no exercício de atividades que produzem algum benefício para grupos sociais ou categorias profissionais. Apesar de serem entidades que cooperem com o Poder Público, não integram o elenco das pessoas da Administração Indireta

8Resolução nº 408/04 do CODEFAT Institui os Planos Setoriais de Qualificação - PlanSeQs no âmbito da Resolução nº 333/2003 , e introduz os §11 a 23 como instrumentos complementares ao Plan-TesQS e Pro-EsQS.

mudanças no conteúdo e carga horária dos cursos ofertados).

Como aspecto negativo, a mesma autora destaca que as ações do PNQ não elevaram o número de trabalhadores qualificados em relação ao PLANFOR.

c) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

Em 2011, foi instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), por meio da Lei nº 12.513 (BRASIL, 2011), com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, com vistas a expandir, interiorizar e democratizar a educação profissional e técnica de nível médio, de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, visando ao aumento das oportunidades educacionais para os trabalhadores.

Durante o processo de implantação do PRONATEC, foram identificados alguns problemas como o grande número de programas formulados pelos ministérios que resultaram em sobreposições de ações setoriais de EPT, dificuldades de acompanhamento dos resultados alcançados e diferentes instituições ofertantes de cursos de qualificação profissional. (PEDROSA, 2016, p. 55).

Diante desse contexto e da necessidade do enfrentamento da pobreza, o Governo Federal assume a coordenação das ações de qualificação profissional com o propósito de reorganizar as políticas de EPT, por meio do PRONATEC, nas quais se revela o papel mobilizador dos estados, levando à progressiva extinção ou esvaziamento de programas específicos de qualificação profissional e a transformação dos ministérios setoriais em parceiros demandantes do PRONATEC.

Para cumprir suas finalidades e objetivos, o PRONATEC passou a ser implantado em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, com a participação dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições de educação profissional e tecnológica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de escolas técnicas estaduais e de fundações públicas de direito privado, precipuamente, dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos da Lei 12.513 (BRASIL, 2011).

Quanto à forma de execução, estavam previstas cinco iniciativas: Expansão da Rede Federal, Bolsa-Formação, Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec e Acordo de Gratuidade, demonstradas no Quadro 16.

Quadro 16– Iniciativas do PRONATEC

Iniciativas	Objetivos
Expansão da Rede Federal	Criação e consolidação de unidades dos IFs
Bolsa-Formação	Financiamento de matrículas em cursos técnicos e FIC, em unidades de ensino existentes – redes públicas e privadas
Brasil Profissionalizado	Criação e consolidação de unidades de escolas técnicas estaduais
Rede e-Tec	Oferta de cursos na modalidade a distância
Acordo de Gratuidade	Oferta de vagas gratuitas no Sistema ‘S’, com recursos recebidos da contribuição compulsória

Fonte: Adaptado de PRONATEC... (2016).

Até 2015, o governo Federal investiu na implementação do PRONATEC valores na ordem de R\$ 15 bilhões, de acordo com dados divulgados pelo Ministério da Educação e Cultura, conforme Tabela 1.

Tabela 1– Investimento por iniciativa no PRONATEC – 2011-2015

Iniciativa	Investimento no período
Bolsa- Formação	8.284.725.453,81
Expansão e Reestruturação da Rede Federal	5.199.892.371,84
Rede e-Tec Brasil	556.567.615,83
Brasil Profissionalizado	1.049.931.687,80
Total	15.091.117.129,28

Fonte: Adaptado de PRONATEC... (2016).

O número de pessoas matriculadas no PRONATEC, no período de 2011 a 2015, conforme Tabela 2, chegou a aproximadamente 9,4 milhões, destacando-se um elevado crescimento entre 2011 e 2014. No entanto, em 2015, verifica-se uma queda acentuada do número de matrículas.

Tabela 2– Matrículas no PRONATEC (2011-2015)

Anos	Matrículas
2011	776.926
2012	1.616.122
2013	2.722.008
2014	3.002.056
2015	1.266.777
Total	9,4 milhões

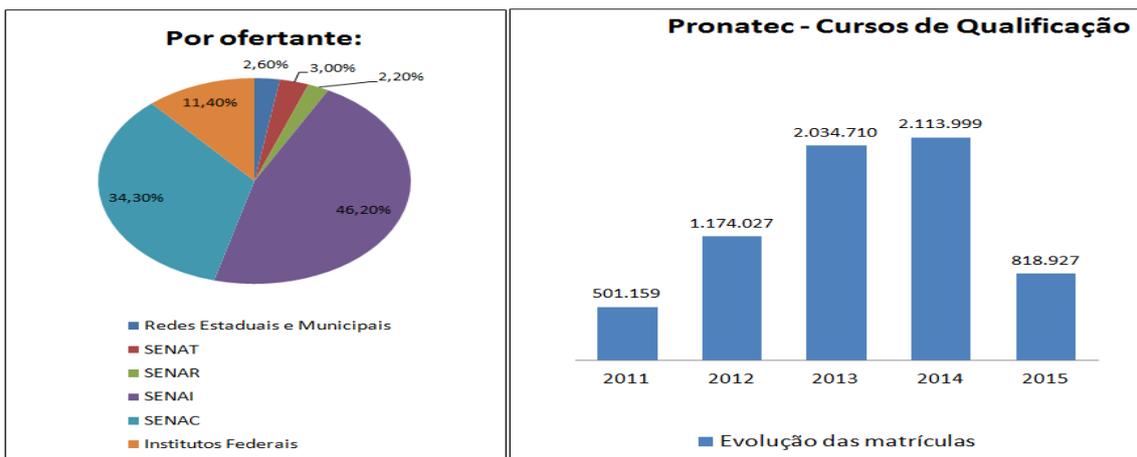
Fonte: Adaptado de PRONATEC (2016).

Segundo dados do PRONATEC (2016), do total de matrículas realizadas, no mesmo período, 62% foram nos cursos de qualificação profissional de trabalhadores, enquanto 38%

foram para cursos técnicos, o que demonstra a envergadura obtida pelos cursos de qualificação profissional no período.

No cenário de ofertantes de cursos de qualificação profissional do PRONATEC, o SENAI destacou-se com 46,20% dos cursos ofertados, no período de 2011-2015, conforme Gráfico 3.

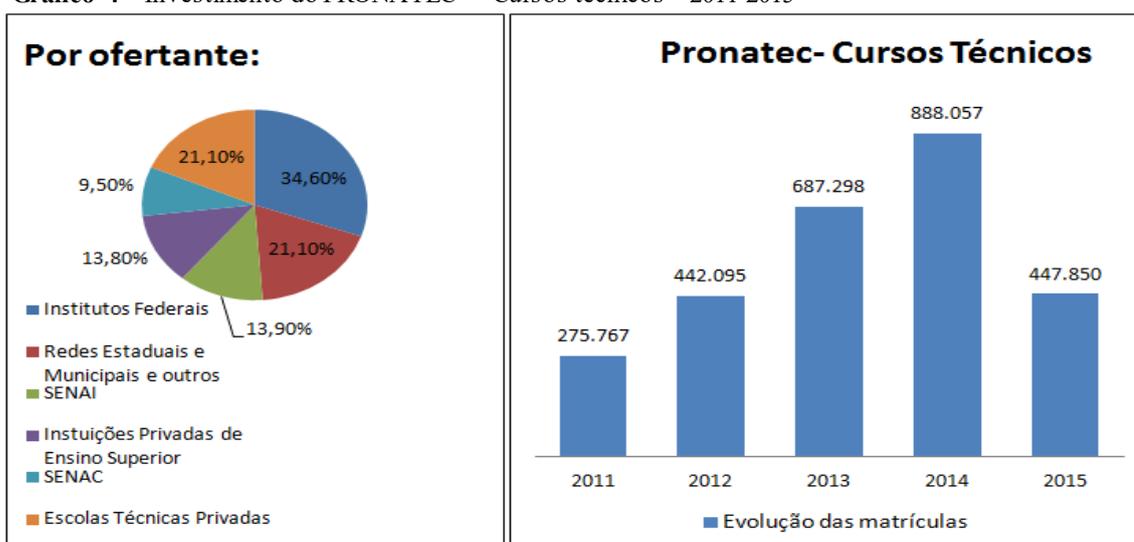
Gráfico 3— Investimento do PRONATEC – Cursos de qualificação (2011-2015)



Fonte: adaptado de PRONATEC (2016).

Em relação aos cursos técnicos, conforme o Gráfico 4, o destaque foi para os IFs, com 34% dos cursos ofertados, sendo considerados os maiores ofertantes de cursos técnicos, segundo relatório do MEC (PRONATEC..., 2016).

Gráfico 4— Investimento do PRONATEC – Cursos técnicos – 2011-2015



Fonte: adaptado de PRONATEC (2016).

Por fim, Santos (2016) afirma que o PRONATEC se destaca como uma das mais importantes iniciativas dos últimos anos em prol da ampliação das oportunidades de formação

profissional, passando a ser, dessa forma, um dos principais Programas de EPT do País.

3.2.2 Planos e programas de qualificação profissional no Estado do Pará

Nesta seção, serão apresentadas as Políticas de Educação Profissional implementadas no Pará, de 1995 a 2017, por meio de programas estaduais, sob a responsabilidade das Secretarias de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego⁹ e Renda e de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará¹⁰, conforme Quadro 17.

Quadro 17 – Programas de qualificação profissional executados pelas Secretarias Estaduais, no Pará.

Período	Programa	Objetivos
1995-2002	PLANFOR (Recursos do Governo federal)	Implementar ações de educação profissional para trabalhadores paraenses, alinhados com as especificidades e padrões culturais regionais, observando os paradigmas da globalização da economia, numa perspectiva de empregabilidade, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável (PARÁ, 1996, p. 13).
2003-2010	PNQ (Recursos do Governo federal e 10% do Governo Estadual)	Os Estados adequaram-se às diretrizes estabelecidas pelo MTE, SETEPS e Comissão Estadual de Emprego, órgão de controle social da referida política, que estabeleceram como desafio proposto a elevação de carga horária média do Plano para 200h, mesmo com a redução anunciada dos recursos do FAT (CAMPÊLO, 2017).
2003-2010	PQSP (Recursos do governo estadual)	As ações previstas no PQSP/PA foram executadas com recursos do Tesouro estadual, ampliando o número de trabalhadores qualificados no Estado do Pará (CAMPÊLO, 2017).
2011-2015	PRONATEC (Recursos do Governo federal)	Implantado em regime de colaboração com a União, os Estados, e Municípios, com a participação do Sistema “S”, da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, escolas técnicas estaduais e fundações públicas de direito privado, dedicadas à educação profissional e tecnológica (Lei nº 12.513/2011).
20 até Abril de 2018	PARÁ PROFISSIONAL (Recursos do Governo Estadual)	Instrumento de superação das desigualdades inter-regionais, a fim de ofertar Educação Profissional e tecnológica nas diversas modalidades, com vistas a consolidar, ampliar e verticalizar as cadeias produtivas vinculadas aos eixos prioritários de desenvolvimento do Estado do Pará (Art. nº 1 da Lei nº 8427/2016).

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

⁹ A Lei nº 4.893/1979 criou a Secretaria Executiva de Estado de Trabalho e Promoção Social (SETEPS). A Lei nº 7.027/2007 dispôs sobre a estrutura organizacional dessa secretaria que passou a ser denominada Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda (SETER). Por sua vez, a Lei nº 8.096/2015 extinguiu a SETER e alterou a denominação da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), criada pela Lei nº 7.027/2007, para Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), que absorveu as competências da SETER.

¹⁰ A Lei nº 7.017/2007 criou a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI). A Lei nº 8096/2015 alterou sua denominação para Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (SECTET).

a) Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR)

A realização das ações de qualificação profissional ofertadas pelo PLANFOR, no Estado do Pará, foram reorganizadas em torno do Plano Estadual de Educação Profissional (PEP/PA), com o objetivo de implementar cursos de educação profissional de acordo com a cultura produtiva das regiões do estado, observando mudanças que o conceito de empregabilidade trouxe, em razão da globalização da economia (PARÁ, 1996, p.13).

De acordo com Câmpelo (2017), as ações de educação profissional foram planejadas pelo Governo Federal via MTE, por meio da condução descentralizada da política pública de qualificação profissional com recursos do FAT e contrapartida do Governo Estadual. A autora ainda afirma que o PEP/PA se alinhou ao objetivo do Governo do Estado de promover o desenvolvimento econômico-social, através do emprego, do crescimento do PIB e da distribuição de renda, capacitando-os para as mudanças tecnológicas, organizacionais e gerenciais que a nova ordem do capital impunha.

Nessa ótica, segundo Costa e Freitas (2006), o foco na demanda do mercado de trabalho foi um dos elementos basilares das ações do Plano, que contou com a participação das Comissões Estadual e Municipais de Emprego no processo de identificação e discussão de prioridades das demandas a serem atendidas pelo Plano.

No período de 1996 a 2001, o PLANFOR foi executado com recursos do FAT e apresentou resultados expressivos em termos de eficiência e eficácia conforme dados constantes na Tabela 3.

Tabela 3— Demonstrativo de recursos e metas do PEP/PA, em valores nominais (1996-2001)

ANO	VALOR (R\$)	META	EVASÃO	TAXA DE EVASÃO
1996	4.600.000	27.090	2.980	11
1997	8.700.000	51.600	5.057	10
1998	9.200.000	41.280	3.922	10
1999	6.900.000	36.120	975	3
2000	7.090.000	43.860	11.228	26
2001	9.342.000	58.050	8.011	14
Total	45.832.000	258.000	32.173	12

Fonte: Costa e Freitas (2006).

O recurso disponibilizado pelo FAT ao Pará foi cerca de 46 milhões de reais, registrando 258 mil trabalhadores inscritos nos diversos cursos de qualificação, com cobertura nos 143 municípios do estado. Entretanto, cabe registrar que este número não representa os 20%, proposto nos objetivos no PLANFOR.

Destaca-se, ainda, que a taxa de evasão de trabalhadores de 12% no período foi considerada baixa, considerando que se trata de todo o estado.

Como limitações deste modelo, destaca-se a reduzida carga horária dos cursos, considerada insuficiente para um aprendizado que propiciasse a qualificação exigida pelo mercado. Os cursos ofertados pelo PLANFOR possuíam carga horária 40h a 100h, com conteúdo definidos em três habilidades: básica, específica e de gestão, com vistas à empregabilidade do trabalhador. Aliado a isso, foram detectadas fragilidades nas etapas de divulgação dos cursos, inscrição dos trabalhadores, mobilização da sociedade civil organizada e inobservância dos públicos-alvo do plano, provocando, muitas das vezes, um desnível entre os participantes (COSTA; FREITAS, 2006).

b) Plano Nacional de Qualificação (PNQ)

Em 2003, após o lançamento do PNQ, em âmbito federal, a política de qualificação profissional no Pará iniciou uma nova fase, na qual os estados precisaram adequar-se às diretrizes estabelecidas pelo MTE. Representantes da Secretaria de Estado, Trabalho e Promoção Social (SETEPS), gestora do Plano em âmbito estadual, e da Comissão Estadual de Emprego, órgão de controle social da referida política, estabeleceram a meta de elevar a carga horária média do Plano para 200h, apesar da redução anunciada dos recursos do FAT (CAMPÊLO, 2017).

Nesse contexto, o Poder público estadual decidiu destinar recursos do tesouro do Estado para investimentos em contrapartida “real”, ou seja, em vagas de qualificação profissional, já que até então, o FAT financiava as ações de gestão do Plano e a contrapartida dos estados era efetivada por meio de recursos economicamente mensuráveis (CAMPÊLO, 2017).

Destaca-se, como diferencial do PNQ, a ampliação do investimento do estado, uma vez que o mesmo assume as ações de gestão, dentre elas o planejamento, acompanhamento, monitoramento, supervisão e a certificação e, ainda, disponibiliza vagas adicionais em contrapartida de qualificação profissional (CAMPÊLO, 2017).

Segundo as Resoluções nº 333/03 e nº 408/2004, do CODEFAT, o PNQ utilizou como mecanismos de implementação em âmbito estadual os seguintes planos: Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ); Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQ); e Plano Setorial de Qualificação (PlanSeQ), por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, descritos anteriormente, que semelhante ao seu antecessor, articulava-se nacionalmente com as diretrizes de condução descentralizada das ações de qualificação profissional no Estado. .

c) Plano de Qualificação Social e Profissional (PQSP)

Em 2004, como já mencionado, houve redução dos recursos do FAT para os programas de qualificação profissional. Na tentativa de elevar os investimentos em qualificação profissional dos trabalhadores, apesar da anunciada redução, foi lançado o Plano de Qualificação Social e Profissional do Estado do Pará (PQSP/PA), com objetivo de implantar ações profissionalizantes voltadas à preparação imediata do trabalhador, com recursos do tesouro estadual (CAMPÊLO, 2017).

No período de 2003 a 2005, conforme a Tabela 4, o número de trabalhadores atendidos pelo programa PQSP/PA (8.055), tendo como fonte de financiamento os recursos estaduais, foi expressivo em relação ao número alcançado pelo PlanTeQ/PA (11.470), que teve como fonte de financiamento recursos federais do FAT. Esses números demonstram a dimensão e a importância do investimento do poder público estadual na qualificação profissional, no período.

Tabela 4—Trabalhadores atendidos com qualificação profissional no Pará (2003-2005)

PLANO	2003	2004	2005	Total
PlanTeQ/PA	3.882	4.404	3.184	11.470
PQSP/PA	-	1.816	6.239	8.055
Total	3.882	6.220	9.423	19.525

Fonte: Campêlo (2017, p. 79).

Ao comparar o número de trabalhadores atendidos (19.525) pelos dois programas (PlanTeQ/PA e PQSP/PA), no período de 2003 a 2005, com a quantidade de trabalhadores atendidos pelo PLANFOR (27.090), apenas no ano de 1996 (ver Tabela 3), observa-se uma queda de quase 30% do número de trabalhadores qualificados. Para Campêlo (2017), a redução observada no número de trabalhadores qualificados se deve, em parte, à redução dos recursos disponibilizados pelo FAT, no início do século XXI, que foi um grande complicador e limitador na execução das ações de qualificação profissional e da cobertura aos municípios paraenses.

d) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC)

Para atender a demanda crescente por educação de parte da população e, ao mesmo tempo, para atender a necessidade de mão de obra qualificada para a melhoria da produtividade do Estado do Pará, o PRONATEC, reuniu diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, possibilitando o acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e empreendedorismo. (PEDROSA, 2016).

Segundo Pedrosa (2016), a lei que criou o PRONATEC possui interface com a lei que regula o Programa do Seguro-Desemprego (Lei nº 7.998/1990, recentemente, alterada pela Lei nº 13.134/2015), e atende vários projetos e instituições públicas de diversos segmentos (educação, saúde, emprego, ciência e tecnologia).

No processo de gestão do PRONATEC há diversos níveis envolvidos, o nacional (federal); estadual; e local (municipal), os quais deveriam atender aos mesmos objetivos informados quando da concepção do plano de execução do programa. O grau de envolvimento das instituições de EPT ocorreu de forma gradativa e se iniciou com a participação dos Institutos Federais, do SENAI e do SENAC e, aos poucos, foram se incorporando à rede ofertante do PRONATEC as escolas técnicas estaduais, o SENAR e o SENAT, algumas fundações e, por fim instituições privadas de nível técnico e superior, e instituições de educação superior públicas (SILVA, 2016).

Desse modo, a educação profissional e tecnológica, enquanto política pública estratégica de Estado, está articulada com um conjunto de outras políticas tais como: Política de Desenvolvimento Econômico; Política de Desenvolvimento Industrial; Política de Ciência e Tecnologia; Política de Trabalho, Emprego e Geração de Renda; Política de Inclusão e 60 Desenvolvimento Social; Política de Educação Básica e Superior; Política de Agricultura; Política de Saúde; Política para a Juventude e Política de Educação de Jovens e Adultos entre outras (BRASIL, MEC, 2015).

No período de 2012 a 2014, foram disponibilizadas pelo PRONATEC 10.841 vagas nos cursos técnicos e FICs ou qualificação profissional, no Estado do Pará. Entretanto, só foram efetivamente realizadas 4.810 matrículas, conforme Quadro 18, sendo que 2.798 trabalhadores nos cursos FIC ou qualificação profissional, e 2012 trabalhadores nos cursos técnicos ofertados.

Quadro 18 – Valores dos repasses dos recursos do PRONATEC ao Pará (2012-2014)

PERÍODO	Recursos repassados	Matrículas		Percentual de Execução
		Pactuadas	Efetivadas	
2012	8.650.000,00	2250	1822	81%
2013	3.853.680,00	6151	1647	27%
2014	1200.000,00	2440	1341	55%
TOTAL	RS13.703.680,00	10.841	4.810	44,4%

Fonte: Coordenação do PRONATEC – COEP/SEDUC/PA

Dados mais recentes sobre o PRONATEC, no Pará, demonstram que houve aumento no número de trabalhadores certificados pelo PRONATEC, em 2017. Segundo o Governo do Estado do Pará, foram certificados 6.750 alunos concluintes dos cursos de Formação Inicial e

Continuada (FIC), que têm por finalidade a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, independentemente do nível de escolaridade dos mesmos, em 2017 (PARÁ. Mensagem Pará, 2018)

e) Programa de Educação Profissional e Tecnológica Pará Profissional-

O Programa Pará Profissional foi concebido como política de Estado com a finalidade de “ofertar educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades, com vistas a consolidar, ampliar e verticalizar as cadeias produtivas estrategicamente vinculadas aos eixos prioritários de desenvolvimento do Estado do Pará” (PARÁ, art. 1º da Lei nº 8.427/2016).

Após a publicação da Lei nº 8.096/15, o Poder Executivo estadual passou a adotar o modelo de governança por resultados, “na busca da qualidade do gasto, eficiência da gestão e de melhoria dos indicadores institucionais, administrativos, econômicos, sociais e humanos, com ênfase no desenvolvimento integrado do Estado” (PARÁ, art. 1º da Lei nº 8.096, 2015, não paginado).

O objetivo estabelecido pela Lei supramencionada era promover a descentralização da administração pública, pautada na integração das políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, visando o desenvolvimento socioeconômico e combate à pobreza (capítulo XIV, art. 50º da Lei nº 8.096/15).

Nesse sentido, a SECTET foi reestruturada institucionalmente, e ficou responsável pela coordenação da política de formação tecnológica e profissional no Estado. Após isso, a coordenação do Programa Pará Profissional foi atribuída à SECTET, em conjunto com os órgãos e entidades afins, em consonância com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e integram os diferentes níveis e modalidades da educação profissional (parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.427, 2016).

Dessa feita, para compreensão do histórico do Programa Pará Profissional como política de Estado, considera-se oportuno apresentar os marcos institucionais estabelecidos pelo Poder Público estadual, desde sua concepção até a avaliação dos primeiros resultados e planejamento da oferta de cursos para o ciclo 2019-2020 conforme Quadro 19.

Quadro 19– Linha do Tempo do Programa Pará Profissional

Período	Marcos Institucionais
01/01/2015	A Lei nº 8.096/15 ¹¹ instituiu o modelo de governança por resultados e atribuiu à SECTET as funções de promover, coordenar e executar os programas de formação profissionalizante nos níveis de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de nível técnico médio e tecnológico superior e de pós-graduação (art. 2º da Lei nº 8.096/15).
1º semestre (2015)	Concepção do Programa Pará Profissional com proposta de flexibilização e dinamização da oferta de cursos sazonais. As ações do Programa Pará Profissional começam a ser implementadas por meio do Programa “Educação Profissional e Tecnológica”, que prevê ações articuladas voltadas ao mapeamento de demandas regionalizada, no PPA (2016-2019).
2º semestre (2015)	Discussão sobre a proposta do Programa com órgãos de Governo e com diversos setores da sociedade. Instituição do Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Pará (CGIEP), como estratégia de gestão, pelo Decreto nº 1.430/15. Início da modelagem operacional do Programa (Metodologia de Execução), com realização de Oficinas para levantamento de demandas nos municípios do Estado.
1º semestre (2016)	Elaboração do Projeto de Lei de instituição do Programa Pará Profissional, como Política de Estado. Acompanhamento da tramitação da Lei, buscando sua aprovação nos órgãos colegiados. Continuidade do levantamento de demandas e formatação dos primeiros cursos.
2º semestre (2016)	Publicação da Lei nº 8.427/2016 de criação do Programa Pará Profissional. Oferta dos primeiros cursos do Programa Pará Profissional.
1º e 2º semestre (2017)	Continuidade de oferta de cursos e aperfeiçoamento do Programa Pará Profissional. Processo de contratação do Sistema informatizado do Pará Profissional, para o Controle de demandas, monitoramento e avaliação da efetividade de Cursos de Educação Profissional.
1º semestre (2018)	I Encontro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica, envolvendo as 12 Regiões de Integração do Estado do Pará. Avaliação dos primeiros resultados e planejamento da oferta de cursos para o ciclo 2019-2020.

Fonte: Elaborado pela Autora (2018), adaptado de SECTET/2018 (I Encontro Estadual)

O Programa Pará Profissional foi concebido em consonância com as modalidades estabelecidas pela LDB/1996, dispostas na Seção IV do art. 50 da Lei nº 8.096/15, nas modalidades presencial e a distância:

- a) níveis de formação inicial e continuada, de qualificação e certificação de habilidades profissionalizantes;
- b) nível técnico-médio;
- c) nível tecnológico - superior e de pós-graduação. (BRASIL, LEI 9394, 1996).

As ações do Pará Profissional começaram a ser implementadas por meio do Programa “Educação Profissional e Tecnológica”, inserido no PPA (2016-2019) “Governo Regionalizado - Desenvolvimento Integrado”, que prevê ações articuladas voltadas ao mapeamento de

¹¹¹¹Lei nº 8096/15- CAPÍTULO XIV- Art. 50º. Art. 2º- A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica – SECTET, tem por finalidade planejar, coordenar, formular e acompanhar a política estadual de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, bem como promover, apoiar, controlar e avaliar as ações relativas ao desenvolvimento e no Estado do Pará. Art. 3º São funções básicas da SECTET: II – promover a integração da política estadual com as políticas federal e as municipais, que atuam nos setores de sua especialidade, objetivando a formulação e a execução da política integrada de ciência, tecnologia e educação técnica e tecnológica;

demandas regionalizadas e disponibilização de profissionais às oportunidades de ocupação econômica do Estado (PARÁ. 2017, não paginado).

Cabe ressaltar que o PPA (2016-2019) foi instituído como instrumento de planejamento que define diretrizes, objetivos e metas da administração pública de forma regionalizada, consoante com o art.165 da Constituição Federal do Brasil e art. 204 da Constituição Estadual.

A metodologia utilizada no PPA (2016-2019) direciona as políticas públicas por temas específicos, como por exemplo, ações exclusivas de qualificação profissional são alocadas separadamente, das ações da educação básica, o que implica em maior importância, visibilidade e resultados ao tema (PARÁ. 2017, não paginado).

No PPA 2015-2019, as ações da educação básica foram priorizadas em detrimento das ações de educação profissional, devido a vários fatores como restrições orçamentárias, impedimentos de caráter legal nas escolhas de prioridades e em razão da restrita capacidade institucional dos demais órgãos responsáveis pelo processo de Educação Profissional no Estado do Pará (PARÁ. 2017, não paginado).

Nessa perspectiva, a SECTET iniciou a discussão do Projeto de Lei que veio a instituir o Programa Pará Profissional como política de Estado. Como etapa inicial, o Projeto de Lei foi enviado à Procuradoria Geral do Estado (PGE) para estudo e análise de legalidade. Mais à frente, após trâmites nos demais órgãos do Estado, foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) para apreciação e deliberação.

Com vistas a consolidar o embasamento legal necessário para a aprovação do projeto de Lei, foi realizada uma consulta prévia ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE), órgão de Controle Externo estadual, para avaliação e parecer quanto aos aspectos legais pertinentes à minuta do Projeto de Lei do Programa Pará Profissional. A consulta foi realizada com objetivo de obter resposta, em caráter normativo, para embasar legalmente a discussão e votação na Assembleia Legislativa do Estado. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, Processo nº 2015/51196-3, 2016).

A consulta realizada ao TCE teve como foco central esclarecer o entendimento de três questões:

- 1) Possibilidade legal de pagamento de bolsa para instrutores, visando atender necessidade sazonal e o interesse público de formação profissional e tecnológico, e definição da forma de contabilização da respectiva despesa;
- 2) Celebração de contrato de gestão ou termo de parceria com Organização Social (OS) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), respectivamente, para realização de gestão das escolas profissionalizantes, de responsabilidade da Administração Pública, e;
- 3) Dispensa de licitação, por parte da Administração Pública, para contratação direta do sistema “S” para capacitar público alvo (PARÁ, nº 33.047, 2016, não paginado).

No que se refere à primeira questão, o TCE entendeu ser possível o pagamento por meio de bolsas de instrutoria aos ministrantes de cursos profissionalizantes, com a finalidade de atender às necessidades sazonais de demandas específicas.

Paralelamente, esclareceu que o referido pagamento não configura terceirização de mão de obra, e sim prestação de serviço educacional eventual, sem vínculo empregatício, devendo tal despesa ser contabilizada como Outras Despesas Correntes. Dessa forma, o valor pago a título de bolsa para instrutores não se enquadra no âmbito das Despesas com Pessoal, que compõem o somatório previsto no art. 118 da Lei nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (PARÁ, Resolução nº 18.775, 2018).

Quanto à segunda questão, considerando o entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal (STF), o TCE estabeleceu que em razão das Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) terem sua atuação pautada em atividades educacionais de cunho gratuito, inexistente óbice à celebração de contrato de gestão ou termo de parceria, respectivamente, para realização da gestão de escolas profissionalizantes de responsabilidade da Administração (PARÁ, Resolução nº 18.775, 2018).

E por último, a terceira questão se refere à possibilidade de flexibilização de contratação direta, com dispensa ou inexigibilidade de licitação de ente do Sistema “S” (entidade Paraestatal) para realização de cursos profissionalizantes, de natureza sazonal e não permanente, com vistas a atender demandas específicas. O entendimento do TCE admite tal contratação, conforme art. nº 24, XII da Lei nº 8.666/93, se houver nexos efetivos entre o referido dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada compatibilidade com os preços de mercado, vedada a subcontratação (PARÁ, Resolução nº 18.775, 2018).

A decisão proferida pela Corte de Contas estadual passou a ter caráter normativo, conforme Resolução nº 18.775/2016, constituindo prejulgamento da tese nas condições acima descritas. Após a etapa de consulta ao TCE, o projeto de Lei do Programa Pará Profissional seguiu os trâmites internos, no âmbito do estado, até a aprovação pela ALEPA.

Em 16 de novembro de 2016, foi publicada a Lei nº 8.427/2016, que instituiu o Programa Pará Profissional como política de Estado, com o objetivo de ofertar educação profissional e tecnológica, com vistas a consolidar, ampliar e verticalizar as cadeias produtivas, vinculadas aos eixos prioritários de desenvolvimento do Estado (PARÁ, Art. nº 1 da Lei nº 8427, 2016, não paginado).

Segundo Paz e Oliveira (2012), a institucionalidade da política de qualificação profissional depende de estratégias governamentais. Entretanto, quando a estratégia definida

aponta para uma política de Estado, assume aspectos de médio e longo prazo, buscando uma perspectiva democrática.

Nesse contexto, o Programa Pará Profissional foi caracterizado como:

[...] um dos principais instrumentos de superação das desigualdades inter-regionais, a fim de ofertar educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades, com vistas a consolidar, ampliar e verticalizar as cadeias produtivas estrategicamente vinculadas aos eixos prioritários de desenvolvimento do Estado do Pará. (PARÁ, Art. nº 1 da Lei nº 8427, 2016, não paginado).

Com essas diretrizes, ainda em 2016, a Lei Orçamentária Anual fixou dotação para viabilizar as ações de oferta dos primeiros cursos do Programa Pará Profissional, voltadas ao atendimento das cadeias produtivas estratégicas do Estado.

Cabe destacar que os dados apresentados nesta subseção se referem às ações do Programa Pará Profissional na modalidade Formação Inicial Continuada (FIC) ou qualificação profissional e formação técnica, executadas pela SECTET, no período de 2016 a 2018.

Apenas no ano de 2016, foram ofertados 37 cursos que disponibilizaram 960 vagas, em 14 municípios localizados em sete Regiões de Integração do Estado do Pará (SECTET, 2018). No período de 2016 a abril de 2018, as ações realizadas pela SECTET qualificaram 3.721 trabalhadores, nos 196 cursos profissionalizantes ofertados em 46 municípios, das 12 Regiões de Integração do Pará, segundo Quadro 20.

Quadro 20– Número de Cursos ofertados Por Região de Integração (2016 a abril de 2018)

Região de Integração	Municípios atendidos	Cursos ofertados	Trabalhadores Qualificados
Araguaia	2	5	86
Baixo Amazonas	3	15	268
Carajás	3	5	116
Guajará	5	32	633
Guamá	5	21	371
Marajó	6	13	246
Rio Caeté	6	21	431
Rio Capim	8	36	675
Tapajós	1	9	161
Tocantins	4	31	589
Tucuruí	1	2	32
Xingu	2	6	113
Total	46	196	3721

Fonte: Elaborado pela Autora, adaptado de SECTET (2018).

Particularmente na região Rio Capim, onde se encontra o Município de Ulianópolis, entre 2016 e abril de 2018, foram ofertados 36 cursos profissionalizantes para atender as cadeias produtivas da região, sendo que deste total 14 cursos foram ofertados em Ulianópolis. Os demais cursos foram ofertados em Abel Figueiredo, Capitão Poço, Dom Eliseu, Ourém, Paragominas e Rondon do Pará. Ressalta-se, segundo a SECTET, que nesse período a maioria dos cursos foram ministrados pelo SENAI, SENAC e SENAR.

Quanto aos setores de atividades econômicas atendidas, observa-se que o Programa Pará Profissional atendeu 20 setores, nas 12 Regiões de Integração do Estado do Pará, entre 2016 a abril de 2018, conforme Quadro 21.

Quadro 21– Setores de Atividades atendidos pelo Pará Profissional, por Região de Integração (2016 a 2018)

Região de Integração	Setores de Atividades atendidos	Quantidade de Setores
Araguaia	grãos, saúde & estética e serviços	3
Baixo Amazonas	agricultura, construção civil, energia logística, saúde & estética, automobilístico e turismo & gastronomia	7
Carajás	açaí, agricultura, gestão & negócio e grãos	4
Guajará	alimentício, construção civil, gestão & negócio, grãos, logística, metal mecânico, pecuária, saúde & estética, segurança, serviços, automobilístico e turismo & gastronomia	12
Guamá	açaí, agricultura, alimentício, construção civil, energia, gestão & negócio, logística, logística reversa, saúde & estética, serviços e turismo & gastronomia	11
Marajó	açaí, laticínio, pecuária, saúde & estética e turismo & gastronomia	5
Rio Caeté	biodiversidade, exploração mineral, grãos, logística, saúde & estética, serviços e turismo & gastronomia	7
Rio Capim	açúcar & álcool, agricultura, construção civil, gestão & negócio, grãos, logística reversa, pecuária, segurança, serviços, automobilístico, moveleiro e turismo & gastronomia	12
Tapajós	agricultura, construção civil, energia, gestão & negócio e logística	5
Tocantins	açaí, agricultura, alimentício, construção civil, exploração mineral, gestão & negócio, logística, pecuária, segurança, serviços, automobilístico e turismo & gastronomia	12
Tucuruí	logística e moveleiro	2
Xingu	açaí, construção civil, automobilístico e turismo & gastronomia	4

Fonte: Elaborado pela Autora, SECTET/PA (2018).

Na Região do Rio Capim foram atendidos os seguintes setores: açaí; açúcar e álcool; agricultura; automobilístico; construção civil; gestão e negócios; grãos; pecuária; e turismo e gastronomia.

Em 2018, a programação de oferta de cursos estabelecida pelo Programa Pará Profissional visa ofertar mais de 200 cursos direcionados às áreas da indústria, comércio e serviços e agronegócios, com a previsão de oferta de 5.000 vagas em pelo menos 50 municípios, nas 12 Regiões de Integração do Estado (SECTET, 2018).

Para a Região de Integração Rio Capim, em 2018, estão previstas a oferta de 18 cursos com 360 vagas destinadas aos trabalhadores locais. A previsão para o Município de Ulianópolis contempla cinco cursos profissionalizantes e 120 vagas, nos setores: automobilístico; energia; alimentício; turismo e gastronomia; e metal mecânico (SECTET, 2018).

Assim, segundo dados apresentados pela SECTET (2018), Ulianópolis contará com cerca de 35% dos cursos planejados para a Região Rio Capim, número superior aos demais municípios da região (Abel Figueiredo, Capitão Poço, Dom Eliseu, Ourém, Paragominas e Rondon do Pará) que receberão 13 cursos, em 2018.

4 O CASO DO PROGRAMA PARÁ PROFISSIONAL, EM ULIANÓPOLIS-PA

Este capítulo encontra-se dividido em cinco seções, com objetivo de responder ao problema de pesquisa. A primeira seção apresenta os dados do Estado do Pará, onde encontra-se o Município de Ulianópolis, lócus da pesquisa. A segunda seção descreve o processo de implantação do Programa Pará Profissional como política pública, em 2016, e, sua relação com o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado (PARÁ SUSTENTÁVEL).

A terceira seção apresenta a metodologia do Pará Profissional, cursos ofertados e modelo de governança estadual planejado para as ações de EPT, destacando as implicações de diretrizes instituídas para os municípios paraenses quanto ao estabelecimento de modelos de governança intersetoriais locais, para apoiar e organizar as ações locais do Programa.

A quarta seção apresenta os aspectos históricos, demográficos e econômicos de Ulianópolis e o modelo de governança local, instituído pelo Decreto nº 30/2016. Por fim, a quinta seção descreve e analisa os resultados obtidos na pesquisa de campo.

4.1 O Estado do Pará

O Estado do Pará encontra-se situado ao norte do Brasil e ocupa 14,6% do território brasileiro, com 144 municípios, densidade demográfica de 6,07 hab./km², e área de aproximadamente 1,24 milhão de Km². A população estimada do Estado foi de 8,3 milhões de habitantes, em 2017, que corresponde aproximadamente a 4% da população nacional e 47,8% da Região Norte (IBGE, 2017).

Em 2016, o Pará destacou-se no cenário econômico brasileiro nas áreas da indústria extrativa, agricultura e construção civil, registrando 9,5% de crescimento na produção industrial (IBGE, 2017).

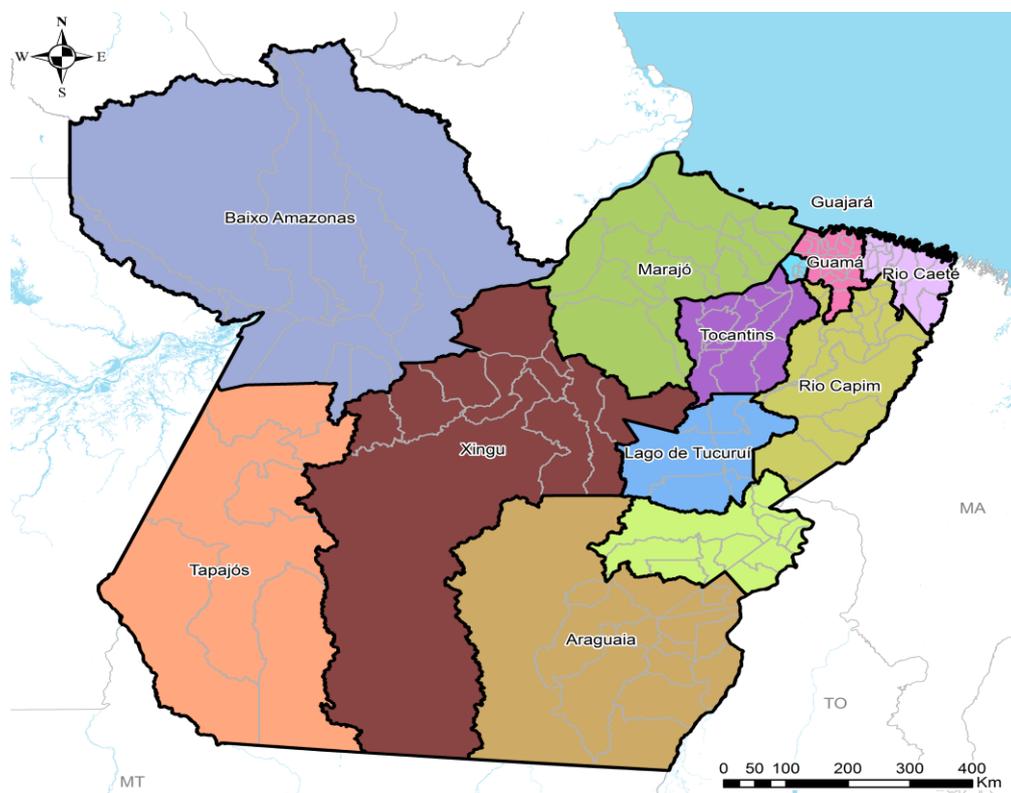
O Estado do Pará detém 3,2% da água do planeta, 40% do estoque nacional e possui potencial hidroviário com 20 mil km de vias navegáveis. Nelas, a navegação interna é desenvolvida por meio de cinco hidrovias: Madeira-Amazonas, Tocantins-Araguaia, Teles Pires-Tapajós, Capim-Guamá e hidrovia do Xingu. (PARÁ 2030, 2018).

O Pará possui 25% do potencial elétrico brasileiro após o funcionamento das usinas de Belo Monte e Tucuruí, consideradas a terceira e sexta maiores usinas hidrelétricas do mundo, respectivamente. Quanto à malha rodoviária do estado, destacam-se as rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém), BR-158, que atravessa sete estados e liga a Região Norte ao sul do Brasil e a BR-316 (Belém-Brasília) (CODEC, 2015).

A Lei nº 7.024/2007 estabeleceu a divisão administrativa do Estado do Pará em doze Regiões de Integração, distribuídas conforme semelhanças de ocupação, nível social e dinamismo econômico, de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais, denominadas conforme a Lei supracitada: Metropolitana, Guamá, Rio Caeté, Rio Capim, Araguaia, Carajás, Tocantins, Baixo Amazonas, Lago de Tucuruí, Xingu, Marajó e Tapajós (MAPA..., 2017).

Cabe mencionar, que a Lei nº 8.335, de 29 de dezembro de 2015, que instituiu o PPA (2016-2019) “Governo Regionalizado - Desenvolvimento Integrado”, passou a chamar a Região Metropolitana de Região de Integração do Guajará (SEPLAN, 2015).

Mapa 1—Estado do Pará por Região de Integração



Fonte: FAPESPA (2018).

A Tabela 5 apresenta dados da população estimada, área territorial e densidade demográfica por Região de Integração em 2017. A Região Guajará contém o maior contingente populacional do Estado do Pará com 2.177.672 habitantes e densidade demográfica de 1.197,03 hab/Km², enquanto a Região Xingu, por sua vez, possui o menor contingente populacional 370.763 habitantes se densidade demográfica de 1,48 hab/Km².

Tabela 5–População Estimada, Área Territorial (km²) e Densidade Demográfica do Pará- 2017

Estado/Região de Integração	População Estimada Total	Área Territorial km ²	Densidade Demográfica
Pará	8.366.628	1.247.955,38	6,70
Araguaia	550.946	174.174,88	3,16
Baixo Amazonas	720.563	315.852,94	2,28
Carajás	666.702	44.729,36	14,91
Guajará	2.177.672	1.819,23	1.197,03
Guamá	674.398	12.210,58	55,23
Lago de Tucuruí	413.446	39.903,37	10,36
Marajó	548.634	104.139,93	5,27
Rio Caeté	509.091	16.749,91	30,39
Rio Capim	676.201	62.148,07	10,88
Tapajós	248.590	189.595,10	1,31
Tocantins	843.050	35.838,90	23,52
Xingu	370.763	250.793,12	1,48

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA

A Região Rio Capim, onde se encontra localizado o município de Ulianópolis é a terceira região no ranking populacional do Estado, com população de 676.201 habitantes em 2017 e densidade demográfica de 1,88 hab/km² (FAPESPA, 2018).

4.2 O Programa Pará Profissional: sua relação com política estratégica de desenvolvimento harmônico sustentável do Pará (Pará Sustentável)

A Lei nº 8.096¹², de 1º de janeiro de 2015, dispôs sobre a estrutura estadual da Administração Pública do Estado do Pará, e adotou o modelo de governança por resultados, pautado na integração das políticas públicas setoriais em âmbito federal, estadual e municipal, com objetivo de direcionar políticas públicas e ações voltadas a melhoria dos indicadores institucionais, socioeconômicos e humanos do Estado.

A Constituição Estadual (CE), por sua vez, determinou a compatibilização do planejamento com o desenvolvimento local e crescimento da produção e renda da população, tendo em vista a melhoria dos indicadores institucionais, administrativos, econômicos, sociais e humanos do estado, conforme disposto nos artigos 230 aos 234.

¹²Lei nº 8096/15- Art. 1º A Administração Pública Estadual atuará nas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Estado do Pará, com vistas à inovação, à melhoria da qualidade de vida e dos indicadores sociais, à redução das desigualdades sociais e regionais, de acordo a Constituição do Estado. 1º O Poder Executivo, na realização dos objetivos, com observância às diretrizes de equilíbrio fiscal e financeiro, adotará o **modelo de governança por resultados**, na busca contínua da qualidade do gasto, eficiência da gestão e de melhoria dos indicadores institucionais, administrativos, econômicos, sociais e humanos, com ênfase no desenvolvimento integrado do Estado(**grifo nosso**)

Nesse contexto, com a finalidade de coordenar ações governamentais e articular parcerias com o setor privado e sociedade civil organizada, visando promover o desenvolvimento econômico do estado, o Governo do Pará instituiu o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará (PARÁ, 2030), por meio do Decreto nº 1.570¹³, de 29 de junho de 2016, alinhado às disposições da Constituição Estadual.

O objetivo estabelecido no PARÁ 2030 foi de igualar a média do PIB do Estado do Pará, até o ano de 2030, à média do PIB nacional, por meio de um conjunto de ações, ancoradas em práticas sustentáveis, com vistas à geração de renda (SEDEME, 2017). Ressalta-se que, em 2015, o PIB per capita do Estado do Pará de 15,4%, correspondia a 54% do PIB nacional (IBGE, 2017).

Segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME, 2017), o desenho institucional do PARÁ 2030 definiu cinco eixos de atuação: o primeiro, a criação da marca Amazônia; o segundo, os incentivos fiscais para atração de investimentos; o terceiro, a capacitação e formação profissional; o quarto, diz respeito ao licenciamento ambiental e o quinto, à regularização fundiária.

Para atender às necessidades de capacitação e formação profissional, concebeu-se o Programa Pará Profissional como um dos instrumentos necessários para ampliar a inclusão da população no mercado de trabalho, alinhado às especificidades dos municípios paraenses, por meio de ações conjuntas entre órgãos estaduais e entidades afins, coordenadas pela SECTET (Lei 8096/15, art. 50^{o14},XIV).

No entanto, após a implantação das ações iniciais do PARÁ 2030, voltadas somente para o crescimento econômico como estratégia de desenvolvimento das regiões do estado, suscitou-se a possibilidade de inclusão de outros eixos como o social e o ambiental, o que levou a ampliação das diretrizes do programa.

Segundo Vianna (2002), as políticas públicas são divididas por suas características setoriais ou modalidades, ou tipos de políticas, podendo ser classificadas como: econômicas, sociais, de infraestrutura e de Estado. As políticas sociais estão focadas em ações que possam

¹³Decreto nº 1.570/16 - Art. 1º Fica instituído o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Pará 2030, com a finalidade de coordenar ações governamentais e articular parcerias com o setor privado e sociedade civil organizada, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado.

¹⁴Lei 8.096/15- CAPÍTULO XIV- Art. 50º. Art. 2º- A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica – SECTET, tem por finalidade planejar, coordenar, formular e acompanhar a política estadual de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, bem como promover, apoiar, controlar e avaliar as ações relativas ao desenvolvimento e no Estado do Pará. Art. 3º São funções básicas da SECTET: II – promover a integração da política estadual com as políticas federal e as municipais, que atuam nos setores de sua especialidade, objetivando a formulação e a execução da política integrada de ciência, tecnologia e educação técnica e tecnológica;

atender às necessidades sociais básicas da população: saúde, educação, habitação, assistência social e segurança, objetivando o bem-estar da sociedade e redução das desigualdades sociais. (SOUZA, 2016).

Nesse entendimento, com o objetivo de contemplar os eixos econômico, social e ambiental das ações do PARÁ 2030, em 26 de abril de 2017, foi instituída a Política Estratégica de Desenvolvimento Harmônico Sustentável do Estado do Pará (PARÁ SUSTENTÁVEL), por meio do Decreto nº 1.745/17¹⁵, estruturado em três eixos: o Social (PARÁ SOCIAL), coordenado pela Secretaria Extraordinária de Estado de Integração de Políticas Sociais (SEEIPS), o Ambiental (PARÁ AMBIENTAL), coordenado pela SEMAS e o Econômico (PARÁ 2030), coordenado pela SEDEME, que já havia sido criado, anteriormente, pelo Decreto estadual nº 1570/15.

Em outras palavras, o Programa Pará Sustentável manteve as diretrizes econômicas já instituídas anteriormente pelo PARÁ 2030, e incluiu ações integradas e sistêmicas por meio de políticas públicas nas áreas social e ambiental, conforme art. 1º do Decreto nº 1.745/17. Na área social o objetivo consistiu em promover a participação das famílias em vulnerabilidade social. Na área ambiental o objetivo era de fortalecer as políticas de combate ao desmatamento e de preservação da biodiversidade. Dessa forma, alinham-se as diretrizes para as ações estratégicas com vistas ao desenvolvimento municipal, focadas no crescimento econômico, social e ambiental de forma simultânea, por meio de mecanismos de governança no âmbito da gestão pública (PARÁ, 2017).

4.3 Programa Pará Profissional: metodologia e modelo de governança

4.3.1 Metodologia

¹⁵ Decreto 1.745/17- Art. 1º Fica instituída a Política de Desenvolvimento Harmônico Sustentável do Estado do Pará – Pará Sustentável, com a finalidade de coordenar ações governamentais e articular parcerias com o setor privado e sociedade civil organizada, visando promover o desenvolvimento sustentável do Estado.

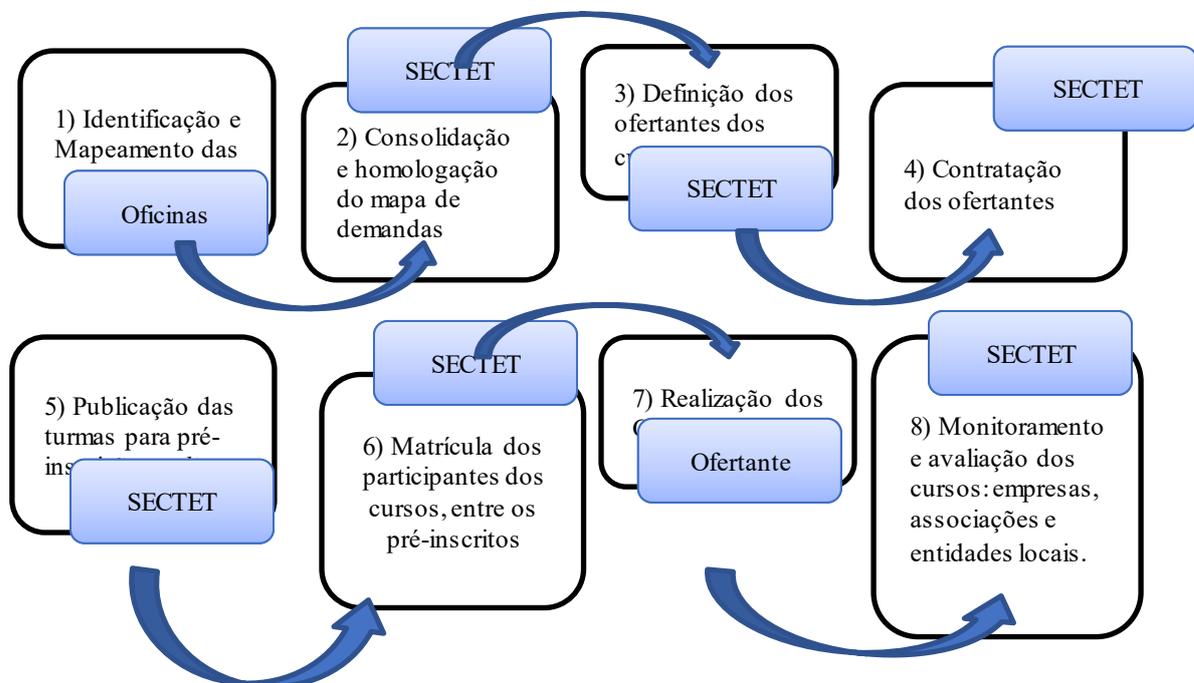
§ 1º A Política de Desenvolvimento Harmônico Sustentável do Estado do Pará – Pará Sustentável promoverá a atuação integrada e sistêmica das seguintes políticas estaduais: I – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Pará 2030, conforme o Decreto nº 1.570, de 29 de junho de 2016; II – Pará Social, que coordenará as ações de promoção e proteção social, visando à emancipação de famílias em situação de maior vulnerabilidade social; III – Pará Ambiental, cuja finalidade é a proteção do meio ambiente, o combate ao desmatamento e a preservação da biodiversidade;.

Com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades, o Programa Pará Profissional foi concebido como instrumento de superação das desigualdades inter-regionais, com vistas a promover agregação de valor às cadeias produtivas do estado, atender às demandas sociais locais e gerar oportunidades e renda.

O Programa Pará Profissional tem como objetivo atender o público alvo de acordo com classificação do IBGE: trabalhadores com ou sem vínculo empregatício, agricultores familiares, silvicultores, aqüicultores, extrativistas, catadores de materiais reciclados, pescadores, fruticultores, povos indígenas, comunidades quilombolas e autônomos (art. 3º da Lei nº 8427/2016).

A metodologia de execução do Programa Pará Profissional está dividida em oito etapas: Identificação e Mapeamento das demandas; Consolidação e homologação do mapa de demandas; Definição dos ofertantes dos cursos; Contratação dos ofertantes; Publicação das turmas para pré-inscrição on-line; Matrícula dos participantes dos cursos, entre os pré-inscritos; Realização dos Cursos, e Monitoramento e avaliação dos cursos, conforme figura 4.

Figura 4– Metodologia do Programa Pará Profissional



Fonte: Elaborada pela Autora (2018).

Na etapa inicial, são realizadas as oficinas para identificar demandas de oportunidades de trabalho, considerando as vocações produtivas locais. Participam das oficinas: o poder público local; associações comunitárias; sindicatos e empresas estabelecidas nos municípios,

para discutir sobre às necessidades de qualificação para a população local (art. 2º, inciso II da Lei n° 8.427/2016).

Após a identificação das demandas na etapa 2, a análise do mapa de demandas é encaminhada à SECTET para consolidação e homologação dos cursos, levando em consideração a estrutura local disponibilizada pelos atores que participaram da oficina de demandas e as possibilidades de contratação de instrutores para os cursos demandados (art. 2º, inciso III da Lei N° 8.427/2016).

Na etapa 3 são definidas as estratégias de oferta utilizadas para realização dos cursos homologados, conforme art. 9º da Lei n° 8.427/2016 Quadro 22.

Quadro 22– Estratégias de oferta de cursos pelo Pará Profissional

Estratégias	Instrutores para ministrar cursos
1- Utilização da expertise comprovada dos ofertantes no Pará, como os Serviços Nacionais de Aprendizagem.	Contratação do SENAI, SESC, SENAR, SENAT ou Instituições federais de ensino (art. 8º da Lei n° 8.427/2016).
2-Utilização de espaços de outras instituições ou espaços adequados disponibilizados por empresas parceiras.	Instrutores contratados por meio de bolsa de incentivo à atividade (art. 4º da Lei n° 8.427/2016).

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

A primeira estratégia é adotada nos casos em que a demanda qualificada indicar a necessidade de oferta de cursos que possuam ofertantes com reconhecida expertise no Pará, como os Serviços Nacionais de Aprendizagem e as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nesses casos, o Estado contratará as instituições, repassando a elas os recursos para a oferta dos cursos, que serão ministrados com quadro de pessoal próprio da instituição (art. 8º¹⁶ da Lei n° 8.427/2016).

Como ponto positivo referente à primeira estratégia, destaca-se a valorização das estruturas existentes do Sistema “S” e instituições de ensino das esferas federal e estadual, que possuem expertise para qualificação profissional, ao invés de construir estruturas administrativas fixas, com recursos públicos. Outro ponto positivo é a possibilidade de

¹⁶ Art. 8º Fica admitida a possibilidade, conforme a necessidade, da contratação direta pelo Estado, dos entes que compõem o Sistema “S” para a realização de cursos nas modalidades elencadas no art. 3º desta Lei, dispensada a licitação, na forma do que estabelece o art. 24, inciso XIII, da Lei n° 8.666, de 1993, atendidos os seguintes requisitos: I - seja justificada a contratação, a necessidade de dispensa, a escolha da instituição e o preço; II - o estatuto social da instituição demonstre ser instituição brasileira sem fins lucrativos e possuir, dentre suas finalidades sociais, a pesquisa, o ensino e o desenvolvimento institucional; III - a entidade contratada tenha capacidade de executar, com sua própria estrutura e de acordo com suas competências, o objeto do contrato; IV - o objeto do contrato seja claramente relacionado ao ensino, desenvolvimento científico e tecnológico, na real acepção da expressão; V - estejam os contratos diretamente vinculados a projetos com definição clara do objeto e com prazo determinado, sendo vedada a subcontratação de outras entidades;.

contratação de instrutores especializados, quando não existirem professores com a qualificação requerida, nos quadros profissionais efetivos do Estado, por meio da Lei nº 8.427/2016.

A segunda estratégia trabalha com a realização de cursos em outras instituições, ou espaços adequados disponibilizados por empresas (art. 2º, incisos III e IV da Lei nº 8.427/2016¹⁷). Neste caso, a SECTET continua atuando como instituição articuladora, contratando instrutores em caráter sazonal e temporário, por meio de edital público e mediante comprovação da capacidade técnica exigida para o curso. O pagamento dos instrutores é realizado via bolsa de incentivo, cujos valores de contratação encontram-se definidos no art. 6º, incisos I, II e III da Lei 8.427/2016¹⁸.

Destaca-se, que os valores pagos a título de bolsas de incentivo não caracterizam vínculo empregatício de qualquer natureza com o Estado, e são limitadas a vinte horas semanais, no caso de instrutor e coordenador. Quando se tratar de pessoal de apoio às atividades acadêmicas e administrativas as bolsas são limitadas a quarenta horas semanais (art. 6º, § 2º, § 3º e § 4º da Lei nº 8.427/2016).

As despesas com a execução das ações do Programa dependem de recursos (infraestrutura e financeiros) diretos do Estado, que consigna dotação orçamentária anualmente à SECTET/PA e aos demais órgãos do poder público estadual e cuja competência importe na realização de ações correlatas à Educação Profissional e Tecnológica (art. 11º da Lei nº 8.427/2016).

Na etapa 4, inicia o processo legal de contratação das instituições ofertantes dos cursos ou dos instrutores selecionados para ministrar os cursos do Programa. Após isso, na etapa 5, ocorre a publicação das turmas por Região de Integração do Estado, para pré-inscrição *on-line*.

Em seguida, na etapa 6, inicia-se a análise das inscrições efetivadas, com base no perfil exigido pelos cursos, e as matrículas dos participantes selecionados são efetivadas. Na etapa 7, os participantes selecionados são encaminhados para os cursos ofertados.

¹⁷Lei 8.427/2016- Art 2º, incisos III - promover o atendimento das demandas de qualificação profissional por setor identificado, buscando a otimização da utilização da capacidade instalada das instituições regionais; IV - estabelecer parcerias por intermédio de Acordos, Convênios, Termos de Cooperação, Protocolos de Intenções com entes da Federação e Municipais, com os Serviços Sociais Autônomos e com o Setor Privado, com o escopo de potencializar, em termos técnicos e financeiros, as ações do Programa;

¹⁸Lei 8.427/2016-Art. 6º Fica criada a bolsa de incentivo à atividade educacional, destinada a remunerar os instrutores, coordenadores e pessoal de apoio às atividades acadêmicas e administrativas, nos seguintes valores: I - instrutor: R\$ 60,00 (sessenta reais) por hora (60 minutos) de aula; II - coordenador: R\$ 65,00 por hora; III - apoio às atividades acadêmicas e administrativas: R\$ 20,00 por hora. § 1º A SECTET, diretamente ou por meio de instituições conveniadas, nos termos deste artigo. § 2º A concessão das bolsas de incentivo ficará limitada a um máximo de 20 horas semanais, no caso de instrutor e coordenador e de 40 horas semanais, no caso de pessoal de apoio às atividades acadêmicas e administrativas.

Por fim, na etapa 8 está previsto o monitoramento e avaliação dos cursos realizados quanto ao conteúdo, evasão e quantidade de egressos certificados e inseridos no mercado de trabalho ou que iniciaram atividades empreendedoras após o curso.

Segundo a Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica da SECTET, neste primeiro momento são monitorados o conteúdo, a quantidade de inscritos, de certificados e a evasão. Até a finalização desta pesquisa, encontrava-se em fase de conclusão o desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Gerenciamento do Programa Pará Profissional, adquirido pela SECTET para instrumentalizar o monitoramento dos itens anteriormente mencionados, bem como, a inserção dos egressos certificados no mercado de trabalho, ou dos trabalhadores que exercem atividades empreendedoras.

4.3.2 Modelo de governança do Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará (CGIEP)

A organização do ciclo de oferta das ações voltadas à qualificação profissional, em âmbito estadual, é uma das diretrizes do Programa Pará Profissional, estabelecida pela Lei nº 8.427/2016. Nessa perspectiva, foi criado o Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica (CGIEP), com a finalidade de:

[...] planejar, promover e coordenar os programas de formação profissional nos níveis técnico, tecnológico, de pós-graduação, formação inicial e continuada, de qualificação e certificação de habilidades profissionalizantes, na busca contínua da melhoria dos indicadores econômicos, sociais e humanos no Estado do Pará. (PARÁ, art. 2º do Decreto nº 1.430, 2015, não paginado).

O CGIEP é composto pelas Secretarias estaduais; Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER); Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET); Secretaria de Estado de Cultura (SECULT); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME); Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS); Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) e Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), as quais constituem o eixo público Figura 6.

O eixo participativo do CGIEP é composto pelo Fórum Permanente de Educação Profissional e Tecnológica (FPEP), que agrega representantes governamentais e não governamentais cujas atividades estejam diretas ou indiretamente relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica Figura 5

Figura 5– Estrutura do Modelo de Governança do CGIEP

Fonte: Elaborado pela Autora (2017). adaptado do Decreto Estadual nº 1.430/15.

A coordenação geral do Comitê Gestor (CGIEP) foi atribuída à SECTET, com atribuições definidas no art. 4^o¹⁹ do Regimento Interno do CGIEP, dentre as quais destaca-se:

- a) planejar, direcionar e monitorar a gestão as ações dos programas de formação profissional, em âmbito estadual, dentre eles o Pará Profissional;
- b) supervisionar a implantação e articulação das ações dos setores públicos e das instituições representantes da sociedade civil que atuam na área de EPT;
- c) implantar e promover o Fórum Permanente de Educação Profissional e Tecnológica – FPEP, que funcione como espaço de articulação intersetorial no Pará;
- d) promover a descentralização das ações nas regiões administrativas do Estado, com a criação dos Fóruns Regionais e dos Comitês Municipais de EPT;
- e) atuar como órgão deliberativo das proposições recebidas dos Fóruns e Comitês que integram o CGIEP;
- f) Integrar e alinhar as diversas ações de oferta e promoção de EPT, potencializando esforços, minimizando sobreposições entre os diversos programas ou serviços prestados pela área pública estadual, bem como articular ações nesta área;

Em âmbito estadual, considera-se que o CGIEP como instrumento de governança de EPT, promove a articulação institucional entre o poder público e a sociedade para discussão

¹⁹Art. 4º São atribuições do Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará. III - implantar e promover o Fórum Permanente de Educação Profissional e Tecnológica (FPEP), que funcione como espaço de articulação intersetorial no Pará.

sobre formulação e implementação das ações de oferta de cursos profissionalizantes, sendo a base estrutural do modelo de gestão da Política de Educação Profissional e Tecnológica no Pará.

Nessa perspectiva o Programa Pará Profissional teve suas diretrizes regulamentadas pelo Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (CONSECTET), que possui competência para editar normas, sugerir planos e programas na área de EPT, além de criar mecanismos de articulação entre a SECTET e as entidades federais, estaduais e estrangeiras (art. 5º, XIV da Lei nº 8.096/15²⁰).

Para Avritzer (2010), a atuação de conselhos gestores é vital para a construção político-institucional que promove a participação social. Dentre algumas de suas funções, está a tomada de decisões sobre políticas locais e o controle dos atos do poder público que transformam recursos públicos em bens e serviços para a comunidade. Na concepção de Gohn (2007), os conselhos são instituições que têm o papel de mediar a relação entre a sociedade e o Estado, propiciando o aprimoramento do formato das políticas públicas.

Observa-se, que o modelo de Governança instituído para o Programa Pará Profissional, por meio do CGIEP, atende ao disposto no art. nº 206²¹ da CF/88, quando prevê a participação dos cidadãos na gestão democrática das políticas públicas, e promove a institucionalização de espaços participativos, como os Fóruns e Comitês Gestores de políticas públicas.

Ademais, o eixo participativo do CGIEP conta com o Fórum Permanente de Educação Profissional e Tecnológica (FPEP) em sua estrutura (Figura 6). Ressalta-se, que o FPEP foi concebido com a finalidade de promover o debate e a troca de experiências com entidades governamentais, não governamentais e movimentos da sociedade civil, a fim de implementar de forma coletiva ações articuladas de fomento à Educação Profissional, no âmbito do Estado (§1º, art. 1º do Decreto nº 1.430/15).

As atribuições do FPEP encontram-se dispostas no art. 18 do Regimento Interno do Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará, dentre as quais destaca-se:

- a) articular as políticas setoriais no âmbito regional com vistas à **construção de uma rede intersetorial** de Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Pará (**grifo nosso**);

²⁰“Capítulo IV- Art. 5º Conselho Estadual de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação criado pela Lei nº 7.017, de 24 de julho de 2007, passa a denominar-se Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica – CONSECTET, com as seguintes competências: I – editar normas e definir diretrizes para a implantação da Política de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica; II – avaliar e sugerir planos e programas na área de ciência, tecnologia, inovação e educação técnica e tecnológica; IV – estabelecer mecanismos e instrumentos de articulação entre o órgão estadual de ciência, tecnologia e educação técnica e tecnológica, com entidades federais, estaduais, nacionais e estrangeiras.

²¹Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

- b) assessorar os municípios na implantação de Comitês, Fóruns ou Redes Municipais, estimulando que esses instrumentos criem espaços de articulação intersetorial para a Educação Profissional e consigam recursos orçamentários do município;
- c) observar os princípios da LDB, demais políticas intersetoriais e documentos deliberativos das instâncias de controle social e de educação profissional.

Com essas atribuições, a atuação do FPEP passa a ser vista como um instrumento de articulação e integração democrática, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica no Pará, o que pode ser considerado como um dos elementos-chaves para a construção do Estado “Rede”, que articula a colaboração entre Estado e sociedade na gestão pública com a finalidade de atender às demandas da população.

De acordo com Matos e Dias (2013, p. 62), nesse novo contexto, as políticas públicas são gerenciadas através de redes de atores públicos e privados, que interagem entre si em um marco mais ou menos institucionalizado, com intercâmbio de recursos e informações para atingir objetivos comuns.

Nessa perspectiva, o CGIEP estabeleceu para os municípios a tarefa de promover a descentralização de suas ações nas regiões administrativas do Estado, por meio da criação de Fóruns Regionais e dos Comitês Municipais de Educação Profissional e Tecnológica, como instrumentos para apoiar ações locais de qualificação profissional, e, definiu diretrizes para nortear as ações dos Comitês Municipais (BRASIL, art.21 do Regimento Interno do CGIEP, 2017, não paginado).

- d) integrar e alinhar as ações na área de oferta da Educação Profissional e Tecnológica, potencializando os esforços de modo a não gerar ações sobrepostas e desarticuladas entre as instituições públicas e privadas de EPT;
- e) atuar como órgãos propositivos de ações na área de EPT, especialmente no que tange à demanda de cursos, e submeter as propostas, de forma qualificada, para apreciação do CGIEP, que deliberará sobre o tema;
- f) atuar como órgãos de acompanhamento e supervisão das ações locais;
- g) observar os princípios constitutivos da LDB e demais políticas intersetoriais e documentos deliberativos de educação profissionalizante.

Na prática, depreende-se do exposto, que no modelo de governança estadual de EPT que utiliza o CGIEP como instrumento de gestão, os processos de qualificação e consolidação das demandas de cursos profissionalizantes nos municípios, ficam sob a responsabilidade dos

Fóruns Regionais e Comitês Municipais de EPT. Mais à frente, está previsto que o FPEP discuta e chancela as demandas qualificadas de cursos para os municípios e as encaminhe ao CGIEP, para cumprir as etapas de oferta de cursos.

Segundo Schneider (2005), a governança aborda o contexto de modificação das relações entre Estado e Sociedade, trazendo nova discussão acerca de estruturas e análises relacionadas à transformação da forma de governar do Estado. Na mesma perspectiva, Bobbio (1987), afirma que o Estado pode ser representado por um modelo sistêmico, em que a relação entre as instituições políticas e a sociedade deve voltar-se para o atendimento de demandas provenientes do ambiente social, por meio da elaboração de políticas públicas.

Até a finalização desse estudo, o processo de chancela das demandas de cursos profissionalizantes identificadas nos municípios pelo FPEP, bem como, o envio das mesmas ao CGIEP, ainda não se encontravam consolidados, e por esta razão, as demandas identificadas foram encaminhadas diretamente à SECTET/PA, coordenadora do Pará Profissional, para as etapas de previstas na metodologia de oferta do Programa (homologação, contratação de ofertante, pré-inscrição, matrícula e início dos cursos).

Sendo assim, é possível inferir que para a consolidação do processo de deliberação coletiva, previsto no modelo de governança do CGIEP, com geração de consensos e compartilhamento do processo de tomada de decisões na área de EPT, faz-se necessário cumprir a etapa de encaminhamento das demandas de cursos de qualificação profissional ao CGIEP, tanto pelas Secretarias estaduais, como pelos Fóruns Regionais e Comitês Municipais de Educação Profissional e Tecnológica, sob pena de gerar sobreposição de oferta de cursos de qualificação profissional, em âmbito estadual, desperdício de recursos públicos, e prejuízos à sociedade em geral.

4.4 Município de estudo: Ulianópolis - PA

4.4.1 Aspectos históricos, dados demográficos, econômicos e sociais

Em 1958, iniciou-se o processo de colonização do Município de Ulianópolis com o acampamento dos primeiros habitantes, sob um pé de Cumarú, próximo ao riacho, que na época pensavam ser o Rio Gurupí (divisa entre o Estado do Pará e Maranhão). Anos mais tarde, descobriu-se que aquele pequeno curso d'água era afluente do Rio Gurupí e, a partir de então, recebeu o nome de Rio Gurupizinho (SETUR, 2013).

Com as obras de abertura da rodovia Belém-Brasília, imigrantes de várias partes do país vieram para o estado em busca de oportunidade de trabalho, dando continuidade ao processo de ocupação do território amazônico, cuja densidade demográfica, até a década de 1970, era de 1,03 Hab/km², caracterizada como uma região de baixa interligação econômica com o mercado nacional (SUDAM, 1971).

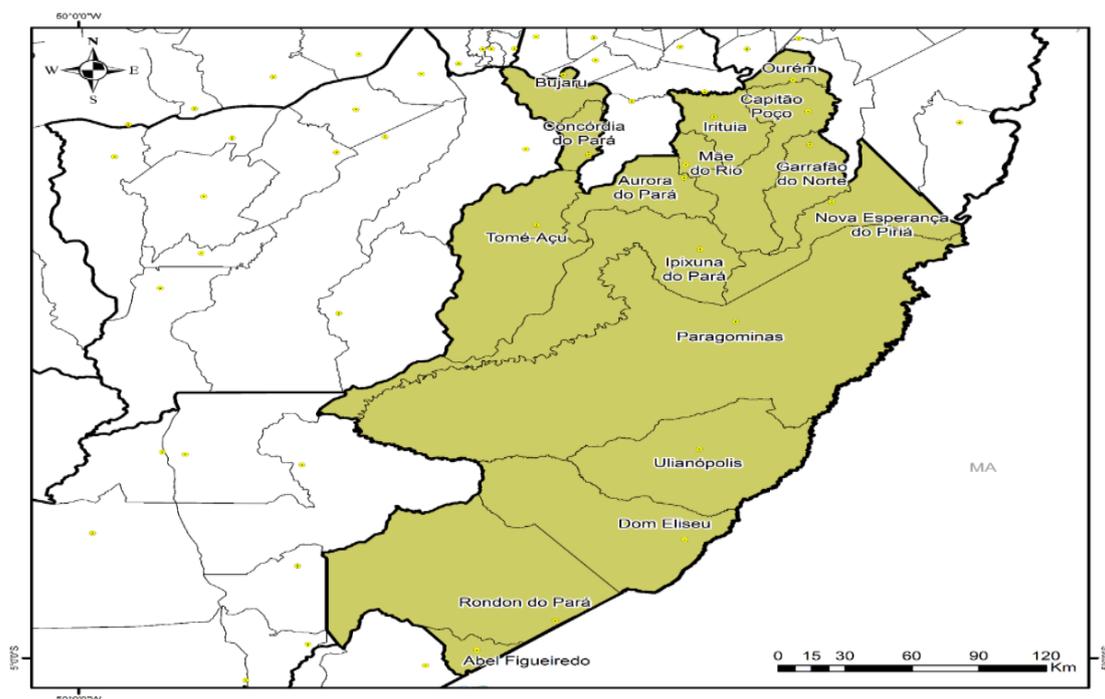
O Município de Ulianópolis, no sudeste paraense, leva o nome de uma das famílias que vieram para a Amazônia, atraídas por grandes projetos implantados na década de 1970 e que incentivavam a aquisição de terras na região. A Família Uliana ocupou a área onde, hoje, está localizado Ulianópolis, que era chamada de Gurupizinho dos Capixabas (SETUR, 2013).

A Lei nº 5.697, de 13 de dezembro de 1991, instituiu o Município de Ulianópolis e a primeira eleição municipal aconteceu em 3 de outubro de 1992, com a posse dos eleitos (prefeito; vice-prefeito e vereadores) em 1º de janeiro de 1993 (FAPESPA, 2018).

O Município de Ulianópolis está localizado a 390 km de Belém, no Estado do Pará, aproximadamente 4 horas e 30 min de carro. O acesso ao município pode ser feito por meio das rodovias BR316 e BR 010, a partir da capital (SETUR, 2013).

Atualmente, os bairros do Município de Ulianópolis são: Centro, Resende I, Caminho das Árvores, Palmeira, Resende II, Davinópolis, Giacomo Uliana, Bairro do Titio, Boa Vista, Vítório Deprá, Vítório Seccin e Bela Vista. As vilas e povoados do município são denominados: Água Branca, Areia Branca, Centro dos Maranhenses, Vila Arco Iris, Rossi Gabriel, Rio Bonito, Bom Jesus, Nova Kawana, Nova Vida, Sapucaia, Planalto, Rio Azul, Rio das Cruzes, Boa Esperança, Rio Anil, Km 29 e Vila Gurupizinho (SETUR, 2013).

Segundo a FAPESPA (2018), Ulianópolis pertence à Região de Integração Rio Capim, e encontra-se localizado ao Norte de Paragominas, ao Sul de Dom Eliseu, a leste do estado do Maranhão e a oeste dos Municípios de Dom Eliseu e Paragominas.

Mapa 2– Região de Integração Rio Capim

Fonte: FAPESPA (2018).

O Município de Ulianópolis possui área de 5.088,47Km², com densidade demográfica de 11,30 hab./km² e população estimada em 57.525 pessoas (IBGE, 2017), conforme Tabela 6 (FAPESPA, 2018). Em 2010, Ulianópolis apresentava uma população jovem e grande parte dela encontrava-se na faixa etária de 15 a 29 anos (13.211) e de 30 a 49 anos (11.312), segundo dados da (FAPESPA, 2018).

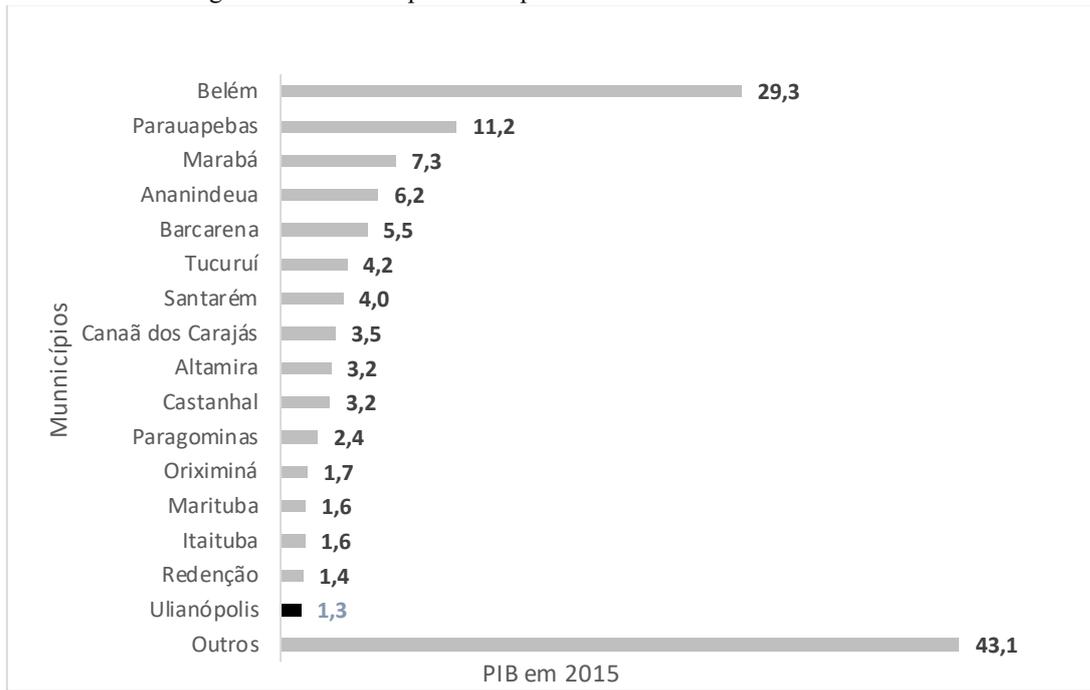
Tabela 6– População, Área Territorial (Km²) e Densidade Demográfica de Ulianópolis - 2017

Estado / Município	População estimada – hab.	Área Territorial - Km ²	Densidade Demográfica- hab/km ²
Ulianópolis	57.525	55.088,47	11,30

Fonte: Elaboração FAPESPA, IBGE (2018).

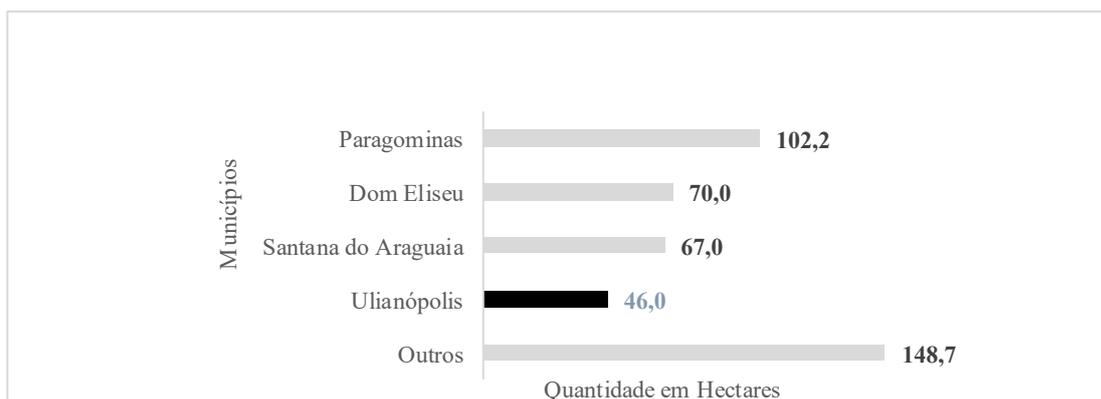
Nas últimas décadas, a dinâmica econômica de Ulianópolis passou por transformações e migrou do extrativismo vegetal e mineral para as cadeias produtivas da pecuária e agricultura (SETUR, 2013).

Conforme dados econômicos recentes, destaca-se que, em 2015, o PIB de Ulianópolis foi de aproximadamente R\$ 1,3 bilhões, o que levou o município a ocupar 16º posição no ranking estadual Gráfico 5 (Anuário Estatístico, FAPESPA, 2018).

Gráfico 5– Ranking estadual do PIB por município

Fonte: Elaboração FAPESPA, IBGE (2018).

No que se refere a área plantada (ha) e a produção de soja local, o Município de Ulianópolis ocupa o quarto lugar no ranking dos 144 municípios paraenses, atrás de Paragominas, Dom Eliseu e Santana do Araguaia, conforme Gráfico 6.

Gráfico 6– Área Plantada de soja por tipo de lavoura temporária em 2016 (em há)

Fonte: Elaboração FAPESPA, IBGE (2018).

A partir de 2019, há a previsão de que o escoamento da produção de soja na Região de Integração do Rio Capim, nos Municípios de Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu e Rondon do Pará, passe a ser realizado pelo porto flutuante, na confluência do Rio Capim com a PA-256, com possibilidade de reduzir os custos para os produtores locais (SEDEME, 2018, não paginado).

Nesse sentido, foi assinado um protocolo de intenções entre o Governo do Estado, por meio da SEDEME e a empresa de Transporte Bertolini LTDA, para a construção de uma Estação de Transbordo de Cargas - ETC no Município de Rurópolis, dois estaleiros de reparos e manutenção, sendo um no Município de Santarém e outro no Município de Belém, e um porto para transbordo de carga flutuante na confluência do Rio Capim com a Rodovia PA- 256 (IOEPA, Protocolo de Intenções, n. 5, 2017).

Dentre as obrigações da Transportadora Bertolini estão:

d) Contratar, sempre que possível, para a implementação de seus projetos e para quando de seu funcionamento, pessoas residentes no Estado do Pará, preferencialmente, nos municípios em que estiverem localizados os seus empreendimentos.

e) Dar preferência, na compra e/ou aquisição de bens e serviços, inclusive os de engenharia, respeitadas as suas necessidades e as qualidades técnicas, condições mercadológicas e financeiras, para estabelecimentos localizados no Pará.

f) Zelar pela preservação do meio ambiente na execução dos serviços necessários à implantação e à operação de seu empreendimento (IOEPA, abr. 2018).

Fotografia 1– Porto flutuante no Rio Capim para transportar a soja paraense



Fonte: PARA 2030 (2018).

Em relação ao mercado de trabalho de Ulianópolis, observa-se que o número de postos de trabalho existentes na Indústria de transformação (1.489) somados aos postos no setor Agropecuário (439), ultrapassam os postos de trabalho ofertados pela Administração Pública (1.451). Além disso, grande parte dos estabelecimentos existentes no município atua no setor de comércio e serviços (125), seguido pelo setor da Agropecuária (66) e da Indústria de transformação (34), conforme Quadro 23.

Quadro 23– Estabelecimentos por setor e Estoque de empregos em Ulianópolis, em 2016

Atividade Econômica	Estabelecimento por setor	Estoque de empregos
Agropecuária	66	439
Indústria extrativa	0	0
Indústria de transformação	34	1.489
Serviços industriais de utilidade pública	0	0
Construção civil	2	27
Comércio e serviços	125	662
Administração pública	-	1.451
Total	227	4.068

Fonte: IBGE, PRODES, MTE/RAIS (2017).

Dados quanto à População Economicamente Ativa (PEA), taxa anual de crescimento médio (8,45%), taxa de Urbanização (65,8%), taxa de Analfabetismo (16,8%) e taxa de Pobreza (35,9) e IDH (0,604%), no Município de Ulianópolis encontram-se no Quadro 24.

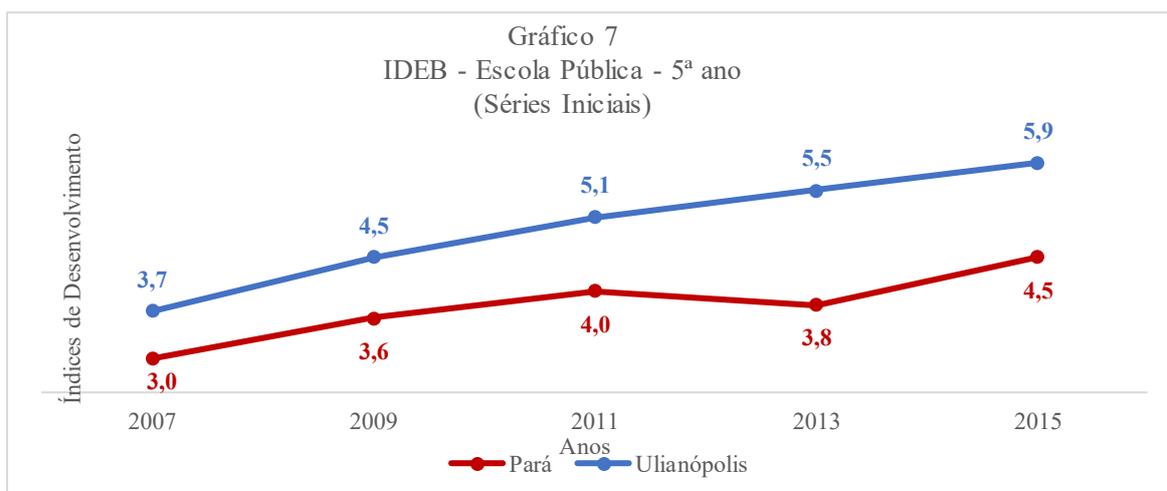
Quadro 24– Dados do IBGE (2010) do Município de Ulianópolis

Dados (2010)	Ulianópolis
População economicamente ativa (PEA)	15.435
Taxa anual de crescimento médio	8,45%
Taxa de urbanização	65,8%
Taxa de analfabetismo	16,8%
Taxa de pobreza	35,9%
IDH médio PNUD	0,604

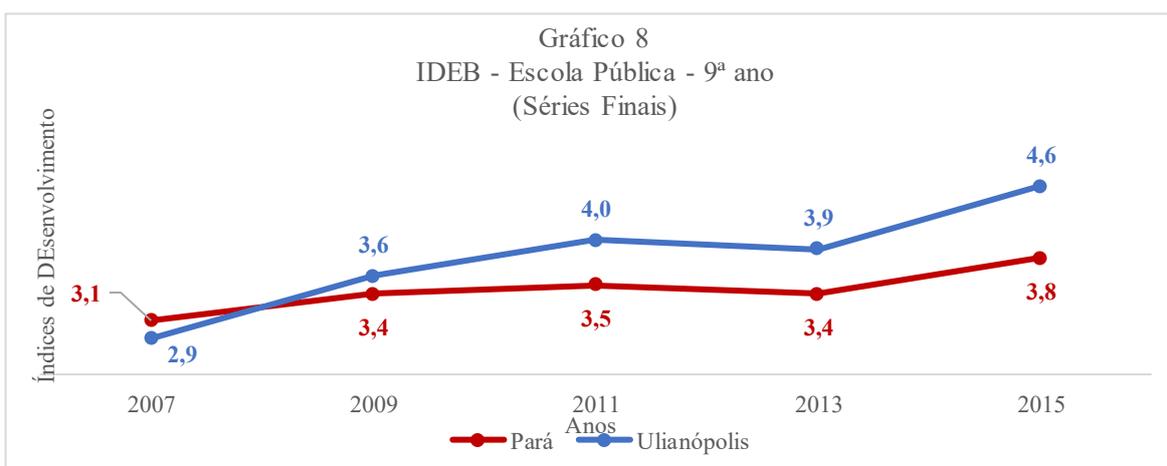
Fonte: IBGE, PRODES (2010).

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Escola Básica (IDEB), destaca-se o crescimento obtido nas séries iniciais (5,9%), acima do índice do Estado do Pará de (4,5%), e nas séries finais (4,6%), enquanto no Pará foi de (3,8%), conforme os Gráficos 7 e 8 (MEC/INEP, 2016). Ressalta-se, que Ulianópolis foi um dos primeiros municípios a aderir ao “Pacto Pela Educação no Pará”, em 2015, cujo objetivo estabelecido foi melhorar a qualidade de ensino e alterar os índices da educação, por meio do esforço integrado de diferentes setores e níveis de governo, sociedade civil, iniciativa privada e organismos internacionais.

A meta era aumentar em 30% o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em todos os níveis, até 2017. Para o alcance da meta proposta, destaca-se alguns desafios do município: envolver a comunidade escolar, governo e sociedade; utilizar a tecnologia da informação para a melhoria da prática docente e gestão escolar; e mobilizar a comunidade escolar e a sociedade, com vistas à melhoria dos resultados educacionais (PARÁ. 2017, não paginado).

Gráfico 7– IDEB Séries iniciais

Fonte: Anuário estatístico FAPESPA (2018)

Gráfico 8– IDEB Séries finais

Fonte: Anuário estatístico FAPESPA (2018).

Quanto aos índices de saneamento básico, 40,17% da população de Ulianópolis possui esse serviço, e 69,34% possuem coleta regular de lixo na residência (FAPESPA, 2018).

4.4.2 O Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis (CGIU)

A partir das normas estabelecidas pelo Decreto estadual nº 1.430/15, o Governo Municipal de Ulianópolis entendeu a importância de caminhar alinhado às diretrizes estaduais, na área de Educação Profissional e Tecnológica. Neste contexto, Ulianópolis teve a oportunidade de sediar o Seminário de Orientação de Demandas de EPT, para a Região Rio

Capim, no período de 9 a 10 de novembro de 2015, com a finalidade de planejar os cursos profissionalizantes a serem ofertados no município no ano de 2016.

Durante a realização do seminário, foi elaborado o Plano de Ações para levantamento de demandas de cursos profissionalizantes e encaminhado à coordenação do Pará Profissional, que contou com a participação do setor público, de empresas locais, representantes da sociedade civil organizada, e da SECTET, conforme Quadro 25.

Quadro 25– Plano de Ações para levantamento de demandas de cursos do Pará Profissional em Ulianópolis (2015).

Ação	Objetivo
Levantamento do nível de escolaridade dos funcionários das empresas parceiras.	Incentivar o profissional a estudar.
Participação da roda de conversa com os alunos de 5º a 9º séries e EJA.	Socializar experiências para estimular o interesse dos alunos pelos cursos ofertados.
Levantamento de alunos, com idade entre 14 e 21 anos, a fim de participar do Projeto Jovem Aprendiz.	Oportunizar ao jovem formação profissional.
Disponibilização pelas empresas parceiras para visita de alunos, por meio de cronograma agendado	Colaborar com a escola e contribuir com o conteúdo teórico das aulas.
Identificação de demandas de qualificação profissional no município.	Preencher o quadro de demandas de cursos de qualificação profissional.

Fonte: SECTET (2015).

A dinâmica participativa utilizada no Seminário de Demandas favoreceu o debate e a articulação de setores da sociedade de Ulianópolis, bem como a integração entre os envolvidos na gestão das ações locais de EPT. O processo formalizado para levantamento e organização das demandas de cursos profissionalizantes, no município, foi considerado fundamental para a construção da estrutura do CGIU/Ulianópolis, que veio a ser implementado mais à frente.

De acordo com Santos (1997), governança engloba uma visão de sociedade com padrões de articulação e cooperação entre atores sociais, políticos e arranjos institucionais, que podem ser redes formais ou informais.

Em 2016, o Município de Ulianópolis instituiu o Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis (CGIU) para apoiar as ações de qualificação profissional no município, por meio do Decreto Municipal nº 30/16 (Anexo B). Dessa forma, o poder público municipal reconheceu institucionalmente a necessidade da participação das alianças intersetoriais constituídas entre o primeiro setor (governo), segundo setor (empresas) e terceiro setor (organizações e associações da sociedade civil), no processo de elaboração e execução de políticas públicas de EPT.

Segundo Ache (2000, p. 444), “com as contribuições advindas da participação regional, surge a definição de governança local, os atores locais desenvolvem ações conjuntas movidos pela expectativa de que consigam avaliar os problemas de sua região melhor do que atores nacionais ou estaduais”.

Dessa feita, destaca-se a importância da criação do CGIU/Ulianópolis, como espaço legal constituído para fortalecer a participação cidadã na formulação e gestão de políticas públicas de EPT, que nasceu do debate entre os setores público e privado envolvidos na área de educação no município, e se espalhou para uma rede de atores como representantes da sociedade civil organizada e instituições federais, estaduais e municipais.

Segundo Roth et al. (2012), redes tem por objetivo estruturar e organizar mecanismos regulatórios de tomada de decisão, para garantir os interesses dos membros dessa rede. Segundo os autores, a função da governança não deixa de estar associada à ideia de gestão, pois ela proporcionará uma visão Inter organizacional e a regulação entre os limites e a autonomia.

a) Modelo de governança para a gestão de EPT, no Município de Ulianópolis

Em 2016, o Decreto Municipal nº 30/16 instituiu o CGIU/Ulianópolis como:

[...]instância estratégica de gestão integrada e colaborativa, que tem por finalidade apoiar e coordenar as ações desenvolvidas no Município de Ulianópolis, Estado do Pará, incluindo as secretarias municipais, setor produtivo e sociedade civil representada, com vistas a promover a organização da Educação Profissional e Tecnológica como instrumento de superação das desigualdades inter-regionais, de inclusão sócio produtiva, de oportunidade de trabalho e geração de renda (ULIANÓPOLIS, 2016, não paginado).

A estrutura estabelecida para o CGIU/Ulianópolis contempla a participação de representantes governamentais e não governamentais, cujas atividades estejam relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica no município. Os representantes e suplentes de instituições públicas, privadas e da sociedade civil representada são convocados a programar as ações locais de fomento à EPT, de forma a promover a gestão integrada e colaborativa conforme Figura 6.

Figura 6– Estrutura do Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis (CGIU)

CGIU			
Eixo Poder Público	Eixo Participativo		
	Apoio Governamental	Apoio Não-governamental	
SEMEC	CONSELHO TUTELAR	CDL	SENAR
SEMAS	PACTO PELA EDUCAÇÃO	COMUNIDADE ECLESIAÍSTICA	PEQUENOS PRODUTORES RURAIS
SMS	CONSELHOS ESCOLARES	CONSELHO DE PASTORES	PASTORAL DA CRIANÇA
SEMAGRI	CONSELHO DA CRIANÇA E ADOLESCENTES	PADRE	ESCOLA DE ENSINO MÉDIO
PODER LEGISLATIVO	DEMUTRAN	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	ENSINO SUPERIOR
	CONSELHO DE EDUCAÇÃO	PRODUTORES RURAIS	URE MÃE DO RIO

Fonte: Elaborado pela Autora, adaptado do Decreto Municipal nº 30/16.

O eixo Público encontra-se representado por cinco órgãos: Secretaria Municipal de Educação (SEMEC); Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS); Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI); e Poder Legislativo Municipal.

O eixo participativo encontra-se representado por 18 entidades, sendo seis governamentais (Conselho Tutelar; Pacto pela educação; Conselhos escolares; Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente; DEMUTRAN e Conselho Municipal de Educação), e 12 entidades não governamentais (Clube de Diretores Lojistas (CDL); Comunidade Eclesiástica; Conselho de Pastores; Padre; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; dos Produtores Rurais SENAR; Pequenos produtores rurais; Pastoral da Criança; Escola de Ensino Médio e Ensino Superior da URE de Mãe do Rio).

A estrutura do Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis demonstra a iniciativa tomada pelo Poder Público de Ulianópolis, no sentido de promover a abertura para participação de diferentes segmentos da sociedade, nas deliberações sobre a oferta dos cursos de EPT, dentre eles, o Programa Pará Profissional, o que fortalece a governança local, conforme Figura 7.

Matos e Dias (2013, p. 90) enfatizam que a governança local é o compartilhamento de responsabilidades para implantação de políticas públicas entre o setor público, o privado e o terceiro setor.

Depreende-se ainda Figura 6, que os atores participantes CGIU/Ulianópolis foram estimulados a atuar de forma coletiva, compartilhando responsabilidades na implementação de ações articuladas de fomento à Educação Profissional, no município.

Para Kissler e Heidemann (2006), uma estrutura de governança pública inclui vários atores sociais participantes do Estado ativo os quais estão inseridos nos três setores, transformando-o num Estado ativador, que age, principalmente, sobre o setor privado e o terceiro setor, com o propósito de mobilizar recursos, contando com a força da sociedade civil.

Destaca-se que o CGIU/Ulianópolis atuou como instrumento para discussão e tomada de decisão coletiva, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica no município. Essa constatação pode ser considerada como um dos elementos chave para a atuação do Estado “Rede”, o qual envolve gestão articulada e colaborativa entre o primeiro setor (governo), segundo setor (empresas) e terceiro setor (organizações e associações da sociedade civil), no processo de elaboração e execução de políticas públicas de EPT, em espaços coletivos e deliberativos, com a finalidade de atender às demandas da população.

Segundo Fonseca; Carapeto (2009), o Estado moderno tornou-se mais cooperativo, acolheu as redes e os impactos sobre suas formas e estruturas capazes de responder às exigências concretas dos cidadãos, caminhando na direção do Estado “Rede”, que envolve mecanismos de negociação e múltiplos atores entre os quais: entes públicos de diferentes esferas de governo, entidades privadas (com ou sem fins lucrativos) e a sociedade civil, diferenciando-se da forma tradicional de organização do Estado “Hierárquico”.

Sendo assim, com base na compreensão dos documentos analisados, infere-se que o ambiente institucional estabelecido para as relações entre as organizações representadas no CGIU/Ulianópolis, promoveu um bom nível de articulação e integração entre o poder público, privado e sociedade civil organizada, na área de Educação do município, alinhando-se com a atuação em rede, segundo Loiola e Moura (1996, p.59). Para os autores, as redes representam formas de articulação entre órgãos governamentais, organizações privadas ou grupos que lhes permitam enfrentar problemas sociais e implementar políticas públicas, chamadas redes institucionais ou redes de políticas públicas.

Na próxima seção, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, realizada em Ulianópolis, lócus da pesquisa.

4.5 Resultados da pesquisa de campo

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados do trabalho de campo, a partir dos questionários respondidos, conforme os mecanismos de governança (Liderança, Estratégia e Controle) e seus aspectos investigados (descritos às fls. 76 a 78).

Para enriquecer o trabalho de campo, são apresentadas as observações realizadas pela autora, por ocasião de sua participação no 1º Encontro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica da Região Rio Capim, realizado no dia 26 de abril de 2018, no Centro de Convenções de Ulianópolis/PA. Nesse evento, encontravam-se presentes o Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (Prof. Dr. Alex Fiúza de Mello); a Prefeita Municipal de Ulianópolis (Sra. Neuza Pinheiro); o Gerente de Projetos da SEDEME/PA (Sr. Eduardo Rodrigues), representantes da Câmara Municipal de Ulianópolis e de outros municípios da Região de Integração Rio Capim, além de representantes de empresas da indústria, comércio local e da sociedade civil organizada.

Durante o 1º Encontro, os membros designados para atuar no CGIU/Ulianópolis, em 2018, foram apresentados pela Prefeita Municipal, dentre eles o Secretário Municipal de Educação (Sr. Aurelino Gomes), demais representantes do Poder Público, além de representantes de organizações governamentais e não governamentais. Tanto a Prefeita, quanto o Secretário Municipal de Educação, destacaram algumas limitações estruturais enfrentadas pelo município, como a desigualdade educacional vigente entre as diferentes regiões do Estado, e problemas relacionados à falta de cursos universitários para agroindústria e áreas afins, que impactam o desenvolvimento local.

Foi possível observar a importância destinada à Educação Profissional, pelo Poder Público do município, com destaque para o modelo de governança local gestado pelo CGIU/Ulianópolis, com vistas a apoiar e organizar as ações de EPT, no município.

O Secretário Estadual da SECTET, coordenadora do Pará Profissional e do CGIEP, apresentou a trajetória do Programa, assim como, dados estatísticos sobre os cursos ofertados na Região Rio Capim e, especificamente, em Ulianópolis. O representante da SEDEME/PA, apresentou os desafios enfrentados pelo Pará 2030, e dados sobre as atividades econômicas na Região Rio Capim e de Ulianópolis.

Em seguida, a coordenação do Pará Profissional promoveu *Workshop* com objetivo de discutir Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças dos cursos ofertados pelo Programa, em Ulianópolis, no período de 2016 a 2017, a fim de coletar informações que norteassem as correções necessárias para as ações planejadas para os anos seguintes.

No Encontro Estadual, houve a oportunidade de conversar com o Diretor Presidente da PAGRISA – Pará pastoril e agrícola S/A, empresa que participa do CGIU/Ulianópolis e encontra-se instalada na zona rural do Município de Ulianópolis, onde possui aproximadamente 12 mil hectares de plantio de cana-de-açúcar.

A PAGRISA S/A é um empreendimento da agroindústria paraense com atuação no setor sucroalcooleiro, que produz açúcar cristal e etanol (álcool anidro, utilizado na mistura com a gasolina e álcool hidratado, usado diretamente nos veículos Flex). Conta com 1.000 colaboradores contratados durante a safra, que vai de junho a dezembro, com quatro mil indiretos e vinte mil dependentes ligadas de forma permanente com a empresa, que possui maquinário como tratores que trabalham por georreferenciamento e piloto automático no plantio e na colheita (PAGRISA, 2018).

A PAGRISA foi criada na década de 60 com o objetivo de desenvolver a pecuária na Região Amazônica. A criação de gado foi a principal atividade da empresa até o ano de 1979, quando teve início a construção de uma fábrica de álcool hidratado. Em 1998, foi ampliada a produção de etanol com a implantação da planta de fabricação de anidro. Em 1982, ocorreu a primeira safra, com a produção de 540 mil litros de álcool hidratado e, em 2006, foi acrescentada à planta a fábrica de açúcar, com a produção inicial de 100 mil sacos de açúcar. Em 2017 a capacidade para produção chegou a 8.000 sacas de 50 kg de açúcar e de 300 mil litros de etanol por dia (PAGRISA, 2018).

Posteriormente, o Diretor Presidente da PAGRISA S/A encaminhou suas contribuições, por *e-mail*, as quais foram utilizadas nas reflexões deste estudo. Dentre elas, destaca-se: a importância da experiência do grupo de trabalho, constituído em 2015, pelos representantes da Prefeitura Municipal de Ulianópolis, da SECTET, de empresas locais e de pequenos fornecedores de insumos da região; as discussões sobre qualificação profissional dos trabalhadores locais para atuação na empresa e assim possibilitar a internalização de renda no município; e, o engajamento dos pequenos empresários que não dispunham de recursos para investimento em qualificação profissional de seu pessoal, o que comprometia sua produtividade.

Outro destaque apontado pelo Diretor Presidente da PAGRISA S/A, foi o alinhamento profissional existente com os demandantes dos cursos do Pará Profissional, constituindo-se em fator motivador para bons índices de frequência e aproveitamento dos alunos. Foi destacado também, a readequação de conteúdos específicos, alterações de horários dos cursos ou de carga horária para atender aos objetivos pactuados, o que levou ao bom aproveitamento nos cursos, alcançando o patamar de 90%, afirmou o empresário.

Destaca-se que em 2016, para atender a demanda por mão de obra qualificada no setor sucroalcooleiro no município de Ulianópolis, o Programa Pará Profissional ofertou o curso de “Açúcar e Álcool” para atender a demanda da empresa PAGRISA S/A com carga-horária total de 1,2 mil horas. A parte prática foi ministrada nos laboratórios da própria empresa, que foi responsável por toda a infraestrutura necessária para as atividades.

No que se refere aos Questionários aplicados, convém ressaltar, o nível de detalhamento do Respondente 1, representante da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), e da Respondente 7, representante da comissão do Pacto Pela Educação de Ulianópolis e coordenadora de RH da empresa PAGRISA S/A, no Comitê Gestor. Os elementos apontados por eles, ampliaram a percepção sobre a atuação do CGIU/Ulianópolis, fornecendo informações adicionais de práticas adotadas para o cumprimento dos objetivos do Decreto Municipal nº 30/16, que o instituiu.

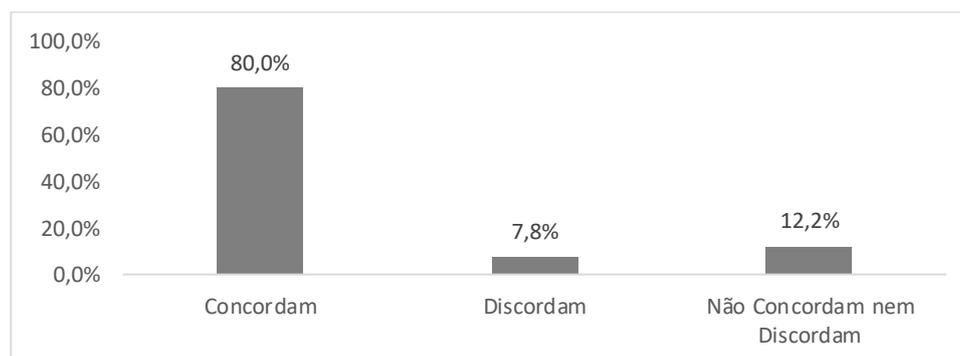
Posto isso, apresenta-se os resultados da pesquisa de campo, a partir dos Questionários respondidos, conforme os mecanismos de Liderança, Estratégia e Controle, a seguir.

4.5.1 Mecanismo de governança - Estratégia

O Referencial Básico de Governança do TCU para organizações, utilizado neste estudo, estabelece que a Estratégia compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de alinhamento entre partes interessadas, para que alcancem o resultado esperado, conforme descrito na seção 2.1.2.

Em âmbito geral, a percepção da Estratégia como mecanismo de governança pelos membros do CGIU/Ulianópolis alcançou o patamar de 80% de concordância dos respondentes. No entanto, 12,2 % foram indiferentes a esta percepção e 7,8 % não perceberam o mecanismo Estratégia nas ações do CGIU/Ulianópolis, conforme Gráfico 9.

Gráfico 9– Mecanismo de Governança Estratégia



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

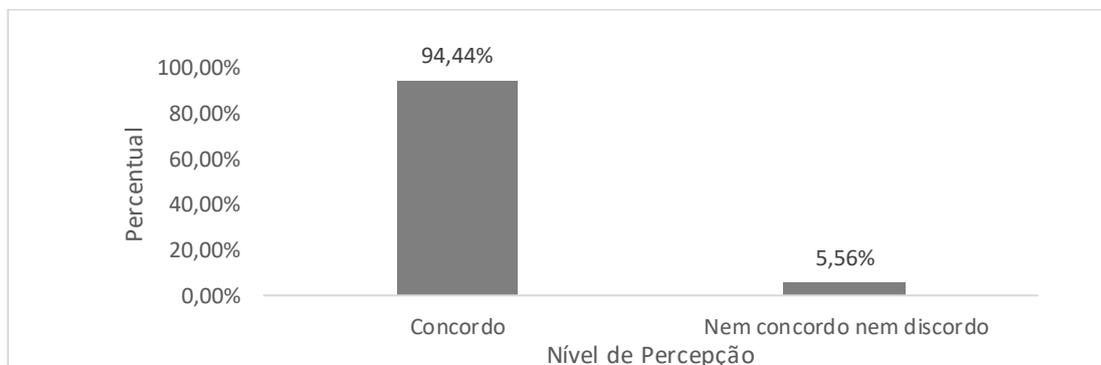
A análise e discussão dos dados obtidos quanto à Estratégia será realizada por aspecto investigado: Gestão Colaborativa, Inter Cooperação Governamental e não Governamental, Comunicação e Tecnologia da Informação e Coordenação Integrada, definidos às fls. 75 a 76, deste trabalho. Além disso, destaca-se que partir dos Questionários respondidos foi possível identificar práticas de governança nas ações do Comitê Gestor destacadas a seguir.

a) Gestão Colaborativa

Dentro desse aspecto, o Questionário aplicado traz a seguinte afirmativa: a participação da sociedade civil organizada e do Setor Produtivo é estimulada por meio da gestão colaborativa de apoio à EPT, no município.

Observou-se que 94,44% dos respondentes perceberam que o modelo de governança estabelecido para as ações de EPT pelo Comitê Gestor estimula a participação dos segmentos da sociedade e das empresas locais estabelecidas, e apenas 5,56% foram indiferentes a esta percepção, conforme Gráfico 10.

Gráfico 10– Aspecto de Estratégia - Gestão colaborativa



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

Sobre este aspecto, os respondentes apontaram que enviam convites pelas redes sociais aos diversos segmentos da sociedade, os quais por sua vez, indicam participantes para atuar nas reuniões do CGIU/Ulianópolis. O convite depende de requisitos pré-estabelecidos específicos para cada seguimento, cuja finalidade é discutir sobre as oportunidades de trabalho, e assim, embasar a tomada de decisão sobre a necessidade de cursos profissionalizantes. Além disso, informaram que nas reuniões do Comitê Gestor não é permitida a participação do público em geral, somente de representantes de instituições específicas envolvidas na área de EPT.

Foi apontada como evidência de gestão colaborativa do CGIU/Ulianópolis pelos respondentes, a assinatura do Termo de Cooperação entre a SECTET e a empresa PAGRISA

S/A, que definiu as bases legais para a cessão de espaço de laboratórios, computadores e salas da empresa, com vistas a oferta de cursos profissionalizantes do Programa, em 2016. Como contrapartida, foram disponibilizadas vagas nos cursos realizados dentro das instalações da empresa para atender a demanda social da sociedade civil organizada.

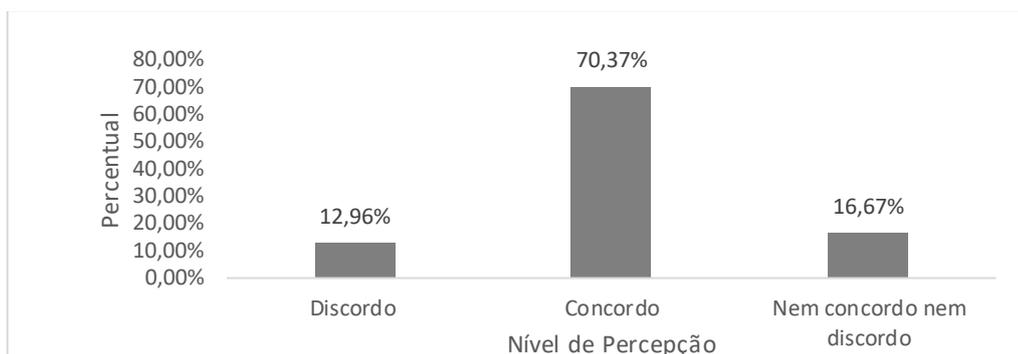
Logo, é possível inferir que, na Estratégia adotada pelo CGIU/Ulianópolis, há objetivos comuns e práticas de Gestão Colaborativa entre o setor público e segmentos da sociedade civil organizada (setor privado, sindicatos, associações e outros), ao constatar o compartilhamento de recursos físicos, técnicos e operacionais entre os diversos segmentos da sociedade.

Segundo o Referencial Básico de Governança do TCU, em que pese cada um dos múltiplos atores dentro do governo ter seus próprios objetivos, para a governança efetiva é necessário definir objetivos coerentes e alinhados entre todos os envolvidos na implementação da estratégia, para que os resultados esperados possam ser alcançados (BRASIL, 2014a).

b) Inter cooperação governamental e não governamental

Sob o aspecto da inter cooperação governamental e não governamental, o Questionário traz as afirmativas: O CGIU/Ulianópolis formula instrumentos para a elaboração de propostas de acordos, convênios ou instrumentos de apoio à EPT; o Comitê Gestor realiza diagnóstico situacional das dificuldades e das potencialidades relacionados à oferta de EPT para definição do público beneficiário; e por fim, o CGIU possui planejamento estratégico de médio prazo (cinco anos), definido para direcionar as ações da Educação Profissional e Tecnológica.

Neste aspecto, aponta-se que 70,37% dos respondentes perceberam que há inter cooperação governamental e não governamental, no modelo de governança no CGIU/Ulianópolis. Por outro lado, 16,67% dos respondentes foram indiferentes e 12,96% não identificaram este aspecto, segundo Gráfico 11.

Gráfico 11– Aspecto de Estratégia - Inter cooperação governamental e não governamental

Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

A partir dos dados coletados, foi apontado como evidência da inter cooperação governamental e não governamental, os convênios com Programas de Qualificação Profissional, em âmbito federal, como o Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional (QUALIFICA BRASIL), do MTE. Em 2018, o referido Programa vai contribuir com a oferta de 349 vagas aos trabalhadores do município, por meio de 16 cursos distintos.

Outra evidência identificada no município estudado foi a operacionalização dos cursos do Pará Profissional, utilizando a estrutura de entidades paraestatais, como SENAI, SENAC e SENAR, o que demonstra na prática a inter cooperação governamental e não governamental entre diversos atores atuantes, nas ações locais de EPT.

No que se refere ao Diagnóstico Situacional, observou-se que foi realizado um levantamento de dados acerca do mercado de trabalho local para a identificação das demandas junto ao setor produtivo e empresas estabelecidas no município, constituindo-se em uma etapa do Diagnóstico Situacional.

Quanto ao Planejamento Estratégico de médio prazo, não foram encontradas diretrizes para a execução das ações específicas na área de educação profissional e tecnológica, por meio do CGIU/Ulianópolis. Assim, infere-se que a qualidade do produto final ofertado à população pode estar comprometida, por falta de instrumento estratégico com diretrizes, objetivos e metas para a execução, monitoramento e avaliação de suas ações, nesta área.

Dessa forma, diante do referencial teórico apresentado, entende-se que a ausência de planejamento estratégico, na área de EPT dificulta a sistematização de ações para atender necessidades de profissionalização, desde a formação inicial e continuada (FIC), até o nível tecnológico superior a médio e longo prazo, o que fragiliza o aspecto de inter cooperação governamental e não governamental do CGIU/Ulianópolis e dificulta a sistematização de ações a médio prazo para atender necessidades de profissionalização.

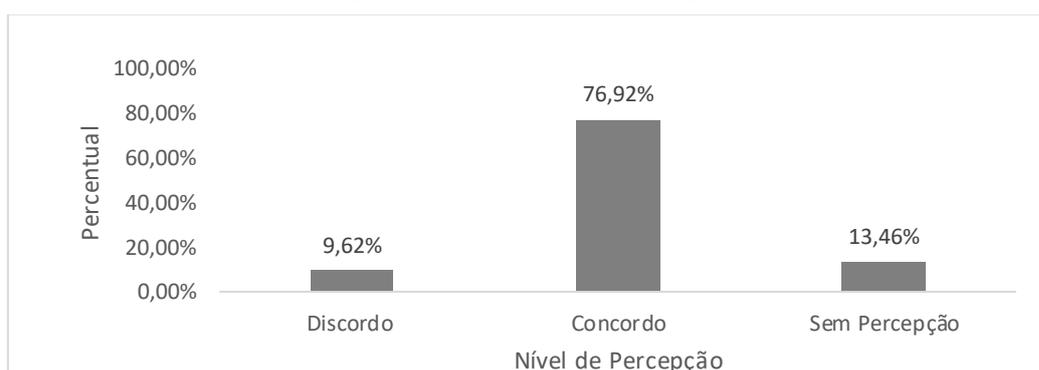
De acordo com o Referencial Básico de Governança do TCU, governança pode ser entendida como um sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas, com propósito de conquistar e preservar a confiança da sociedade, por meio de conjunto eficiente de mecanismos, a fim de assegurar que as ações executadas estejam alinhadas ao interesse público.

c) *Comunicação e Tecnologia da Informação*

Sob o aspecto da Comunicação e Tecnologia da Informação (TI), o Questionário traz as seguintes afirmativas: O CGIU utiliza ferramentas de Tecnologia da Informação para informar e melhorar o diálogo com cidadãos, empresas e demais atores participantes; o CGIU possui instrumentos para realizar levantamento preliminar do nível de escolaridade dos trabalhadores com vínculos empregatícios e trabalhadores autônomos das cadeias produtivas estratégicas local.

Dentre os respondentes da pesquisa, 76,92% perceberam que a utilização da tecnologia da informação melhora a comunicação entre eles, sendo utilizada como instrumento para as ações do CGIU/Ulianópolis. Em contrapartida, 13,46% dos respondentes foram indiferentes a percepção da utilização da comunicação e TI nas ações de EPT, e 9,62% não perceberam este aspecto conforme Gráfico 12.

Gráfico 12– Aspecto de Estratégia - Comunicação e a Tecnologia da Informação



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

A partir das respostas obtidas, destaca-se que o CGIU/Ulianópolis utilizou ferramentas como *WhatsApp*, *e-mails* e planilhas eletrônicas para divulgar informações sobre as especificações dos cursos ofertados aos trabalhadores locais, bem como, a respeito das reuniões do Comitê Gestor. Na prática, por meio da mobilização dos inscritos, foi possível evitar faltas e desistências nos cursos.

A utilização de ferramentas de Tecnologia da Informação permitiu o envio do controle dos comprovantes de escolaridade e frequência dos alunos, para as unidades executoras da oferta de cursos, o que facilitou a comunicação interna e externa ao CGIU/Ulianópolis.

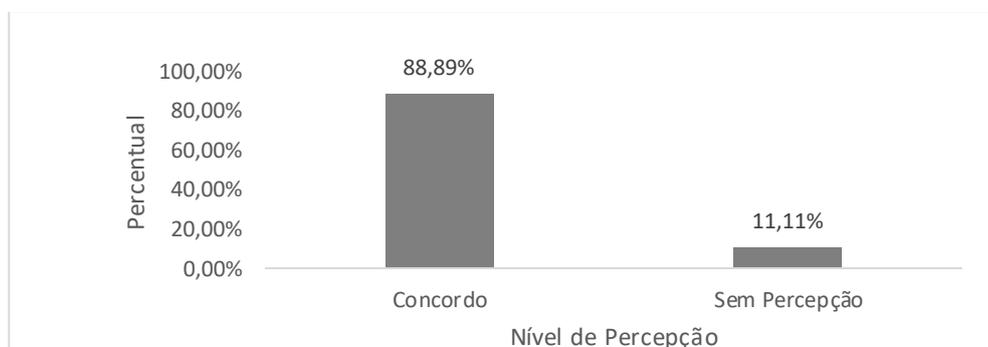
Para o Referencial Básico de Governança do TCU, é fundamental implantar canais de comunicação para acesso, solicitação e encaminhamento de dados e informações, bem como mecanismos para tratar dados e informações recebidos pelos canais de comunicação. Como resultado, espera-se que o público alvo utilize de fato os canais de comunicação ou reconheça a sua disponibilidade e adequação (BRASIL, 2014a).

d) *Coordenação Integrada*

Sob o aspecto da coordenação integrada, o Questionário traz as seguintes afirmativas: o CGIU coordena a discussão sobre vagas solicitadas pelas empresas locais e seus fornecedores aos Programas no âmbito federal, estadual e municipal, a fim de evitar redundância de oferta de cursos e desperdício de recursos públicos; o CGIU delibera sobre quais empresas parceiras e seus fornecedores irão participar no levantamento de demanda de qualificação profissional no município; e por fim, o CGIU participa do Fórum Permanente de Educação Profissional e Tecnológica (FPEP).

Em relação a este aspecto, 88,89% dos respondentes perceberam a coordenação integrada entre os programas profissionalizantes das esferas federal, estadual e municipal, com as empresas parceiras, seus fornecedores, por meio do CGIU/Ulianópolis. Apenas 11,11% não perceberam a Coordenação Integrada nas ações de EPT no município.

Gráfico 13— Aspecto de Estratégia- Coordenação Integrada



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

Os respondentes apontaram que as informações provenientes do estudo coletivo realizado pelo CGIU/Ulianópolis são socializadas com áreas específicas, que necessitam ser

contempladas, e com aquelas que já foram atendidas. Assim, dependendo do curso e da demanda sazonal identificada, a decisão da necessidade de uma nova solicitação de oferta de cursos pelo Programa Pará Profissional passa a ser discutida com a SECTET.

No que se refere às empresas parceiras e seus fornecedores, o CGIU/Ulianópolis tomou como base a experiência vivenciada pelo município, por ocasião da adesão das empresas locais, ao Pacto pela Educação do Pará, em 2015, no qual ficou condicionado a participação de empresas locais, com o compromisso em contribuir dentro de suas possibilidades com a qualidade da Educação no município.

O Pacto pela Educação tem como objetivo melhorar a qualidade de ensino e alterar os índices da educação, por meio do esforço integrado de diferentes setores e níveis de governo, sociedade civil, iniciativa privada e organismos internacionais. Para o alcance da meta proposta, destaca-se alguns desafios do município: envolver a comunidade escolar, governos e sociedade; utilizar a tecnologia da informação para a melhoria da prática docente e da gestão escolar; e mobilizar a comunidade escolar e a sociedade, com vistas à melhoria dos resultados educacionais (PARÁ, art. 1º da Lei nº 8.096, 2015, não paginado).

Dessa forma, observa-se que as regras estabelecidas para o Pacto pela Educação, em 2015, já demonstravam coesão e sinergia entre os sujeitos envolvidos, nas ações na área de educação no município, demonstrando que as políticas públicas de EPT precisavam, também ser compreendidas e integradas com a visão daqueles que se encontram próximos da realidade de cada região do Estado do Pará.

Quanto à participação do CGIU/Ulianópolis no Fórum Permanente de Educação Profissional e Tecnológica (FPEP), cabe destacar que foi previsto no Regimento Interno do CGIEP o envio das demandas dos Comitês Gestores municipais ao FPEP, que os representaria nas reuniões de deliberação de oferta de cursos profissionalizantes para os municípios. No entanto, observou-se que o CGIU/Ulianópolis encaminhou as demandas identificadas em 2016 e 2017 diretamente à SECTET, pois o FPEP encontrava-se em fase inicial de implementação.

Por outro lado, foi constatado por meio da análise das atas de reunião do CGIEP, de 2016 e 2017, que as Secretarias estaduais não encaminharam as demandas de cursos de qualificação profissional dos municípios do Estado, o que inviabilizou a deliberação coletiva pelo CGIEP.

O Referencial Básico de Governança do TCU estabelece que para a obtenção de resultados esperados, cada vez mais, há necessidade de que as organizações públicas trabalhem em conjunto. Do contrário, a fragmentação da missão e a sobreposição de programas tornam-se realidade generalizada, no âmbito do governo, e muitos programas transversais deixam de

ser bem coordenados. Ao trabalhar em conjunto, as organizações públicas podem melhorar e sustentar abordagens colaborativas para atingir as metas, objetivos ou propósitos coletivos (BRASIL, 2014a).

De posse dos resultados apresentados, referentes ao Mecanismo de Governança-Estratégia e seus aspectos investigados, no CGIU/Ulianópolis, foram possíveis identificar Práticas de governança nas ações do Comitê Gestor conforme Quadro 26.

Quadro 26 – Mecanismo de Estratégia (Aspectos Investigados X Práticas de Governança)

ASPECTOS INVESTIGADOS	PRÁTICAS DE GOVERNANÇA OBSERVADAS NO CGIU
Gestão colaborativa	Colaboração entre segmentos da sociedade civil organizada no compartilhamento de recursos humanos, técnicos, estrutura física e operacional para realização dos cursos
Inter cooperação governamental e não governamental	Cooperação entre o Governo federal, estadual e municipal, por meio de parcerias, acordos, convênios para alcançar objetivos e metas
Comunicação e Tecnologia da Informação	Utilização de ferramentas tecnológicas que facilitam a comunicação interna e externa entre os participantes do CGIU/ Ulianópolis
Coordenação integrada	Tomada de decisões pelos representantes do eixo público e privado do CGIU/ Ulianópolis, realizadas de forma integrada e coesa sobre a oferta dos cursos de EPT no município

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Pelo exposto, observou-se que apesar da existência de fatores que fragilizam a articulação e atuação integrada da estrutura de governança local estabelecida pelo CGIU/Ulianópolis e outras esferas de governo, ficou demonstrado que as práticas de governança alinhadas ao mecanismo Estratégia apresentadas, promovem a discussão e ampliam a participação da sociedade civil organizada, nos processos de tomada de decisão sobre a oferta de cursos profissionalizantes a nível local, impactando nas ações de EPT no município.

Corroborando esse entendimento, Fonseca e Carapeto (2009), afirmam que a governança local engloba a participação, informação, consulta e envolvimento ativo dos cidadãos, ou seja, torna-se possível participar efetivamente do ciclo das políticas públicas, exigindo a integração entre necessidades individuais e coletivas da população local.

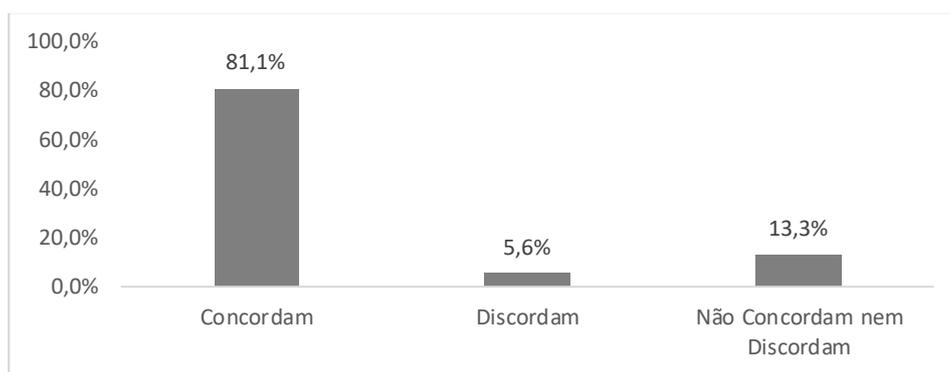
4.5.2 Mecanismos de governança - Liderança

O Referencial Básico de Governança do TCU para organizações estabeleceu que o mecanismo de governança Liderança compreende o conjunto de práticas, de natureza humana ou comportamental, que assegura a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança, quais sejam: pessoas íntegras, capacitadas, competentes, responsáveis e motivadas,

ocupando os principais cargos das organizações e liderando os processos de trabalho, conforme descrito na seção 2.1.2 deste trabalho.

Em âmbito geral, a percepção da Liderança como mecanismo de governança pelos membros do CGIU/Ulianópolis alcançou o patamar de 81,1% de concordância dos respondentes. No entanto, 13,3 % foram indiferentes a esta percepção e 5,6 % não perceberam o mecanismo Liderança nas ações do CGIU/Ulianópolis, conforme Gráfico 14.

Gráfico 14– Mecanismo de Governança - Liderança



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

A análise e discussão dos dados obtidos quanto à Liderança será realizada por aspecto investigado: interlocução; proatividade; e, monitoramento, definidos às fls. 75 e 76, deste trabalho. Além disso, destaca-se que a partir dos Questionários respondidos, foi possível identificar práticas de governança nas ações do Comitê Gestor destacadas a seguir:

a) Interlocução

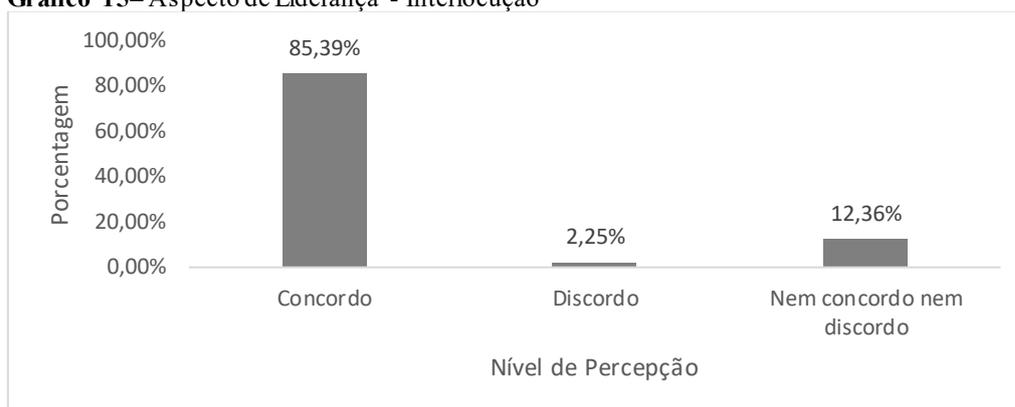
Dentro desse aspecto, o Questionário traz as seguintes afirmativas: como o CGIU/Ulianópolis analisa as informações, após o levantamento das necessidades dos setores público e privado, e de que forma são tomadas as decisões sobre os cursos que devem ser ofertados; como o CGIU/Ulianópolis repassa as informações identificadas ao CGIEP; e, por fim, como é solicitada a disponibilidade de espaços públicos e privados para realização dos cursos, no município.

Os respondentes apontaram que o CGIU/Ulianópolis analisa as informações obtidas após consulta realizada em várias bases de dados para auxiliar o preenchimento do mapa de demandas de cursos. Alguns dados são retirados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do banco de dados da Receita Federal, no caso dos

Microempreendedores Individuais, e para outros trabalhadores são feitas análises no Detalhamento da Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho (MTE).

Dentre os respondentes da pesquisa, 85,39% concordam que há interlocução entre o Estado e a sociedade, na forma de gestão das ações do CGIU/Ulianópolis. Por outro lado, 12,36% dos respondentes foram indiferentes a este aspecto investigado, e apenas 2,25% não perceberam a interlocução, conforme Gráfico 15

Gráfico 15– Aspecto de Liderança - Interlocução



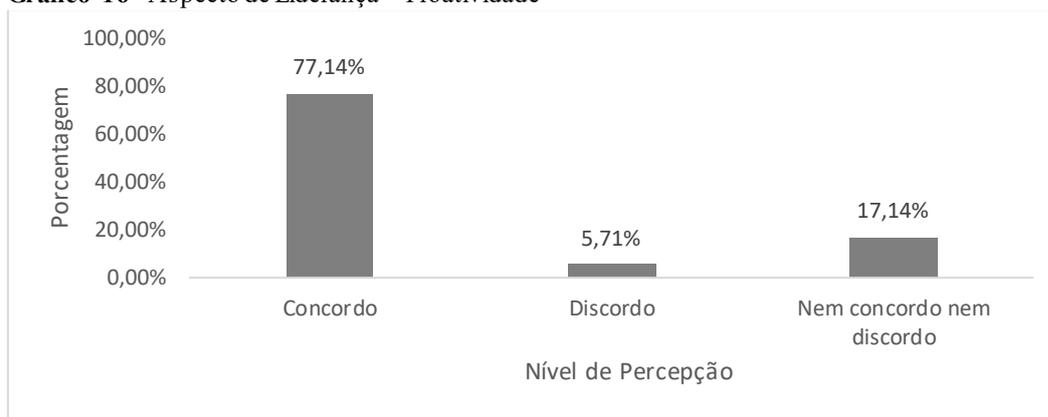
Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

Especificamente para os trabalhadores rurais, os dados disponíveis encontram-se no portal da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), do Governo Federal, os quais subsidiam a discussão sobre as ofertas de cursos.

Depreende-se das informações apresentadas, que há interlocução entre o Governo federal, estadual e municipal, por meio das ações do CGIU/Ulianópolis, quando da identificação das demandas de cursos profissionalizantes, a partir de estudos técnicos tendo como base de informações o MTE, SEAD do Governo Federal, entre outros, que sirvam de subsídios às discussões e tomada de decisões sobre a oferta de cursos de EPT no município.

b) Proatividade

Em relação à proatividade, foi questionado se o CGIU/Ulianópolis promove ações para mobilização de candidatos a fim de preencher as vagas ofertadas nos cursos. Nesta questão, observou-se que 77,14% dos respondentes perceberam que há proatividade nas ações do CGIU/Ulianópolis. Enquanto que, 17,14 % foram indiferentes a este aspecto e 5,71% não perceberam proatividade nas atividades realizadas para apoiar as ações de EPT, conforme Gráfico 16.

Gráfico 16– Aspecto de Liderança - Proatividade

Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

Na percepção dos entrevistados sobre a proatividade do CGIU/Ulianópolis, foram apontados exemplos de práticas realizadas para mobilizar candidatos: propaganda volante em carro som; divulgação nas redes sociais; e fixação de banners informativos nas escolas e empresas participantes do Pacto pela Educação, com as informações sobre os cursos ofertados.

Outra prática proativa citada foi o encaminhamento de propostas de conteúdos de cursos, que contemplem às necessidades do setor produtivo e empreendedores locais, à SECTET, e a articulação realizada entre a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e os gestores escolares, a fim de viabilizar salas para realização dos cursos.

Dessa feita, observa-se que há proatividade nas ações do CGIU/Ulianópolis, favorecida pela atuação próxima dos membros do CGIU/Ulianópolis junto aos cidadãos do município, e por meio do encaminhamento de propostas de cursos sazonais de conteúdo específico, adequados ao mercado de trabalho local.

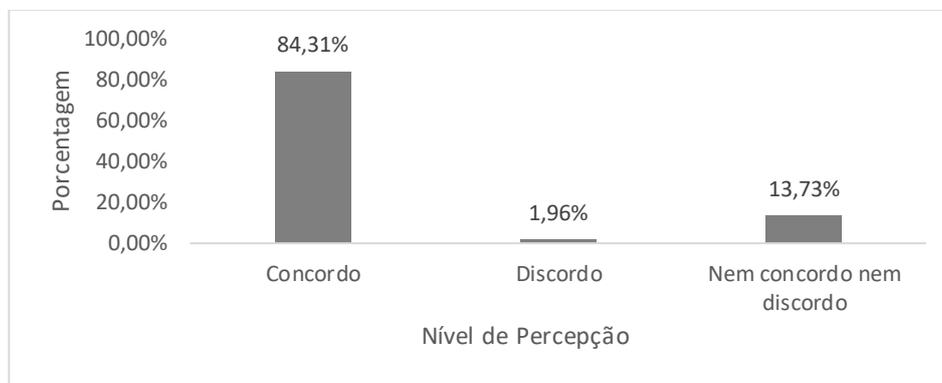
c) Monitoramento

Sob o aspecto do Monitoramento, o Questionário traz as seguintes afirmativas: o CGIU/Ulianópolis acompanha a seleção dos candidatos após a inscrição realizada nos cursos ofertados; o CGIU estabelece padrões de trabalho, divisão de responsabilidades para acompanhar os cursos e a frequência dos participantes; e por último, foi questionado se o CGIU propõe novos cursos junto ao CGIEP, indicando conteúdos que contemplem as necessidades do setor produtivo local.

Sobre este aspecto, 84,31% dos respondentes perceberam que há instrumentos de monitoramento no modelo de governança do Comitê gestor pesquisado, de acordo com o

Gráfico 17. Entretanto, 1,96% não perceberam o monitoramento nas ações do CGIU/Ulianópolis, e 13,73% foram indiferentes a percepção do mesmo.

Gráfico 17– Aspecto de Liderança – Monitoramento



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

Por meio dos comentários adicionais obtidos nos Questionários, relata-se que o CGIU/Ulianópolis realiza algumas ações de monitoramento como acompanhamento da frequência dos participantes dos cursos, do número de desistentes e certificados, nas ações do Pará Profissional.

Um dos entraves apontados pelos respondentes, é a dificuldade enfrentada quanto à divisão de responsabilidades entre os membros do Comitê Gestor, devido à existência de poucos representantes disponíveis para realizar a etapa de acompanhamento dos cursos.

Segundo o Referencial Básico de Governança do TCU, é importante a definição de um limite para que o mesmo indivíduo exerça uma função ou papel associado a implantação de controles. O princípio da segregação de funções tem como objetivo evitar que o poder para decisões fique concentrado em uma única instância (BRASIL, 2014a).

Constatou-se que após a inscrição *on-line* nos cursos, o processo de seleção é realizado pela coordenação do Pará Profissional, sediada em Belém, por ordem de inscrição, respeitando os requisitos pré-estabelecidos. Neste caso, questiona-se a baixa participação do CGIU/Ulianópolis na atuação no processo de seleção dos trabalhadores para os cursos ofertados, em razão da maior proximidade com a realidade dos inscritos. Dessa forma, limitações como por exemplo, dificuldades de locomoção, em razão da distância do local escolhido para a realização dos cursos, ou desalinhamento do conteúdo estabelecido pelos ofertantes, poderiam ser detectados, antecipadamente, reduzindo o número de evasão de alunos nos cursos.

Essas observações demonstram a importância do envolvimento local, com caráter orientador, na etapa de monitoramento das ações de qualificação profissional. Segundo Fonseca; Carapeto (2009), o caminho perpassa pelo fortalecimento dos governos locais, utilizando-se de modelos de governança que promovam a interação entre agentes públicos e privados, na implementação de políticas públicas setoriais, para atendimento das necessidades da sociedade. Cidadãos mais engajados no processo têm maior controle de seus governantes, conduzindo para o aumento da credibilidade das instituições e qualidade da democracia.

De posse dos resultados apresentados, referentes ao Mecanismo de Governança Liderança e seus aspectos investigados, no CGIU/Ulianópolis, foi possível identificar Práticas de governança nas ações do Comitê Gestor, conforme Quadro 27.

Quadro 27– Mecanismo Liderança (Aspectos investigados X Práticas de governança)

ASPECTOS INVESTIGADOS	PRÁTICAS OBSERVADAS NO CGIU/ULIANÓPOLIS
Interlocução	Análise das informações obtidas, após consulta realizada em bases de dados dos Governos federal e estadual, para preenchimento do mapa de demandas
Proatividade	Mobilização de candidatos e divulgação dos cursos, por meio de carro som, redes sociais nas empresas locais e escolas.
Monitoramento	Acompanhamento da frequência mínima para a certificação, das desistências e números de certificados

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

O Programa Pará Profissional como Política Pública foi formulado priorizando a articulação entre os setores públicos e privados, e agregando um número grande de intervenientes da sociedade civil em sua estrutura de governança, identificou-se condições que favorecem a atuação em redes para a execução das ações do Programa.

Ficou evidenciado a multiplicidade de atores envolvidos na implementação das ações de EPT, em Ulianópolis como: instituições públicas; empresas privadas; sindicatos; associações; conselhos; Sistema “S”; e, representantes da população, que compartilham recursos humanos, físicos e operacionais para executar e acompanhar os cursos ofertados, por meio do Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis (CGIU).

A sistematização do processo de gestão das ações do Programa Pará Profissional, dentro do ambiente institucional (CGIU/Ulianópolis), ocorreu dentro de um contexto de regras formais e informais, cuja estrutura permitiu ampliar a participação social e a qualidade de cursos profissionalizantes ofertados no município.

Dessa forma, é possível identificar o início da atuação da sociedade do município em rede, na área de EPT, a qual é formada em torno de políticas públicas como forma de articular os interesses dos sujeitos envolvidos, estruturadas de forma não hierárquica.

Segundo Hecló (1978, p.172), “redes de políticas públicas são as interações sociais não institucionalizadas entre atores públicos e privados dos Poderes Executivo, Legislativo e da sociedade, na etapa de implementação de políticas públicas”.

Segundo Kissler e Heidemann (2006, p. 482), a governança local é a forma de coordenação e cooperação, por meio de redes inter organizacionais, que podem ser formadas por representantes de organizações políticas, associações, empresas e sociedade civil.

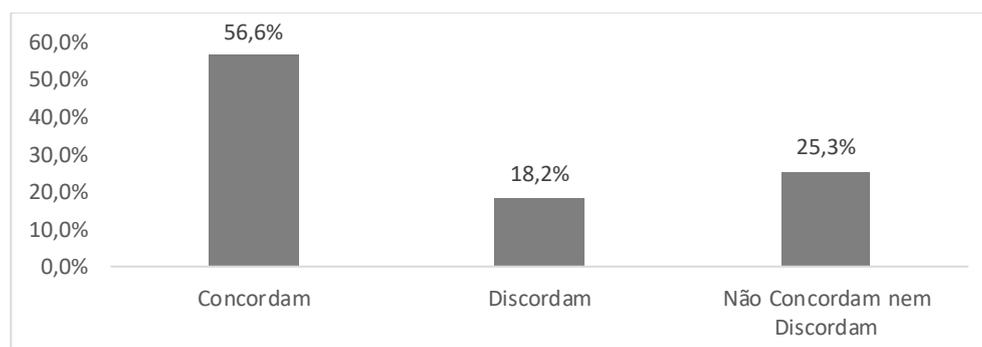
No mesmo sentido, Zurbriggen (2003, p. 3), afirma que o modelo de redes de políticas públicas baseia-se nas relações de diferentes interesses entre atores públicos e privados, organizados sob um modelo de governança que permita a articulação entre Estado e sociedade civil, na condução e implementação de políticas públicas setoriais.

4.5.3 Mecanismos de governança – Controle

O Referencial Básico de Governança do TCU para organizações, estabeleceu que o mecanismo de governança Controle esteja relacionado aos riscos dos processos definidos nas organizações, os quais devem ser avaliados e tratados. Assim, o estabelecimento de controles tem como finalidade promover a transparência e *accountability*, e envolvem prestação de contas das ações e a responsabilização pelos atos praticados, conforme descrito na seção 2.1.2.

Em âmbito geral, a percepção do Controle como mecanismo de governança pelos membros do CGIU/Ulianópolis alcançou o patamar de 56,6% de concordância dos respondentes. No entanto, 25,3% foram indiferentes a esta percepção e 18,2% não perceberam o mecanismo Controle nas ações do CGIU/Ulianópolis, conforme Gráfico 18.

Gráfico 18– Mecanismo de Governança Controle



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

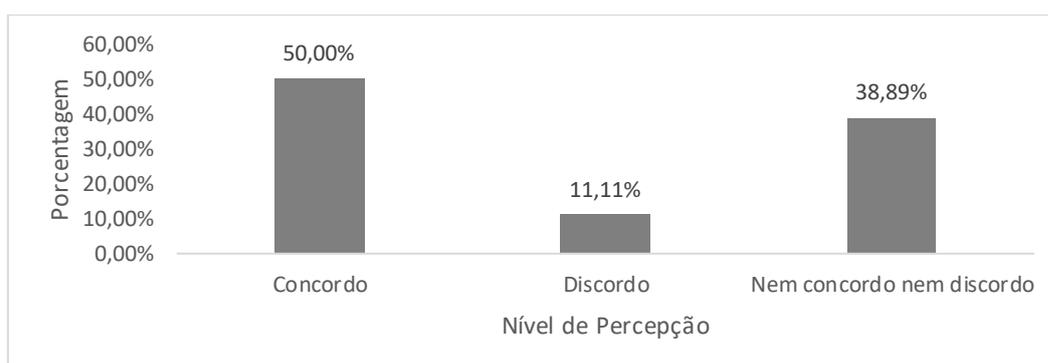
A análise e discussão dos dados obtidos quanto ao Controle será realizada por aspecto investigado: identificação de desconformidades; fiscalização das etapas de execução dos cursos; inserção e reposicionamento no mercado de trabalho; transparência; e *feed-back*, definidos às fls. 75 e 76, deste trabalho. Além disso, a partir dos Questionários foi possível identificar práticas de governança nas ações do Comitê Gestor destacadas a seguir.

a) Identificação de desconformidades

Os respondentes foram questionados sobre o processo adotado quanto à identificação de desconformidades, entre o conteúdo solicitado para os cursos ofertados com aquele ministrado pelos instrutores. A segunda questão indagou se há o envio destas informações, ao Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica (CGIEP).

Na análise deste aspecto, ficou demonstrado um dos mais baixos índices de percepção dos membros do CGIU/Ulianópolis, quanto aos questionamentos realizados sobre os objetivos do Decreto nº 30/16. O Gráfico 19 demonstra que 50% dos respondentes perceberam a identificação de desconformidades no conteúdo dos cursos, pelo Comitê Gestor. No entanto, 38,89% foram indiferentes a este aspecto e 11,11% não perceberam que há a identificação de desconformidades nas ações do Comitê Gestor.

Gráfico 19– Aspecto de Controle – Identificação de desconformidades



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

Apesar de 50% dos respondentes perceberem a presença do aspecto Controle, não ficou claro se há identificação de desconformidades entre o conteúdo solicitado para os cursos ofertados com aquele ministrado pelos instrutores. No entanto, foi apontado pelos respondentes que o CGIU/Ulianópolis não envia as informações de desconformidades identificadas ao CGIEP.

Sobre este ponto, é importante ponderar que na análise documental realizada nas atas de reuniões do CGIEP, não constam registros de encaminhamento de desconformidades na oferta de cursos profissionalizantes pelo CGIU/Ulianópolis. Não foram identificados também, registros de encaminhamentos de demandas de cursos pelos Comitês Gestores Municipais ao FPEP, e nem das ações planejadas por parte das secretárias estaduais ao CGIEP, nos exercícios de 2016 e 2017.

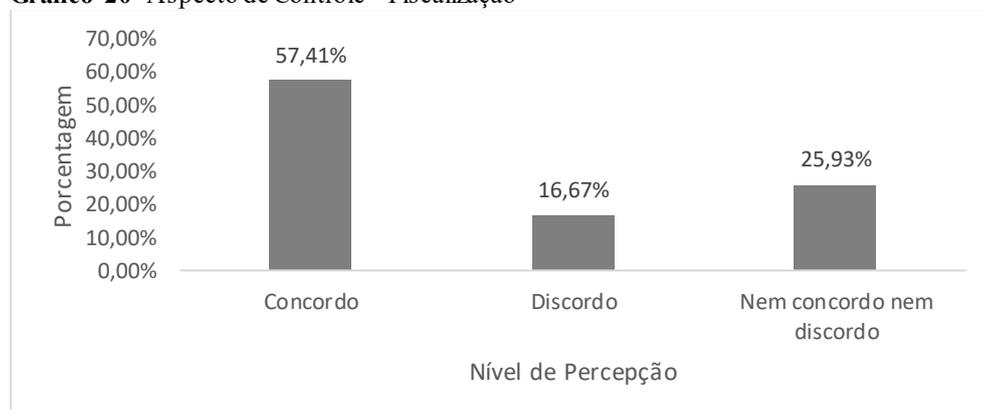
Enquanto os processos de encaminhamento e deliberação das demandas de cursos profissionalizantes identificadas nos municípios ao CGIEP, ainda não se encontram consolidados, as demandas identificadas pelo CGIU/Ulianópolis são encaminhadas diretamente à SECTET, coordenadora do Pará Profissional, para as etapas de previstas na metodologia de oferta do Programa, o que enfraquece o CGIEP.

b) Fiscalização

No que se refere ao aspecto da Fiscalização, foi questionado se o CGIU/Ulianópolis possui mecanismo de fiscalização e acompanhamento do número de matrículas, abandonos, certificações, pactuações de vagas e outros indicadores do Programa, bem como, se o Comitê Gestor fiscaliza o cumprimento de pactos estabelecidos, tanto do lado da oferta, quanto pelo lado da demanda.

Neste aspecto, observou-se que 57,41% dos respondentes perceberam que há fiscalização do CGIU/Ulianópolis no referido processo. Por outro lado, 25,93% foram indiferentes a percepção deste aspecto e 16,67% não perceberam a fiscalização nas ações do Comitê Gestor, segundo Gráfico 20.

Gráfico 20–Aspecto de Controle - Fiscalização



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo

Depreende-se da fala dos respondentes que os dados relacionados aos cursos ofertados pelo Pará Profissional são solicitados às instituições ofertantes, para auxiliar no controle dos alunos certificados e desistentes. Assim, é realizado o acompanhamento da frequência dos alunos, e aqueles que desistirem ou tiverem ausência injustificada igual ou superior a 25% da carga horária dos cursos, ficam impossibilitados de ingressar em outros cursos por um período de um ano.

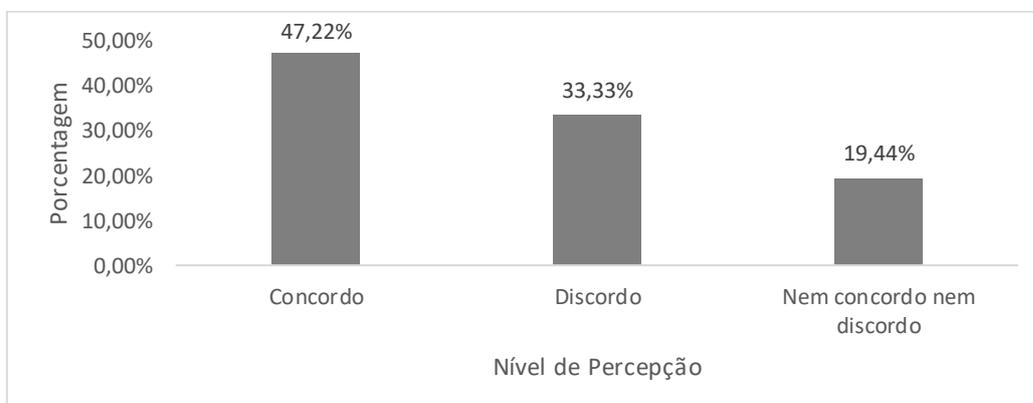
Por outro lado, não foram identificadas evidências de controle sobre o cumprimento das cláusulas pactuadas nos acordos de cooperação firmados entre demandantes e ofertantes de cursos profissionalizantes, o que demonstra sinais de fragilidade das práticas de controle adotadas pelo CGIU/Ulianópolis.

d) Transparência

Para analisar o nível de transparência do CGIU/Ulianópolis, questionou-se a disponibilização pelo comitê gestor de informações à sociedade sobre as contratações dos egressos certificados pelas empresas, e sobre as atividades empreendedoras dos qualificados nos cursos do Pará Profissional.

Cabe destacar que este aspecto obteve o mais baixo índice de avaliação do modelo de governança do CGIU/Ulianópolis, e apenas 47,22% dos respondentes perceberam que as práticas de governança promovem a transparência das ações do Comitê Gestor. Enquanto que 33,33% foram indiferentes a este aspecto e 19,44% não perceberam transparência nas ações do Comitê Gestor, segundo o Gráfico 21.

Gráfico 21–Aspecto de Controle - Transparência



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

Na análise dos dados extraídos dos Questionários, não foram identificadas práticas de governança relacionadas ao aspecto da transparência nas ações do CGIU/Ulianópolis. Embora existam indícios de controles quanto ao número de trabalhadores matriculados, desistentes e certificados, até o momento, não foram identificadas informações oficiais disponibilizadas à sociedade sobre esses dados.

Em que pese ter sido estabelecido pelo art. 2º, “m” do Decreto Municipal nº 30/16, que institui o CGIU/Ulianópolis, a obrigatoriedade de prestar informações sobre as contratações dos qualificados pelas empresas do município, observou-se, até o momento, que este item não foi atendido. Além disso, não foi informado à sociedade quais foram as atividades empreendedoras desenvolvidas pelos egressos certificados do Programa Pará Profissional.

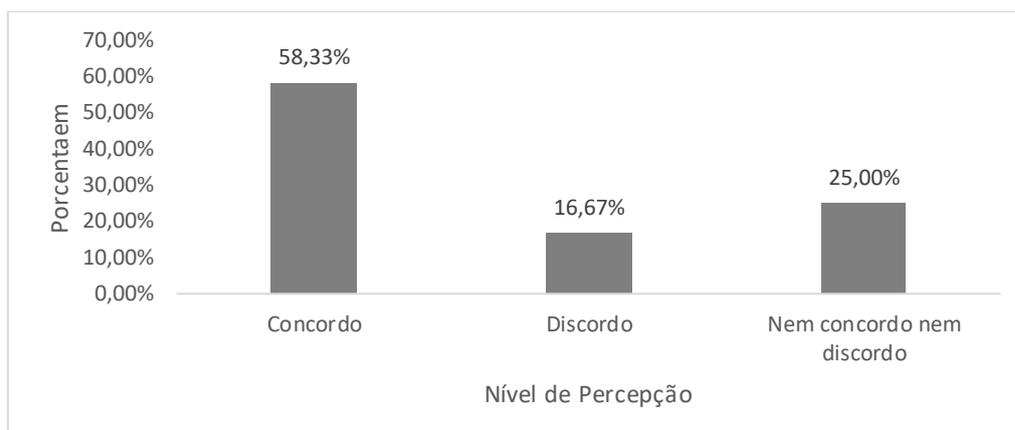
Ressalta-se, que é dever constitucional das entidades do setor público assumir compromisso com a transparência de suas atividades, conforme abordado na seção 2.1.2, deste trabalho. Dentre as dimensões estabelecidas pela OCDE para a boa governança no setor público estão: “políticas de relacionamento com os *stakeholders*; transparência e divulgação de informações; e definição de responsabilidade nas instâncias participativas de discussão como conselhos, fóruns, comitês” (MATIAS; PEREIRA, 2010, p. 23).

Da mesma forma, o Referencial Básico de Governança do TCU enfatiza a obrigatoriedade em publicar, de acordo com exigências normativas e jurisprudenciais, relatórios organizacionais e informações produzidas por instâncias externas de governança acerca da implementação e resultados dos sistemas de governança e de gestão, de modo que as partes interessadas reconheçam a prestação de contas como satisfatória (BRASIL, 2014a).

e) Inserção e Reposicionamento

Quanto à inserção ou reposicionamento, foi questionado se o CGIU/Ulianópolis promove ações visando à inserção dos egressos certificados pelo Pará Profissional no mercado de trabalho formal e informal, e se possui mecanismo de acompanhamento acerca da colocação destes nas vagas abertas pelas empresas.

Neste aspecto, 58,33% dos respondentes perceberam que há ações que visam a inserção ou reposicionamento dos egressos certificados. No entanto, 25 % foram indiferentes a este aspecto e 16,67% não perceberam as ações de inserção ou reposicionamento do Comitê Gestor, conforme Gráfico 22.

Gráfico 22–Aspecto de Controle - Inserção/Reposicionamento

Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

Os respondentes do Questionário apontaram que a relação de aproveitamento dos alunos nos cursos é encaminhada às empresas, quando as mesmas solicitam para processos de contratação. Cabe destacar, que Ulianópolis não possui Órgão de recolocação de trabalhadores no mercado de trabalho, como o Sistema Nacional de Emprego (SINE/MTE).

Além disso, não foi possível identificar mecanismos de acompanhamento da colocação dos egressos certificados nas vagas abertas pelas empresas, assim como, indicadores que demonstrem a efetividade das ações do Programa Pará Profissional, quanto à empregabilidade dos alunos certificados.

A Coordenação do Pará Profissional, exercida pela SECTET, relatou que se encontra em fase de conclusão o desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Gerenciamento do Programa Pará Profissional, contratado para fornecer resultados e indicadores do Programa de forma sistêmica, tornando-se essencial para que a demanda e a oferta de cursos profissionalizantes possam caminhar alinhadamente.

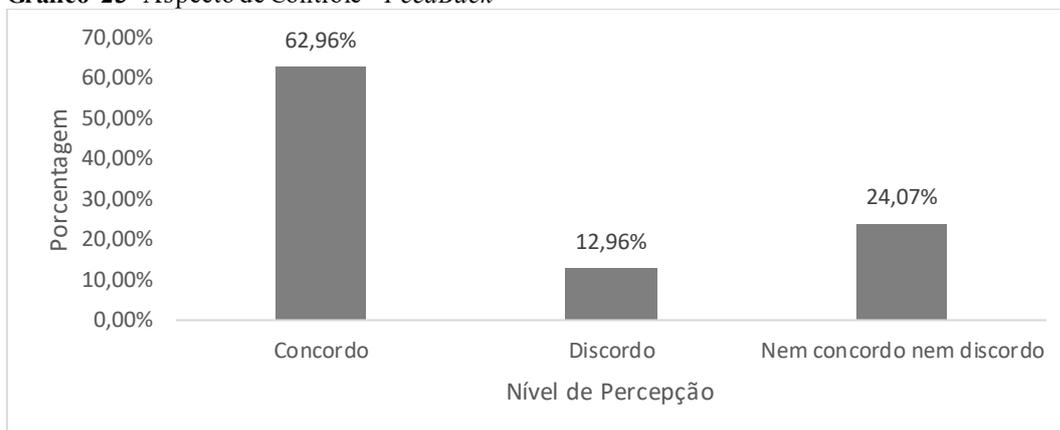
Depreende-se do Referencial Básico de Governança do TCU, a importância das diretrizes adotadas para monitoramento e avaliação do desempenho das organizações, por meio dos principais indicadores operacionais e os resultados aferidos, de acordo com os objetivos e as metas definidos (BRASIL, 2014a).

e) Feed Back

Para analisar o nível de *Feed Back* do CGIU/Ulianópolis, foi questionado sobre a existência de mecanismos de acompanhamento e controle que verifiquem se os cursos ofertados pelo Pará Profissional atendem às necessidades dos beneficiários, e às expectativas dos setores produtivos. Foi questionado, também, se o CGIU contribuiu para a efetividade das ações locais

de EPT e se possui algum mecanismo de acompanhamento para avaliar a participação dos membros do CGIU/Ulianópolis. Neste aspecto, 62,96% dos respondentes perceberam que há *feedback*, dentro do CGIU/Ulianópolis. Por outro lado, 24,07% foram indiferentes a este aspecto e 12,96% não perceberam *Feedback*, nas ações do Comitê gestor conforme Gráfico 23.

Gráfico 23—Aspecto de Controle - *FeedBack*



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2018).

Dos dados extraídos dos Questionários, ressalta-se que apesar do processo de *feedback* sobre as ações de acompanhamento, fiscalização e controle dos cursos do Pará Profissional, ter apresentado 62,96% de concordância, na percepção dos participantes do CGIU/ Ulianópolis, foi identificado que o Comitê Gestor se restringe a informar o número de matriculados, certificados e desistentes.

Em relação ao questionamento sobre a efetividade das ações locais de EPT, em 2016 e 2017, como já foi dito anteriormente, não foram identificados indicadores de efetividade que possibilitem mensurar quantitativamente esta afirmativa.

Por fim, observou-se que não há mecanismos de acompanhamento instituídos para avaliar a participação de cada membro do Comitê nas ações do Pará Profissional no município. Dessa forma, não é possível realizar uma avaliação interna da contribuição de cada segmento nas atividades do CGIU/Ulianópolis.

Ressalta-se, que o Referencial Básico de Governança do TCU aponta como prática de governança, o monitoramento e avaliação da imagem da organização perante as partes interessadas, bem como a satisfação destas com serviços e produtos sob responsabilidade da organização, cuidando que ações de melhoria sejam implementadas (BRASIL,2014a).

De posse dos resultados apresentados, referentes ao Mecanismo de Governança - Controle e seus aspectos investigados, no CGIU/Ulianópolis, foi possível identificar Práticas de governança nas ações do Comitê Gestor, conforme Quadro 28.

Quadro 28–Mecanismo Controle (Aspectos investigados X Práticas de governança)

ASPECTOS INVESTIGADOS	PRÁTICAS OBSERVADAS
Identificação de desconformidades	Identificação de desconformidade nos conteúdos solicitados para os cursos
Fiscalização de processos	Acompanhamento do número de matriculados, certificados e ausências injustificadas
Inserção e reposicionamento	Ações nas empresas visando à inserção no mercado de trabalho ou reposicionamento dos alunos certificados
Transparência e <i>Feed-back</i>	Relatórios de número de matriculados, certificados e desistentes

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

A análise dos dados permitiu constatar que há poucas práticas de governança estabelecidas no modelo de governança instituído para a gestão das ações de EPT em Ulianópolis, alinhadas ao Mecanismo de Governança - Controle.

A falta de transparência identificada no CGIU/Ulianópolis encontra-se em desacordo com as dimensões estabelecidas pelo IFAC (2001), que aponta a Transparência, a Integridade e *Accountability*, como aspectos fundamentais de governança no setor público. O IFAC (2001) também estabelece que órgãos e entidades do setor público instituem arranjos apropriados para assumir compromissos com a abertura e transparência das atividades das entidades; definir, claramente, as responsabilidades das partes interessadas da organização e das pessoas encarregadas de administrar recursos, e garantir que recursos públicos sejam utilizados de forma econômica, eficiente e eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das dificuldades para implementação de Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica nos estados da Amazônia, em virtude de suas especificidades territoriais, áreas de difícil acesso, condições de infraestrutura, logística e transporte, e baixo grau de escolaridade da população, ganha importância a atuação dos governos locais na gestão de políticas públicas, no contexto federativo brasileiro.

Nesse cenário, o Estado do Pará instituiu o Programa de Educação Profissional e Tecnológica Pará Profissional, por meio da Lei nº 8.427/2016, para ofertar educação profissional e tecnológica, com vistas a ampliar e verticalizar as cadeias produtivas estrategicamente vinculadas aos eixos prioritários de desenvolvimento do Estado, e contribuir para inclusão sócio produtiva e geração de oportunidades.

O modelo de governança instituído para implementar as ações do Programa foi planejado com base no modelo de governança por resultados adotado pelo Poder Público estadual, por meio da Lei nº 8.096/2015, que promoveu alterações em sua estrutura administrativa para descentralizar a atuação governamental, pautado na integração das políticas públicas das esferas federal, estadual e municipal.

O conceito de governança, no que se refere à forma como são conduzidas as políticas públicas, passou por uma ampliação de significado, a partir da proposta de reforma do aparelho de Estado em 1990. O objetivo da governança, no setor público, busca o aprimoramento de modelos de gestão, que possibilitem ao Estado lidar com a sociedade, contribuindo para racionalizar a utilização dos recursos públicos pela administração pública e promover o bem-estar social.

Nessa perspectiva, como alternativa para a gestão baseada na hierarquia, surgiu o conceito de Governança Local associado à ideia de que os municípios encontram-se mais próximos aos cidadãos, empresas e entidades sem fins lucrativos, e assim, têm maior possibilidade de apoiar e monitorar a execução das políticas públicas.

No âmbito do Estado do Pará, foi instituído o Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional (CGIEP) com objetivo de planejar e coordenar os programas de formação profissional no Pará, dentre eles o Programa de Educação Profissional e Tecnológica Pará Profissional. A estrutura estabelecida pelo CGIEP promove a articulação e integração entre agentes públicos, privados e sociedade civil organizada, na implementação de políticas públicas de EPT nos municípios do Estado.

A partir das normas estaduais dispostas em 2015, o Município de Ulianópolis, integrante da Região de Integração Rio Capim, entendeu a importância de atuar conforme às diretrizes dispostas e instituiu o primeiro modelo de Governança local (CGIU/Ulianópolis), no Estado do Pará, com a finalidade de apoiar e organizar as ações locais de EPT.

Assim, considerou-se oportuna a reflexão sobre instrumentos de governança local, estruturados para nortear e organizar a gestão de ações de qualificação profissional, com a participação de representantes do setor privado, associações, conselhos, sindicatos e comunidades, integrando espaços de discussão que visam identificar demandas de cursos profissionalizantes, de acordo com as vocações produtivas dos municípios com a finalidade de gerar oportunidades e combater a pobreza.

Diante dessas considerações, o estudo teve como questionamento: ***De que modo o modelo de governança local implementado no município de Ulianópolis, por meio do CGIU, impactou as ações do Programa de Educação Profissional e Tecnológica Pará Profissional no município.*** Isso justificou o objetivo central da dissertação: ***analisar o modelo de governança local implementado no Município de Ulianópolis, por meio do CGIU, para apoiar as ações de EP, do Programa Pará Profissional.***

Para atingir o referido objetivo algumas etapas foram seguidas. A primeira delas consistiu na compreensão do conceito de governança associado ao de redes, por meio da literatura nacional e internacional. Neste trabalho, Governança foi compreendida como a capacidade do governo atuar de forma colaborativa, com a sociedade civil organizada, no processo de planejamento e implementação de políticas públicas, com vistas ao atendimento da crescente e complexa demanda da população.

O conceito de Redes foi entendido como a interação resultante da articulação entre atores públicos e privados da sociedade, na etapa de implementação de políticas públicas, considerando que o Estado não é o único sujeito nesse processo.

A segunda etapa do estudo apresentou a síntese histórica da Educação Profissional brasileira, desde o período colonial até o início do século XXI, destacando seu papel social e caminhos percorridos pela Educação Profissional ao longo dos anos, bem como as limitações identificadas nesse período, em razão do grande número de Programas de Educação Profissional formulados pelos ministérios e secretarias estaduais.

Essa dinâmica resultou em sobreposição de oferta de cursos de EPT; desalinhamento de cursos ofertados com a realidade das vocações produtivas dos municípios; dificuldades de acompanhamento dos resultados alcançados; e, desperdícios de recursos públicos.

Nessa perspectiva, a metodologia do Programa de Educação Profissional e Tecnológica Pará Profissional possibilitou a formação de trabalhadores, para lidar com novas tecnologias do setor produtivo, ampliando as condições de inclusão social e geração de renda nos municípios paraenses.

Para cumprir os objetivos estabelecidos, o Programa Pará Profissional foi implantado com recursos orçamentários do Tesouro do Estado, em regime de colaboração com os municípios, contando com a participação dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e Escolas Técnicas.

Na sequência, foram caracterizadas as dimensões da análise, a partir dos mecanismos utilizados pelo Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (TCU), desenvolvido para organizar boas práticas de governança pública e incrementar o desempenho de órgãos e entidades na condução de políticas públicas de interesse da sociedade.

O Referencial Básico de Governança do TCU indica três mecanismos de governança: Liderança, Estratégia e Controle, utilizados para avaliar, direcionar e monitorar a gestão pública com componentes que associados ao conjunto de práticas, contribuem para o alcance dos resultados pretendidos pelos envolvidos. Daí sua importância para direcionar a análise da atuação institucional do modelo de governança local na gestão das ações do Programa Pará Profissional, em Ulianópolis - PA.

Cabe destacar, que o Referencial do TCU não fornece soluções para os problemas de governança apresentados pelas organizações públicas, em âmbito estadual e/ou municipal, todavia embasa a reflexão sobre boas práticas que poderão ser utilizadas na gestão compartilhada entre Estado e Sociedade, com objetivo de apoiar as ações de políticas públicas necessárias para a sociedade.

Assim, em resposta ao questionamento do trabalho pode-se afirmar que a hipótese estabelecida na pesquisa, de que o modelo de governança local que articula a participação dos três setores (governo, empresas e sociedade civil), instituído para apoiar e organizar a gestão das ações do Programa de Educação Profissional e Tecnológica Pará Profissional, impacta nas ações de EPT do Programa Pará Profissional foi CONFIRMADA.

As práticas adotadas pelo CGIU/Ulianópolis, como: tomada de decisão compartilhada pelos representantes do eixo público e privado; ferramentas tecnológicas utilizadas que facilitam a comunicação interna e externa ao CGIU/Ulianópolis; viabilização de salas pelas empresas locais e escolas; articulação com os gestores escolares e empresários locais no compartilhamento de recursos técnicos; estabelecimento de critérios para matriculados e/ou

ausências injustificadas; processos de pactuação de vagas; cumprimento dos pactos estabelecidos, e ações visando à inserção no mercado de trabalho ou reposicionamento dos alunos certificados, contribuíram para os resultados das ações de qualificação profissional, nos anos de 2016 e 2017, no Município de Ulianópolis.

Em decorrência dos primeiros resultados apresentados, destaca-se que do total de cursos planejados em 2018, para a Região de Integração Rio Capim, 30% destes são direcionados a Ulianópolis, enquanto que 70% estão direcionados aos demais 15 municípios da região.

A partir dos questionários respondidos no trabalho, verificou-se que para a maioria das indagações referentes aos mecanismos de Estratégia, Liderança e Controle, as respostas evidenciaram que a percepção dos membros do CGIU/Ulianópolis foi favorável ao modelo de governança local implementado.

Além disso, ficou demonstrado que há práticas de Gestão Colaborativa, entre o setor público e segmentos da sociedade civil organizada (setor privado, sindicatos, associações e outros), por meio do compartilhamento de recursos físicos, técnicos e operacionais entre os diversos segmentos da sociedade, nas ações do CGIU/Ulianópolis.

Foram constatadas, também, práticas de inter cooperação governamental e não governamental do CGIU/Ulianópolis, por meio da utilização a estrutura de entidades paraestatais, como SENAI, SENAC e SENAR na operacionalização dos cursos do Pará Profissional.

Dentre as indagações sobre o monitoramento das ações do CGIU/Ulianópolis, identificou-se a relevância da participação local, no processo de seleção dos participantes dos cursos do Pará Profissional, buscando em tempo real resolver possíveis problemas de execução que a coordenação estadual não conseguiria detectar.

O envolvimento de diversos atores nas etapas de formulação, implementação e monitoramento das ações de EPT ampliou-se, o que permitiu o início do compartilhamento da gestão com a sociedade, e demonstrou que instrumentos de governança podem criar condições para que os sistemas institucionais e gerenciais de políticas públicas trabalhem juntos em todas as etapas.

Cabe apontar algumas limitações de atuação CGIU/Ulianópolis no decorrer de suas atividades, nos exercícios de 2016 e 2017, dentre elas o não encaminhamento de demandas de cursos pelos Comitês Gestores Municipais ao FPEP. Enquanto este processo não estiver consolidado, as necessidades de cursos identificadas pelo CGIU/Ulianópolis poderão ser encaminhadas diretamente à SECTET, coordenadora do Pará Profissional, para as etapas de previstas na metodologia de oferta do Programa.

Identificou-se como limitação também, a falta de mecanismos instituídos para avaliação da contribuição de cada segmento da sociedade nas atividades do Comitê Gestor, e a falta de controle sobre o cumprimento das cláusulas pactuadas nos acordos de cooperação firmados entre demandantes e ofertantes de cursos profissionalizantes.

Houve dificuldades de contato com cinco representantes do CGIU/Ulianópolis, que não responderam ao questionário. Identificou-se, também, a falta de respostas detalhadas no questionário aplicado, por parte de alguns membros do Comitê Gestor. Não foi recebido, até o momento da conclusão desta dissertação, do questionário encaminhado à Prefeitura Municipal de Ulianópolis.

Em relação à efetividade das ações locais de EPT, em 2016 e 2017, não foram localizados indicadores de efetividade que possibilitem mensurar quantitativamente a colocação dos egressos certificados nas vagas abertas pelas empresas, assim como, indicadores que demonstrem a efetividade das ações do Programa Pará Profissional, quanto à empregabilidade dos alunos certificados.

Um reflexo claro desta constatação é que o Sistema Eletrônico de Gerenciamento do Programa Pará Profissional, com a finalidade de fornecer resultados e indicadores do Programa de forma sistêmica, encontra-se em fase de conclusão, o que é essencial para alinhar a demanda e oferta de cursos profissionalizantes no Estado.

Em âmbito local, constatou-se o fortalecimento da participação da sociedade civil organizada, por meio da atuação do CGIU/Ulianópolis para conduzir a política pública de EPT, na qual grupos de interesses distintos interagem e atuam nos processos de planejamento e execução dos cursos profissionalizantes ofertados, no município.

Em razão da multiplicidade de atores envolvidos na implementação das ações de qualificação profissional do Programa Pará Profissional, as quais compartilham recursos humanos, físicos e operacionais para executar e acompanhar os cursos ofertados, foi possível identificar o início da atuação da sociedade do município em redes, por meio do CGIU/Ulianópolis.

As redes como estrutura de governança são formadas em torno de políticas públicas para articular os interesses dos sujeitos envolvidos, de forma não hierárquica, fornecendo mecanismos de mobilização de recursos públicos e privados para o alcance de objetivos comuns.

Como sugestão, para futuros estudos, indica-se a ampliação da pesquisa incluindo o detalhamento de processos internos para atuação dos modelos de governança local no planejamento e realização de cursos profissionalizantes.

Outro eixo apontado para estudos complementares refere-se à criação de indicadores de efetividade para os modelos de governanças locais, com objetivo de aferir o nível de empregabilidade alcançado pelos Programas de educação profissional e tecnológica nos municípios.

6 RECOMENDAÇÕES

Com base na discussão realizada, ficou demonstrado que há práticas de governança nas ações locais do CGIU/Ulianópolis que impactam positivamente nas ações do Programa Pará Profissional em Ulianópolis, conforme resultados apresentados no Capítulo 5.

Não obstante, é importante suscitar que o produto final apresentado pelo CGIU/Ulianópolis se encontra em consonância com o entendimento de Matos e Dias (2013), quando afirma que a formação de estruturas de governança local para regiões, municípios e comunidades, permite a participação social no processo decisório de formulação e implementação de ações, com possibilidade de resultados mais eficazes.

A proposta aqui discutida está voltada para o modelo de governança como instrumento de fortalecimento da gestão de políticas públicas, a partir do redimensionamento do Estado, que segundo Matos e Dias (2003) “passa a ser entendido como não exclusivamente estatal, compartilhando ações conjuntas entre atores de organizações governamentais, não governamentais e setor privado, na execução de políticas públicas em áreas específicas.

Nessa lógica de mudança de paradigma estatal, modelos como o CGIU/Ulianópolis são consideradas instâncias capazes de envolver os diversos atores sociais, no processo de condução (governança) das políticas públicas. De acordo com Matos e Dias (2013, p. 62), nesse novo contexto, “as políticas públicas são gerenciadas através de redes de atores públicos e privados, que interagem entre si em um marco mais ou menos institucionalizado, com intercâmbio de recursos e informações para atingir objetivos comuns”.

Dessa forma, o fortalecimento da participação da sociedade civil organizada na condução da política pública de EPT, na qual múltiplos atores interagem e compartilham recursos humanos, físicos e operacionais para formular, executar e acompanhar os cursos profissionalizantes ofertados a nível local, é possível identificar o início da atuação da sociedade do município em redes, na área de EPT.

Segundo Fonseca; Carapeto (2009), o Estado moderno tornou-se mais cooperativo e caminha na direção do Estado “Rede”, o qual envolve mecanismos de negociação e múltiplos atores como entes públicos de diferentes esferas de governo, entidades privadas com ou sem fins lucrativos e a sociedade civil organizada, diferenciando-se da forma tradicional de organização do Estado “Hierárquico”.

Assim, faz-se oportuno sugerir práticas com vistas a contribuir para a melhoria da governança do CGIU/Ulianópolis e, conseqüentemente, com a gestão e resultados das ações de EPT no município.

- a) No processo de pactuação da oferta de cursos do Pará Profissional, criar um sistema de priorização de cursos identificados com potencial imediato de contratação
- b) No processo de mobilização e seleção de candidatos, criar um banco de dados de interessados que atendam aos pré-requisitos estabelecidos, a fim de evitar turmas esvaziadas
- c) No processo de divisão de responsabilidades e padrões de trabalho dos membros do CGIU, estabelecer normas, definir atribuições e participar de todas as etapas do Programa, desde o levantamento de demandas até o acompanhamento dos cursos
- d) No processo de monitoramento dos cursos do Pará Profissional, criar mecanismos para minimizar os índices de evasão e, por conseguinte, o desperdício de recursos públicos
- e) No processo de monitoramento da gestão dos cursos do Pará Profissional, identificar os processos considerados críticos para o alcance dos objetivos
- f) No processo de análise da participação de cada membro do comitê, criar mecanismo de avaliação da participação de cada setor da sociedade
- g) No processo de Controle, criar processos de avaliação para verificar se os cursos ofertados geraram os resultados esperados e atenderam às expectativas dos setores produtivos
- h) No processo de Controle, criar mecanismos para identificar a contratação dos egressos certificados pelo Pará Profissional nas vagas abertas pelas empresas
- i) No processo de Controle, definir indicadores mensuráveis de empregabilidade e divulgá-los periodicamente
- j) No processo de transparência, repassar informações ao CGIEP sobre: as demandas identificadas nos setores produtivos do município; a elaboração dos processos seletivos e/ou perfil dos alunos; e sobre as desconformidades identificadas entre o conteúdo solicitado e executado
- k) No processo de transparência do CGIU/Ulianópolis, criar instrumentos para disponibilizar informações à sociedade das contratações dos qualificados pelas empresas e/ou atividades empreendedoras realizadas, bem como, das Atas de reuniões do Comitê Gestor

- l) No processo de Feed Back das ações desenvolvidas pelos membros do CGIU/Ulianópolis, estabelecer canais de comunicação para os participantes dos cursos do Pará Profissional. (Ouvidoria Municipal)
- m) No processo de Feed Back dos cursos do Pará Profissional, criar instrumentos avaliativos como aplicação de formulários dirigidos aos trabalhadores, executores, instrutores e parceiros municipais para obter resultados quantitativos e qualitativos
- n) No processo de Feed Back, criar um banco de dados contendo o desempenho dos egressos certificados, no qual as empresas, sindicatos e outros órgãos possam acessar quando houver vagas disponíveis
- o) Expandir a oferta de cursos de EPT de forma articulada com a elevação de escolaridade do trabalhador
- p) Inserir no planejamento estratégico municipal de médio prazo diretrizes objetivos e metas para ações de educação profissional e tecnológica, separadamente, das ações de educação básica, de forma a dar mais visibilidade e resultados ao tema
- q) Fomentar a integração das entidades do município, aproveitando-se das redes instaladas por outros programas governamentais, para consolidar o processo de atuação da sociedade de Ulianópolis em redes, na área de EPT
- r) Compartilhar iniciativas de sucesso com outros municípios da Região Capim e de outras Regiões de Integração

Nesse contexto, acredita-se que a implementação das práticas de governança sugeridas ao CGIU/Ulianópolis, aprimora o caminho para atender às demandas coletivas dos envolvidos nesse processo, assim como, a busca por estágios mais avançados de governança para a gestão de políticas públicas de EPT, no município.

Segundo Nardes; Altounian; Vieira (2014, p. 182), “a discussão está focada na qualidade (boa, regular ou ruim) ou então no estágio (avançado, intermediário ou inicial) em que se encontra a governança”. Assim, segundo os autores, para alcançar a boa governança, é necessário construir modelos que possibilitem a implementação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas, que atendam às demandas da sociedade.

Para melhorar a governança pública faz-se necessário escutar a sociedade, planejar melhor, escolher líderes competentes e éticos que estabeleçam estratégias considerando as necessidades das partes envolvidas, instituir modelos de gestão para assegurar o monitoramento, avaliação e mecanismos de combate a desvios, e, atender diretrizes de

transparência a fim de criar condições favoráveis para o controle social.

Por fim, os próximos passos do CGIU/Ulianópolis rumo à boa governança perpassam pela disseminação de conceitos de cooperação, integração e colaboração entre os atores que compõe a estrutura da arena política participativa do Comitê Gestor, assim será possível propiciar à população a maximização e eficácia das ações profissionalizantes e resultados pretendidos, em conformidade com suas necessidades.

REFERÊNCIAS

- ACHE, P. Visions and creativity: challenge for city regions. *Futures*, [S.l.], v. 32, n. 5, p. 435-449, jun. 2000.
- ALVAREZ, Carmem Paola Torres. **Governança da educação profissional e tecnológica: uma análise do contexto da Amazônia Ocidental**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/16963>>. Acesso em: 8 nov. 2017.
- ALVES, Edgard Luiz Gutierrez; VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos. Qualificação profissional: uma proposta de política pública. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 12, p. 117-146, jun./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/143/145>>. Acesso em: 8 nov. 2017.
- AVRITZER, L. **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010a.
- BLANCO, Neligia; ALVARADO, Maria E. Escala de actitud hacia el proceso de investigación científico social. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 11, n. 3, p. 537 – 544, set./dez. 2005.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BORZEL, Tanja. **Organizando Babel: redes de políticas públicas**. In: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila (Org.). **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 217-256.
- BRAGA, Carlos Renato Araujo. **Práticas de governança e gestão das aquisições: mais burocracia ou melhoria na eficiência?** Revista JML, Pinhais, n. 42, p. 4-15, mar. 2017. Disponível em: <https://www.jmleventos.com.br/pagina.php?area=coluna-juridica&acao=download&dp_id=150>. Acesso em: 8 nov. 2017.
- BRANCO, C. S. C.; CRUZ, C. S. **A prática de governança corporativa no setor público federal**. Revista do TCU, Brasília, DF, ano 45, n. 127, p. 20-27, mai./ago. 2013. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/.2591385.PDF>. Acesso em: 8 nov. 2017.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 4.048**, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14048.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.
- _____. **Decreto-lei nº 8.621**, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De18621.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.
- _____. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. [S.l.], 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. **Lei nº 7.998**, de 11 de janeiro de 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L7998.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Resolução nº 333**, de 10 de julho de 2003. Institui o Plano Nacional de Qualificação – PNQ e estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT ao PNQ. [Brasília, DF], 2003.

_____. **Lei nº 11.195**, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. **Lei nº 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional tecnológica. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. **Lei nº 12.513**, de 26 de Outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM); e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A24F0A728E014F0B2E3ED6213C>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. **Referencial para avaliação de governança em políticas públicas**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14DDA8CE1014DDFC404023E00>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 9.203**, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14DDA8CE1014DDFC35CA83C74>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: ed. 34; Brasília, DF: ENAP, 1998.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto. Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 4, out./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-883920040004000006>. Acesso em: 8 nov. 2017.

CAMPÊLO, Sônia Maria da Silva. **O Plano Nacional de Qualificação Profissional no Pará: um estudo a partir da Resolução Nº 333/2003 do CODEFAT**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2017.

CARDOSO JUNIOR, José Celso et al. **Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo**. Brasília, DF: IPEA, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1237.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2017.

CASTELLS, M. O poder da identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

CASTIONI, Remi. **Financiamento da Educação profissional no governo brasileiro: muitos recursos pouca coordenação**. 2006. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br>> Acesso em: 1. mar.2018.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. **Reflexões sobre estratégias de governança local. Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 23-47, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/687>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

CONDURÚ, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de trabalhos acadêmicos: normas, critérios e procedimentos**. 5. ed. (rev., ampl. e atual.). Belém: NUMA; UFPA: EDUFPA, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil**. Rio de Janeiro: CNI, 1988.

COSTA, Cândida. Do PLANFOR ao PNQ: mundo do trabalho, qualificação profissional e políticas públicas. In: OLIVEIRA, Roberto veras (Org.). **Qualificar para quê? Qualificação para quem?: do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje**. São Paulo: Fundação UNITRABALHO, 2006.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **A problemática da superação do subdesenvolvimento e a questão da integração regional**. Revista de Estudos Paraenses, v. 1, p. 11-34, 2009. Disponível

em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/problematika_superacao_subdesenvolvimento_integracao_regional.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2017.

COSTA, Maria José Jackson; CASTRO, Edna. Crise do capitalismo e transformações no mundo do trabalho neste final do século. In: COSTA, Maria José Jackson, (Org.). **Trabalho, educação profissional e empregabilidade**. Belém, PA: EDUFPA, 2006. p. 55-81.

COSTA, Maria José Jackson; FREITAS, Marlene Medeiros. Balanço Sintético do plano de qualificação do trabalhador brasileiro – PEQ/PA, período: 1996 a 2001. In: COSTA, Maria José (Org.). **Trabalho, educação profissional e empregabilidade**. Belém, PA: EDUFPA, 2006.

CRESSWELL, **O projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAMKOWSKI, Wulf; RÖSENER. Anke. **Aufdem Weg zum Aktivierenden Staat: vom Leitbild zum umsetzungsr eifenKonzept**. Berlin: [s.n], 2003.

DIARIO OFICIAL DO ESTDO DO PARÁ. **Processo n. 2015/51196-3**. Belém, TCE, 2016

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda; **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, Eli. **Crise, reforma do estado e governabilidade: Brasil, 1985-1995**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 385-416, 1995.

ENRIQUEZ, M. A. **Da ilusão do crescimento à emergência do desenvolvimento sustentável**. [S.l.: s.n.], 2007.

ENTENDA como é medido o Produto Interno Bruto (PIB). In: BRASIL. **Governo do Brasil**. [Brasília, DF], 1 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e>

emprego/2016/06/entenda-como-e-medido-o-produto-interno-bruto-pib>. Acesso em: 8 nov. 2017.

EXPANSÃO da Rede Federal. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Portal da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. [Brasília, DF], 2 mar. 2016. Disponível em: <<http://rede.federal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

FARIA, Chico Francisco. **Estratégias e Desenvolvimento Planejamento Descentralizado no Contexto do Desenvolvimento Local em Moçambique: um estudo do caso do governo do Distrito de Namaacha (2006-2009)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FONSECA, Fátima; CARAPETO, Carlos. **Governança, inovação e tecnologias: o Estado Rede e a Administração Pública do futuro**. Lisboa: Sílabo, 2009.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 21, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper21.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA. FAPESPA apresenta Nota Técnica da Energia e PIB dos municípios paraenses. In: **FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**. [Belém, PA], 14 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/noticia/1535>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

_____. **Radar de integração**. Belém, 2018.

_____. **Anuário estatístico 2018**. Belém, 2018

_____. **Estatística municipal 2018**. Belém, 2018

FURTADO, Celso. O Subdesenvolvimento Revisitado. **Revista Economia e Sociedade**, v. 1, n. 1, Campinas, 1992.

GENTILLI, Pablo. Educar para o desemprego: A desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

GOVERNANCE and development. Washington: The World Bank, 1992. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/604951468739447676/pdf/multi-page.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

HECLO, Hugh. Issue Networks and the Executive Establishment. In: Anthony King (Hrsg.): *The New American Political System*. Washington D.C., 1978, p. 102.

HIGHER education governance in Europe: policies, structures, funding and academic staff. Brussels: Eurydice, 2008. Disponível em: <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/091EN.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2017.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015. Rio de Janeiro, 2015.

IDEB - apresentação. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Portal MEC**. [Brasília, DF], c2016. Dispon>. Acesso em: 8 nov. 2017.

INFRAESTRUTURA. Disponível em: <<http://para2030.com.br/infraestrutura-logistica>>. Acesso em: 25 ago. 2018,

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS - IFAC. Governance in the public sector: a governing body perspective. New York, NY: IFAC, 2001. Disponível em: <<https://www.ifac.org/system/files/publications/files/study-13-governance-in-th.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

IOEPA. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/pages/2017/03/08/2017.03.08.DOE_52.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

JUNQUEIRA L.A. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, nov./dez.1998, p. 14.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 479-499, maio/jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n3/31252.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul./set 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. Educação profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10762/10269>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

LEITE, Elenice M. **Educação profissional no Brasil**: no limiar de novas possibilidades. 1995. Mimeo.

LEWIS, Maureen.; PETTERSON, Gunilla. **Governance in education**: raising performance. Washington, DC: World Bank, 2009.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**.

Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 53-68. Disponível em: <<http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/nucleos/metodologias-nao-convencionais-para-gestao-social/trilha-curricular-gestao-em-rede/LOIOLA%2C%20Elizabeth>>. Acesso em: 8 nov. 2017. (rev. e atual.). Florianópolis: UFSC; Brasília, DF: Capes, UAB, 2014. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145419/1/PNAP%20-%20Modulo%20Especifico%20-%20GPM%20-%20Redes%20Publicas%20de%20Cooperacao%20Local.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAPA da Exclusão Social do Estado do Pará. [Belém, PA]: FAPESPA, 2017. Disponível em: <http://seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/loa/loa2018/mapa_de_exclusao_social_do_para_2017.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2018.

MARSH, David; RHODES, R. A. W. Policy communities and issue networks: beyond typology. In: MARSH, David.; RHODES, R. A. W. **Policy network in british government**. Oxford: Clarendon, 1992. p. 229-268.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **APGS: Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 109-134, jan./mar. 2010. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/arquivos/tc-07-governanca_corpsetor_publico-matias-fls3-24.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2017.

MATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo. **Governança pública: novo arranjo de governo**. Campinas: Alínea, 2013.

MATUS, Carlos. **Adeus Senhor Presidente: planejamento antiplanejamento e governo**. Recife: Litteris, 1989.

NARDES, João Augusto Ribeiro; ALTOUNIAN, Cláudio Sarian; VIEIRA, Luis Afonso Gomes. **Governança pública: o desafio do Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

NASCIMENTO, Adriane Suely Rodrigues do. **Financiamento e educação profissional: análise do Programa Brasil Profissionalizado no Estado do Pará**. Belém, PA, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012.

OLIVEIRA, Laudelino Marques de. **Municipalização**. Disponível em: <<http://www.etcnico.com.br/paginas/mefl5764.htm>>. Acesso em: 12 set. 2018

OLIVEIRA, Ramon de. **Empresariado industrial e a educação brasileira: qualificar para competir?** São Paulo: Cortez, 2005.

OCDE, 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/corporate/ca/corporategovernanceofstate-ownedenterprises/42524177.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

OLIVEIRA, Ana Marcelina de; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. **Políticas Públicas e Sociedade: configurações da Política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional**,

Científica e Tecnológica no IFSULDEMINAS. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 1., 2014, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: UNESP, 2014. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/isip pedes/ana-marcelina-de-oliveira.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2017.

OLIVEIRA, Roberto Veras de. Qualificação profissional: um campo em disputa. In: **Qualificar para quê? qualificação para quem?: do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje**. OLIVEIRA, Roberto Veras de (Org.). São Paulo: Fundação Unitrabalho; Campina Grande: EDUFCG, 2006.

OLIVEIRA, Virgílio César da Silva, Oliveira José Roberto Pereira e Vânia A. R. de Oliveira. Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil. **CADERNOS EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 8, nº 3, artigo 3, set. 2010.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2011.

PACTO pela Educação no Pará é lançado com o apoio do BID. In: INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. **BID**. 26 mar. 2013. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2013-03-26/educacao-no-estado-do-para-brasil%2C10395.html>. Acesso em: 8 nov. 2017.

PAGRISA. Disponível em: <<http://www.pagrisa.com.br/sobre/empresa>>. Acesso em: 12 jun. 2018).

PARÁ. Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social. **Plano de Educação Profissional do Pará: síntese**. Belém, PA: SETEPS, 1996.

_____. **Lei nº 7.017**, de 24 de julho de 2007. Cria a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – SEDECT, e dá outras providências. Belém, PA, 2007. Disponível em: <<http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/lo7017.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017

_____. Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado. **Regimento Interno**. [Belém, PA], 2015c.

_____. **Decreto nº 1.430**, de 13 de novembro de 2015. Institui o Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará - CGIEP e dá outras providências. Belém, PA, 13 nov. 2015b. Disponível em: <<http://www.sectet.pa.gov.br/sites/default/files/Decreto%20n%C2%BA%201.430-Comit%C3%AA%20Gestor%20Intersecretarial.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. **Lei nº 8.096**, de 1 de janeiro de 2015. Dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Belém, PA, 2015a. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/2016/05/11/lei-estadual-no-8-096-de-1o-janeiro-de-2015/>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará- CODEC. **Manual ejecutivo del inversor em el Estado do Pará**. Belém, 2015.

_____. Gabinete do Governador. **DIÁRIO OFICIAL**, Belém, n. 33.047, 27, jan.2016)

_____. **Lei nº 8.427**, de 16 de novembro de 2016. Cria o Programa de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do Estado do Pará, denominado “Pará Profissional”, e dá outras providências. Belém, PA, 2016. Disponível em: <http://www.sectet.pa.gov.br/sites/default/files/Lei%20Par%C3%A1%20Profissional_0.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Relatório de Avaliação de Programas - Plano Plurianual 2016-2019**: ano base 2017. Belém, 2017.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. Secretaria Assessoria Técnica de Plenário. **Resolução nº 18.775**. Disponível em: <<http://www.tce.pa.gov.br/busca/Forms/FileViewResolucao.aspx?NumeroResolucao=17793>>. Acesso em: 14 ago. 2018

_____. **Mensagem Pará**. Belém: SEPLAN, 2018. PARA2030. Disponível em:<<http://para2030.com.br/infraestrutura-logistica>. Acesso em Agosto de 2018,>. Acesso em: 23 ago. 2018.

PAZ, Sandra; OLIVEIRA, Ramon. A educação tecnológica e profissional como programa/política de Estado: análise da política nacional de qualificação profissional do Brasil. In: OLIVEIRA, Ramon. (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional**: políticas públicas em debate. São Paulo: Papyrus, 2012.

PEDROSA, Fernanda Gomes. **A política de educação profissional e tecnológica**: análise da modalidade PRONATEC BRASIL MAIOR na perspectiva de seus implementadores. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/fernanda-gomes-pedrosa.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

PINSONNEAULT, Alain; KRAEMER, Kenneth L. Survey research methodology in management information systems: an assesment. **Journal of Management Information System**, Armonk, NY, v. 10, n. 2, p. 75-105, 1993.

PORTAL EDUCACAO. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/o-que-e-propedeutica/51484>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

PRONATEC: **um caminho de oportunidades pela Educação Profissional e Tecnológica** - 9,4 milhões de matrículas, 2011-2015. [Brasília, DF]: PRONATEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36561-pronatec-2016-apresentacao-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 6 fev. 2018.

RAMOS, Marise. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Henrique Marques. **Sistema de controle interno e qualidade das informações de desempenho no âmbito das políticas públicas executadas de forma descentralizada**.2012.

Monografia (Especialização em Orçamento Público) - Instituto Serzedelo Corrêa, Tribunal de Contas da União, Brasília, DF, 2012.

ROTH, Ana Lúcia et al. Diferenças e inter-relações dos conceitos de governança e gestão de redes horizontais de empresas: contribuições para o campo de estudos. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 47, n. 1, jan./fev./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v47n1/v47n1a08.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

RUA, Maria das Graças. Desafios da administração pública brasileira: governança, autonomia, neutralidade. **Revista do Serviço Público**, ano 48, n. 3, 1997.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; AZEVEDO, Sergio de; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In: _____. (Org.). **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 11-56.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, governança e democracia: criação da capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil Pós-Constituinte. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 335-376, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 38. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-58, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/33/1605>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

SECTET. Disponível em:<<http://www.sectet.pa.gov.br/noticias/Pará-2030>>. Acesso em: 13 maio, 2018.

SENAI; SESC, SENAT, SEBRAE, SENAR. 15. ed. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2017, p. 435, (Sistema Migalhas).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO- SETUR. **Inventário da oferta turística de Ulianópolis**. Ulianópolis, 2013.

SOLLICITA. Disponível em:<https://www.sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=10250&n=governan%C3%A7a-p%C3%BAblica:-o-desafio-do-brasil> Acesso em: 30 jun. 2018.

SOUZA, Maria LuisaHilleshein de. **Avaliação da efetividade dos principais cursos FIC Pronatec do Instituto Federal de Santa Catarina: benchmarking com cursos técnicos de longa duração**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

SPINK, Peter. Possibilidades técnicas e imperativos políticos em 70 anos de reforma administrativa. In: [BRESSER-PEREIRA], Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). **Reforma do**

estado e administração pública gerencial. Tradução de Carolina Andrade. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 21-38.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA- SUDAM. **Subsídios ao Plano Regional de Desenvolvimento (1972-1974).** Belém, 1971. 246 p.

TAVARES, Moacir Gubert. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: ANPED SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. [Anais...] Caxias do Sul, 2012. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. O desafio da gestão da redes de políticas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD, 7., 2002, Lisboa, Portugal. [Anais...] Lisboa, 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0043204.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Governança e atuação em rede: a experiência do Sistema Brasileiro de Museus. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 49-58, jan./jun. 2013.

ULIANÓPOLIS. **Decreto Municipal nº 30**, de 28 de março de 2016. Institui o Comitê Gestor Intersetorial de Educação Profissional e Tecnológica do Município de Ulianópolis-PA - CGIU, e dá outras providências. Ulianópolis, 2016.

VALE, Ana Lia Farias; LIMA, Luis Cruz; BONFIM, Geovaní. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. **Textos & Debates**, n 7 p. 38

VIANNA, M. L. T. W. **Em torno do conceito de Política Social:** Notas introdutórias. ENAP: Rio de Janeiro, 2002.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio; COSTA, Benny Kramer; BOAVENTURA, João Maurício Gama. Análise de stakeholders aplicada em órgãos públicos: o caso da Secretaria de Estado de Turismo do Paraná. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 13, n. 31, p. 81-110, set./dez. 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZURBRIGGEN, Cristina. Las redes de políticas públicas. Una revisión teórica. **Boletín IGG** n. 149. Catalunha: Institut Internacional de Governabilitat, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A– Questionário sobre o modelo de governança do Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis (CGIU) que promove a organização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), conforme decreto nº 30/2016, nas ações locais do programa “Pará Profissional”.

Prezado Senhor(a)

Solicito avaliação de cada uma das afirmativas seguintes, de acordo com a escala abaixo, indicando o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas ao escolher o número (de 1 a 5). O número escolhido refletirá sua percepção, segundo os mecanismos de governança: Estratégia, Liderança e Controle, em relação à efetividade do modelo a governança do Comitê Gestor Intersetorial de Ulianópolis (CGIU), que promove a organização da Educação Profissional e Tecnológica, no município.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente da afirmativa	Discordo parcialmente da afirmativa	Não concordo nem discordo da afirmativa / Não se aplica	Concordo parcialmente com a afirmativa	Concordo totalmente com a afirmativa

ESTRATÉGIA- Compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações além de critérios de alinhamento entre partes interessadas, para que alcancem o resultado pretendido.	1	2	3	4	5
1-O CGIU estimula a participação da sociedade civil organizada na gestão colaborativa de apoio à EPT no município, mediante reuniões, folders ou mídias sociais Caso concorde, de que forma é realizada: Aspecto investigado: Gestão colaborativa					
2- O CGIU estimula a participação do Setor Produtivo na gestão colaborativa de apoio à EPT no município, mediante reuniões, folders ou mídias sociais Caso concorde, de que forma é realizada: Aspecto investigado: Gestão colaborativa					
3- O CGIU formula instrumentos para a elaboração de propostas de acordos, convênios ou instrumentos congêneres de apoio à EPT. Caso concorde, de que forma é formulada: Aspecto investigado: Inter cooperação governamental e não governamental					
4- O CGIU utiliza ferramentas de Tecnologia da Informação para informar e melhorar o diálogo com cidadãos, empresas e demais atores participantes Caso concorde, de que forma é utilizada: Aspecto investigado: Comunicação e Tecnologia da Informação					
5- O CGIU coordena a discussão sobre vagas solicitadas aos Programas no âmbito Federal, Estadual e Municipal, a fim de evitar redundâncias de oferta de cursos profissionalizantes e desperdício de recursos públicos enquanto rede de políticas públicas. Caso concorde, de que forma essa articulação é realizada: Aspecto investigado: Coordenação integrada com a Sociedade Civil organizada					X

6- O CGIU participa do fórum permanente de Educação Profissional e tecnológica – FPEP. Aspecto Investigado: Comunicação e Tecnologia da Informação					
7- O CGIU realiza diagnóstico situacional das dificuldades e das potencialidades relacionados à oferta de EPT para definição do público beneficiário Caso concorde, de que forma é realizado: Aspecto investigado: Inter cooperação governamental e não governamental					
8- O CGIU delibera sobre quais empresas parceiras e seus fornecedores irão participar no levantamento de demanda de qualificação profissional no município Caso concorde, de que forma é realizada: Aspecto investigado: Coordenação integrada com a Sociedade Civil organizada					
9- O CGIU realiza levantamento preliminar do nível de escolaridade dos trabalhadores com vínculos empregatícios e trabalhadores autônomos das cadeias produtivas estratégicas local. Caso concorde, de que forma é realizado: Aspecto investigado: Comunicação e Tecnologia da Informação					
10- O CGIU possui planejamento estratégico de médio prazo (cinco anos), definido para guiar o planejamento operacional da Educação Profissional e Tecnológica Aspecto investigado: Inter cooperação governamental e não governamental					
LIDERANÇA - Compreende o conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nas organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança.	1	2	3	4	5
1-O CGIU analisa as informações para a identificação das demandas dos setores produtivos, após a captura da informação(mapa de demanda) e delibera de acordo com a maioria sobre quais cursos devem ser ofertados Caso concorde, de que forma é realizada: Aspecto investigado: Interlocução					
2- O CGIU repassa ao CGIEP as informações identificadas das demandas dos setores produtivos presentes no município. Caso concorde, informar de que forma são repassadas: Aspecto investigado: Interlocução					
3- O CGIU solicita a disponibilização espaços públicos e privados para realização dos cursos profissionalizantes, por meio de cronograma com escolas, empresas, associações, sala do empreendedor, entre outras. Caso concorde, de que forma é estabelecida: Aspecto investigado: Interlocução					
4- O CGIU promove ações para mobilizar candidatos ao preenchimento das vagas nos cursos/turmas ofertadas. Caso concorde informar quais ações: Aspecto investigado: Proatividade					
5- O CGIU acompanha a seleção dos candidatos após a inscrição realizada nos cursos ofertados Caso concorde, de que forma é realizada:					

Aspecto Investigado: Monitoramento					
6- O CGIU estabelece padrões de trabalho, divisão de responsabilidades para acompanhar os cursos e a frequência dos participantes com vistas a certificação Caso concorde, de que forma é realizada: Aspecto Investigado: Monitoramento					
7- O CGIU apoia o CGIEP na elaboração de processos seletivos e/ou identificação do perfil dos alunos. Caso concorde, informar de que forma: Aspecto Investigado: Proatividade					
8- O CGIU Propõe novos cursos profissionalizantes junto ao CGIEP, indicando conteúdos que contemplem as necessidades do setor produtivo e do empreendedor local. Caso concorde informar quais: Aspecto Investigado: Proatividade					
9- A estrutura estabelecida pelo CGIU permite que os atores participantes se organizem e coordenem o processo de tomada de decisão acerca da EPT no município. Caso concorde de que forma é realizada Aspecto Investigado: Interlocução					
10- O CGIU promove nova forma de gestão que reflete uma relação mais próxima entre o Estado e a Sociedade. Caso concorde informar como Aspecto Investigado: Interlocução					
CONTROLE – (Monitoramento e avaliação) – Compreende processos estruturados com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e garantir a execução ordenada, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com legalidade e economicidade no dispêndio de recursos públicos.	1	2	3	4	5
1- O CGIU informa ao CGIEP, sempre que identifica alguma desconformidade entre os conteúdos solicitados e a execução deste. Caso concorde informar como: Aspecto Investigado: Identificação					
2- O CGIU possui mecanismo de acompanhamento, fiscalização e controle para o número de matrículas, abandono, certificados e outros indicadores do Programa. Caso concorde informar quais: Aspecto Investigado: Fiscalização					
3- O CGIU promove ações visando à inserção ou reposicionamento dos alunos egressos no curso certificado no mercado de trabalho. Caso concorde informar quais ações: Aspecto Investigado: Inserção e posicionamento					
4- O CGIU possui mecanismo de acompanhamento, fiscalização e controle do processo de pactuação de vagas e cumprimento dos pactos estabelecidos, tanto pelo lado da demanda como da oferta de cursos. Caso concorde informar qual: Aspecto Investigado: Fiscalização					
5- O CGIU possui mecanismo de acompanhamento sobre a colocação de egressos certificados dos cursos ofertados pelo Pará Profissional, nas vagas abertas pelas empresas.					

Caso concorde, escrever qual: Aspecto Investigado: Inserção e posicionamento					
6- O CGIU disponibiliza informações à sociedade sobre as contratações dos qualificados pelas empresas. Caso concorde escrever como: Aspecto Investigado: Transparência					
7- O CGIU disponibiliza informações sobre as atividades empreendedoras dos qualificados no município. Caso concorde escrever quais informações: Aspecto Investigado: Transparência					
8- O CGIU possui mecanismo de acompanhamento, fiscalização e controle para verificar se os cursos ofertados atenderam às necessidades dos beneficiários Caso concorde, escrever qual: Aspecto Investigado: Feedback					
9- O CGIU possui mecanismo de acompanhamento, fiscalização e controle para verificar se os cursos ofertados atenderam às expectativas dos setores produtivos Caso concorde, escrever qual: Aspecto Investigado: Feedback					
10- O CGIU contribuiu para a efetividade das ações locais de EPT, no período de 2016 e 2017, em Ulianópolis Caso concorde informar como: Aspecto Investigado: Feedback					
11- O CGIU possui algum mecanismo de acompanhamento para avaliar a participação de cada membro do Comitê Caso concorde informar qual: Aspecto Investigado: Monitoramento					

DADOS COMPLEMENTARES

Nome:

Cargo:

Idade: **Sexo:** Masculino Feminino

Escolaridade (completo):

Fundamental

Médio

Superior

Especialização / MBA

Mestrado

Doutorado

Tempo de Trabalho na Organização:

Exerce cargo:

Comissionado **Efetivo** **Contratado**

Encontra-se em estágio probatório no cargo em que ocupa? Sim Não

ANEXOS

ANEXO A– Lei nº 8.427, de 16 de novembro de 2016.**LEI Nº 8.427, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016****IOEPA nº 33.253
18 de novembro de 2016**

Cria o Programa de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do Estado do Pará, denominado “Pará Profissional”, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado do Pará, o Programa de Educação Profissional e Tecnológica – “Pará Profissional”, como um dos principais instrumentos de superação das desigualdades interregionais, com a finalidade de ofertar a educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades, com vistas a consolidar, ampliar e verticalizar as cadeias produtivas estrategicamente vinculadas aos eixos prioritários de desenvolvimento do Estado do Pará.

Parágrafo único. O Programa “Pará Profissional” será coordenado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica - SECTET, em conjunto com os Órgãos e Entidades afins, em consonância com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e integram os diferentes níveis e modalidades da educação profissional.

Art. 2º São objetivos do Programa “Pará Profissional”:

I - contribuir para a promoção da inclusão sócio produtiva, a melhoria de renda, a geração de oportunidades de trabalho e emprego e a melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica;

II - ofertar cursos de educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades, nos níveis técnico, tecnológico superior e de pós-graduação, formação inicial e continuada, qualificação e certificação de habilidades profissionalizantes, considerando as potencialidades locais, as demandas sociais identificadas e as vocações produtivas sub-regionais;

III - promover o atendimento das demandas de qualificação profissional por setor identificado, buscando sempre o equilíbrio e a otimização da utilização da capacidade instalada das instituições regionais;

IV - estabelecer parcerias por intermédio de Acordos, Convênios, Termos de Cooperação, Protocolos de Intenções e outros instrumentos congêneres, com entes da Federação e Municipais, com os Serviços Sociais Autônomos e com o Setor Privado, com o escopo de potencializar, em termos técnicos e

financeiros, as ações do Programa, em tudo observadas as formalidades e cautelas legais;

V - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica nas modalidades presencial, semipresencial e a distância;

VI - desenvolver projetos de educação tecnológica de nível superior, em parceria com Universidades e Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia.

Art. 3º O Programa “Pará Profissional” atenderá, no âmbito de todo o território do Estado do Pará:

I - trabalhadores, com ou sem vínculo empregatício, incluídos os trabalhadores domésticos, agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, catadores de materiais reciclados e reutilizáveis, pescadores, fruticultores, povos indígenas e comunidades quilombolas, autônomos, de acordo com classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

- IBGE, independentemente de exercerem ou não ocupação remunerada, ou de estarem ou não no exercício de suas ocupações;

II - beneficiários dos programas de transferência de renda;

III - estudantes da rede pública, incluindo os da educação de jovens e adultos, bem como aqueles que se encontrem em cumprimento de medidas socioeducativas, nos termos das normas que regulam a matéria;

IV - estudantes que tenham cursado o ensino médio completo na rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista, integral ou parcial.

Parágrafo único. Para os beneficiários com necessidades especiais, serão observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos e materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física.

Art. 4º. Para a execução do Programa “Pará Profissional” serão selecionados instrutores, em caráter temporário e sazonal, capacitados e com expertise para ministrar os cursos a serem ofertados, em respeito à dinâmica da demanda do mercado.

§ 1º. A designação dos instrutores deverá ser precedida de processo seletivo público simplificado, por meio de edital, e mediante a comprovação da capacidade técnica, qualificação e certificação de habilidades profissionais para o desempenho das respectivas atribuições.

§ 2º. Só serão contratados instrutores cujas atribuições, devidamente qualificadas no edital de processo seletivo público, não concorram com as abrangidas pelos respectivos planos de cargos e salários dos quadros de pessoal das Secretarias e órgãos participantes do Programa.

§ 3º O instrutor não desempenhará outra atribuição que não as explicitamente definidas em edital, diretamente associadas à atividade de instrutoria, em nenhuma hipótese colocando-o à disposição para a realização de serviços que

constituam necessidade permanente na dependência da contratante ou de terceiros.

Art. 5º Além dos instrutores, em casos excepcionais, definidos pela entidade coordenadora do curso e dependendo do tipo de demanda, poderão atuar no Programa “Pará Profissional”, coordenadores de curso e pessoal de apoio às atividades acadêmicas e administrativas, com as seguintes atribuições:

I - do instrutor:

- a) preparar e executar as atividades dos cursos ofertados ao público de interesse do Programa “Pará Profissional”;
- b) adequar o conteúdo programático dos cursos às necessidades específicas do público de interesse;
- c) incluir os dados de frequência e desempenho dos participantes em sistema específico;
- d) adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia às necessidades dos participantes dos cursos;
- e) propiciar espaço de acolhimento e debate nos cursos;
- f) orientar e acompanhar o aprendizado dos participantes;
- g) participar de encontros, promovidos pelo coordenador.

II - do coordenador:

- a) coordenar as ações relativas à oferta de cursos no âmbito do Programa “Pará Profissional”, de modo a garantir condições materiais e institucionais para o desenvolvimento dos cursos;
- b) coordenar e acompanhar as atividades administrativas, necessárias para garantir a infraestrutura operacional e logística adequada para as atividades dos cursos;
- c) coordenar e acompanhar as atividades acadêmicas dos cursos, exercendo a supervisão das turmas e os controles acadêmicos, bem como promover reuniões e encontros;
- d) avaliar os relatórios mensais de frequência e desempenho dos profissionais envolvidos na implementação dos cursos;
- e) solicitar a efetivação dos pagamentos devidos aos profissionais;
- f) participar dos processos de definição das vagas a serem ofertadas.

III - do pessoal de apoio às atividades acadêmicas e administrativas:

- a) auxiliar o coordenador na gestão acadêmica das turmas;
- b) acompanhar e dar suporte aos instrutores;
- c) participar dos encontros de coordenação, promovidos pelo coordenador;
- d) realizar as atividades de secretaria dos cursos ofertados no âmbito do Programa, tais como matrícula dos estudantes e emissão de certificados, dentre outras atividades administrativas determinadas pelo coordenador.

Art. 6º Fica criada a bolsa de incentivo à atividade educacional, destinada a remunerar os instrutores, coordenadores e pessoal de apoio às atividades

acadêmicas e administrativas, em conformidade com as cargas horárias dos cursos, nos seguintes valores:

I - instrutor: R\$ 60,00 (sessenta reais) por hora (60 minutos) de aula;

II - coordenador: R\$ 65,00 por hora;

III - apoio às atividades acadêmicas e administrativas: R\$ 20,00 por hora.

§ 1º A SECTET, diretamente ou por meio de instituições conveniadas, fica autorizada a conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades do Programa “Pará Profissional”, nos termos deste artigo.

§ 2º A concessão das bolsas de incentivo ficará limitada a um máximo de 20 horas semanais, no caso de instrutor e coordenador e de 40 horas semanais, no caso de pessoal de apoio às atividades acadêmicas e administrativas.

§ 3º A bolsa auxílio poderá ser concedida a servidor público ativo, desde que não haja prejuízo à carga horária regular do servidor.

§ 4º As atividades exercidas pelos profissionais no âmbito do Programa “Pará Profissional” não caracterizam vínculo empregatício de qualquer natureza com os órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado do Pará.

Art. 7º A gestão administrativa das escolas profissionalizantes e tecnológicas poderão ficar a cargo de Organização Social - OS e/ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, através de Contrato de Gestão e/ou Termo de Parceria, com observância à Lei Estadual nº 5.980, de 1996, e às Leis Federais nº 8.666, de 1993, nº 9.637, de 1998 e nº 9.790, de 1999 e regulamentações pertinentes, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e da eficiência.

Art. 8º Fica admitida a possibilidade, conforme a necessidade, da contratação direta, pelo Estado, dos entes que compõem o Sistema “S”, para a realização de cursos nas modalidades elencadas no art. 3º desta Lei, dispensada a licitação, na forma do que estabelece o art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurados os princípios jurídicos fundamentais, em tudo obedecidas as normas aplicáveis e atendidos os seguintes requisitos:

I - seja justificada a contratação, a necessidade de dispensa, a escolha da instituição e o preço;

II - o estatuto social da instituição demonstre ser instituição brasileira sem fins lucrativos e possuir, dentre suas finalidades sociais, a pesquisa, o ensino e o desenvolvimento institucional;

III - a entidade contratada tenha capacidade de executar, com sua própria estrutura e de acordo com suas competências, o objeto do contrato;

IV - o objeto do contrato seja claramente relacionado ao ensino, desenvolvimento científico e tecnológico, na real acepção da expressão;

V - estejam os contratos diretamente vinculados a projetos com definição clara do objeto e com prazo determinado, sendo vedada a subcontratação de outras entidades;

VI - a contratação não seja destinada a atender necessidades permanentes do órgão executor.

Parágrafo único. Para as contratações previstas neste artigo, caso haja necessidade, ficam as instituições ofertantes autorizadas a contratar, no âmbito do Programa, aprovado pelo Estado e com pagamento por meio de bolsa, instrutores que não fazem parte de seus quadros próprios e cuja expertise seja adequada e necessária para a correta oferta dos cursos.

Art. 9º Para seu financiamento, o Programa “Pará Profissional” contará com recursos próprios do Estado do Pará e com recursos oriundos de Programas Federais, Municipais e/ou de outros programas e parcerias com iniciativa privada.

Art. 10. Compete ao Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica - CONSECTET, regulamentar e definir as diretrizes do Programa “Pará Profissional”.

Art. 11. As despesas com a execução das ações do Programa correrão por conta de dotação orçamentária consignada anualmente à SECTET e aos órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado cuja competência importe na realização de ações correlatas à educação profissional e tecnológica.

Parágrafo único. A utilização dos recursos do Tesouro do Estado deverá observar o Plano Plurianual e a legislação pertinente.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à atualização dos valores das respectivas bolsas de incentivo, de que trata o art. 6º desta Lei, com previsão no Plano Plurianual, observando a capacidade orçamentária e financeira do Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 16 de novembro de 2016.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

ANEXO B – Decreto Municipal nº 30, de 28 DE março de 2016



Prefeitura Municipal de Ulianópolis

CNPJ/MF: 83.334.672/0001-60

Gabinete da Prefeita



DECRETO MUNICIPAL Nº 30, de 28 de Março de 2016.

INSTITUI O COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE ULIANÓPOLIS-PA - CGIU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ULIANÓPOLIS**, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e:

Considerando o Art. 205 da Constituição Federal, que determina que “a Educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”;

Considerando o Decreto Estadual nº 8.096/2015 que estabelece modelo de governança baseado em resultados, pautado na integralização da política estadual com as políticas federal e municipal, objetivando o alcance de melhores indicadores e diagnósticos socioeconômicos em apoio à gestão do Estado e ao Desenvolvimento Sustentável;

Considerando o Decreto Estadual nº 1.430/2015 que institui o Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará - CGIEP e dá outras providências; e,

Considerando que Ulianópolis é o Município-piloto do Pacto pela Educação do Pará.

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o **COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE ULIANÓPOLIS-PA - CGIU**, instância estratégica de gestão integrada e colaborativa, que tem por finalidade apoiar e coordenar as ações desenvolvidas no Município de Ulianópolis, Estado do Pará, incluindo as secretarias municipais, setor produtivo e sociedade civil representada, com vistas a promover a organização da Educação Profissional e Tecnológica como instrumento de superação das desigualdades inter-regionais, de inclusão sócio-produtiva, da melhoria de renda, de oportunidades de trabalho e emprego e do avanço da qualidade de educação para os cidadãos.

Art. 2º. O Comitê Gestor Intersetorial - CGIU tem por objetivos:

- a) Estimular a participação da sociedade civil organizada e do setor produtivo na gestão integrada e colaborativa de apoio a Educação Profissional e Tecnológica;



Prefeitura Municipal de Ulianópolis

CNPJ/MF: 83.334.672/0001-60

Gabinete da Prefeita



- b) Promover a interlocução com as empresas e suas entidades representativas de forma ampla e democrática, a fim de obter as informações necessárias para o levantamento das demandas de oferta de cursos profissionalizantes;
- c) Formular os instrumentos para a implantação das ações previstas neste Decreto, elaborando propostas de acordos, convênio, ajustes ou instrumentos congêneres de apoio a Educação Profissional e Tecnológica;
- d) Realizar diagnóstico situacional das dificuldades e das potencialidades relacionados à oferta de Educação profissional e Tecnológica;
- e) Realizar levantamento preliminar do nível de escolaridade dos trabalhadores com vínculos empregatícios das cadeias produtivas estratégicas de desenvolvimento local;
- f) Estabelecer estratégias para disponibilizar espaços públicos e privados para realização dos cursos profissionalizantes no município, por meio de cronograma agendado com as escolas, empresas, associações, sala do empreendedor, entre outras;
- g) Repassar ao Comitê Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará - CGIEP as informações necessárias à identificação das demandas de recursos humanos qualificados dos setores produtivos presentes no município;
- h) Mobilizar os candidatos ao preenchimento das vagas nos cursos/turmas ofertadas;
- i) Apoiar o Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará - CGIEP na elaboração de processos seletivos e/ou identificação do perfil dos alunos, quando considerar conveniente;
- j) Propor novos cursos junto ao Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará - CGIEP, indicando conteúdos que contemplem as necessidades e expectativas do setor produtivo e do empreendedorismo local;
- k) Informar ao Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará - CGIEP sempre que identificar alguma desconformidade entre os conteúdos solicitados e a execução destes;
- l) Promover ações visando a inserção ou reposicionamento dos alunos egressos no curso certificado no mercado de trabalho;
- m) Prestar informações sobre as contratações dos qualificados pelas empresas do município;
- n) Participar do Fórum Permanente de Educação Profissional e Tecnológica - FPEP.

Art. 3º. O Comitê Gestor Intersetorial - CGIU será constituído por representantes governamentais e não governamentais, cujas atividades estejam direta ou indiretamente relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica para, de forma coletiva, conforme as possibilidades e missão de cada entidade, programar ações de fomento à educação profissional em todo o município, articuladas e complementares entre si, conforme as vocações regionais.

§1º. O Comitê Gestor Intersetorial - CGIU será constituído por um representante titular e um suplente, de instituições públicas, privadas e da sociedade civil representada, de forma a garantir a gestão integrada e colaborativa e atenderá a seguinte composição:

I- 05 (cinco) órgãos governamentais na esfera municipal, a saber:

- a) Secretaria Municipal de Educação
- b) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) Secretaria Municipal de Saúde.



Prefeitura Municipal de Ulianópolis

CNPJ/MF: 83.334.672/0001-60

Gabinete da Prefeita



- d) Secretaria Municipal de Agricultura;
- e) Representante do Poder Legislativo.

§2º. Integrarão o Comitê Gestor Intersetorial - CGIU, instituído pelo presente Decreto, representantes locais das seguintes entidades:

I- 06 (seis) representantes de instituições de apoio governamental, a saber:

- a) Coordenadora do Conselho Tutelar;
- b) Representante do Pacto pela Educação;
- c) Representante dos Conselhos Escolares
- d) .Representante dos Conselhos de Direito da Criança e Adolescente.
- e) Representante do DEMUTRAN;
- f) Representante do Conselho Municipal de Educação.

II- 12 (doze) representantes de instituições de apoio não governamental, a saber:

- a) Representante do CDL
- b) Representante da Comunidade Eclesiástica;
- c) Conselho de Pastores;
- d) Padre;
- e) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- f) Representante dos Produtores Rurais;
- g) Representante do SENAR;
- h) Representante dos Pequenos Produtores Rurais;
- i) .Representante da Pastoral da Criança;
- j) .Representante da Escola de Ensino Médio;
- k) Representante de Ensino Superior;
- l) Representante da URE de Mãe do Rio;

§3º. A composição e participação dos órgãos/instituições governamentais e não governamentais do Comitê Gestor Intersetorial – CGIU será formalizada através de Termo de Cooperação.

Art. 4º. A Coordenação Executiva do Comitê Gestor Intersetorial - CGIU ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a quem competirá garantir o apoio administrativo e os meios necessários ao pleno funcionamento das ações e atividades do Comitê.

Art. 5º. A função de membro do Comitê Gestor Intersetorial - CGIU é considerada prestação de serviços público relevante de caráter não remunerado.

Art. 6º. As diretrizes, funcionamento e disposições gerais do Comitê Gestor Intersetorial – CGIU serão estabelecidas em Regimento Interno.



Prefeitura Municipal de Ulianópolis

CNPJ/MF: 83.334.672/0001-60

Gabinete da Prefeita

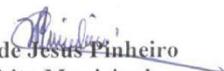


§1º. O Regimento Interno será aprovado pela maioria absoluta do Comitê Gestor Intersetorial – CGIU.

§2º. O Regimento Interno do Comitê Gestor Intersetorial – CGIU deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado no prazo de 60 (sessenta) dias após a instalação do Comitê.

Art.7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Ulianópolis-PA, em 28 de Março de 2016.


Neusa de Jesus Pinheiro
Prefeita Municipal

ANEXO C –Hino Municipal de Ulianópolis

Hino Municipal de Ulianópolis

**Ulianópolis mui amada
A esperança é o nosso penhor
Um futuro brilhante teremos
Conquistando com luta e amor.**



**Suas colônias têm muitas riquezas
Na cidade o progresso se vê
Povo herdeiro de um grande futuro
Que esperamos aqui conhecer.**



**Suas culturas são muito diversas
De lindas regiões do Brasil
Ricas matas e solo argiloso
Terra fértil de grandes plantios.**



**A Amazônia é o seu baluarte
Referência por todo o Brasil
Do lindo rio Gurupizinho
Seu primeiro nome surgiu.**



**Ulianópolis mui amada
A esperança é o nosso penhor
Um futuro brilhante teremos
Conquistando com luta e amor.**



**Terra de belas florestas
Povo humilde e trabalhador
Que conquista com seu jeito forte
Dignidade, respeito e valor.**



ANEXO D- Registro fotográfico da Instituição do CGIEP

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
POSSE DO COMITÊ GESTOR INTERSECRETARIAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO ESTADO DO PARÁ
28 DE JANEIRO DE 2016.



PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR INTERSECRETARIAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO ESTADO DO PARÁ
APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO
28 DE JANEIRO DE 2016.



ANEXO E- Registro fotográfico do seminário de orientação para levantamento de demandas de educação profissional- 2016

Anexo III – Registro fotográfico



17

ANEXO F- Registro fotográfico dos membros do CGIU/Ulianópolis no 1º Encontro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica da Região Rio Capim, realizado no dia 26 de abril de 2018.



ANEXO G- Mapa de Localização do Município de Ulianópolis no Estado do Pará

